

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Fevereiro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1054 • Director: Carlos Brito

MANIFESTAÇÃO! NACIONAL



TODOS À RUA no SÁBADO

Hoje
Metalúrgicos
e Construção
Civil
em luta Págs. 4 e 5



Luís Sá

Cabeça da lista
CDU
ao Parlamento
Europeu

Pág. 32

O seu a seu dono

• Artigo de
Vítor Dias

Pág. 18

CGTP propõe Debate sobre Segurança Social

Págs. 20 e 21

Jornadas Parlamentares do PCP

Págs. 8 e 9

Alunos de Apolo

Reportagem
de Henrique

Custódio Centrais





Jornadas Parlamentares do PCP em Braga

RESUMO

16
Quarta-feira

Depois de uma reunião com o ministro do Emprego e Segurança Social, Falcão e Cunha, o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, afirma aos jornalistas que o Governo não pode continuar a impor a redução salarial ao mesmo tempo que fala de recuperação económica ■ A adesão à greve dos trabalhadores da Portucel abrangeu 90 a 95 por cento dos trabalhadores ■ Dois altos funcionários do Partido Liberal Democrático, de Vladimir Jirinovski, abandonam os seus lugares de deputados na Duma Estatal da Rússia.

17
Quinta-feira

Numa passagem de nível sem guarda, mas sinalizada, localizada em S. Marcos da Serra, cinco crianças e um motorista de uma carrinha morrem em consequência do albaroamento por uma composição da CP ■ Considerando infundada a argumentação do padre Frederico Cunha, o Supremo Tribunal de Justiça confirma a pena de 13 anos de prisão declarada no ano passado ■ O juiz do Tribunal Constitucional, António Vitorino, que integrará a lista do PS ao Parlamento Europeu, será substituído naquele órgão de soberania pela juíza Fernanda Palma ■ A Rússia anuncia que os sérvios bósnios decidiram retirar a sua artilharia pesada dos arredores de Sarajevo ■ O líder do ANC, Nelson Mandela, manifesta a esperança de que o partido Inkatha ainda aceite concorrer às eleições legislativas de Abril.

18
Sexta-feira

Em mais uma etapa do seu périplo pelas regiões do país, o ministro do Planeamento e Administração do Território, Valente de Oliveira, apresenta em Coimbra os valores do Quadro Comunitário de Apoio para a Região Centro ■ Num estudo publicado em Dusseldorf pela Federação das Associações de Reforma de Empréstimos, afirma-se que Portugal foi um dos países comunitários com maior aumento de falências em 1993 ■ Segundo revela o jornal «Público», as importações de Jacarta duplicaram durante o ano de 1993 ■ Passados três anos sobre a assinatura do polémico Tratado do Timor-Gap, entre a Austrália e a Indonésia, aquele país anuncia a descoberta, pela primeira vez, de petróleo no mar de Timor ■ De acordo com as revelações do canal televisivo francês TF1, citando um relatório confidencial do estado-maior das Forças de Protecção da ONU, o massacre do mercado de Sarajevo poderá ter sido cometido pelas forças muçulmanas.

19
Sábado

É anunciado o pedido de renúncia aos cargos de deputada e de vice-

-presidente da Assembleia da República pela ex-ministra da Saúde, Leonor Belezza, apresentado na sexta-feira ■ No Encontro Nacional de Direcções Associativas, realizado em Coimbra, a generalidade dos presentes pronuncia-se pelo endurecimento da luta contra a Lei das Propinas ■ O líder do partido Inkatha, Buthelezi, anuncia publicamente a sua continuada recusa em participar nas eleições de Abril na África do Sul.

20
Domingo

Após a decisão dos sérvios bósnios de retirarem a maioria do seu armamento pesado dos arredores de Sarajevo, os ministros da Defesa da NATO, reunidos em Aviano, na Itália, congelam a intenção de bombardear aquelas posições ■ A UNITA entrega aos representantes da mediação, em Lusaca, a sua resposta ao documento sobre reconciliação nacional.

21
Segunda-feira

É empossado no cargo de Chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas, pelo Presidente da República, o almirante Fuzeta da Ponte ■ Tem início em Braga, as Jornadas Parlamentares do PCP ■ Inicia-se no Norte do País, mais um périplo dos deputados do PSD, desta vez acompanhados pelo Secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes ■ Os responsáveis ministeriais pelos assuntos europeus criticam a Grécia, numa reunião realizada em Bruxelas, pela sua decisão unilateral de encerrar o porto de Salónica ■ Numa visita oficial a Madrid, que antecede idêntica deslocação a Lisboa, chega à capital espanhola o primeiro-ministro israelita Ytzhak Rabin.

22
Terça-feira

No final das jornadas parlamentares de Braga, PCP decide propor - entre outras iniciativas legislativas - um rendimento mínimo de subsistência ■ Organizações internacionais de direitos humanos pedem, em Genebra, um inquérito urgente ao segundo massacre de Dfili, denunciado por jornalistas britânicos ■ Noruega recusa, no quadro das negociações de adesão à União Europeia, partilhar os seus recursos marinhos ■ Guerrilheiros zapatistas e o emissário do governo mexicano chegam a acordo sobre um calendário de negociações, mas os guerrilheiros querem debater questões nacionais e o governo pretende abordar apenas a questão de Chiapas ■ Um estudo da Conferência Episcopal Portuguesa indica que maioria dos católicos portugueses tem idade superior a 39 anos ■ Director-geral da Organização Mundial de Saúde afirma, em Lisboa, a sua preocupação pelo recrudescimento da tuberculose a nível mundial, incluindo Portugal.

Barrar a ofensiva anti-social!

A manifestação nacional da CGTP, do próximo fim-de-semana, compreendendo acções, algumas de grande envergadura, em 15 distritos do Continente e na Região da Madeira, reveste uma especial importância na luta para travar a ofensiva anti-social do Governo.

Descendo à rua para apoiar reivindicações fundamentais - «pelo emprego, pelos salários, pela protecção social, pelos nossos direitos» - os trabalhadores rejeitam a injusta política de degradação das condições de vida e batem-se por tópicos essenciais de uma nova política.

Fazendo convergir em grandes acções populares diferentes processos reivindicativos específicos, os trabalhadores não só preparam uma resposta extremamente contundente à actuação do Governo e do grande patronato, como estão a criar condições propícias ao desenvolvimento da luta e a sua crescente globalização.

Sempre ao lado dos trabalhadores e profundamente mergulhado nas suas lutas, o «Avante!» apela à ampla participação na manifestação nacional da CGTP, pelos grandes objectivos sociais que sustenta e pelo contributo que constitui à luta por uma nova política.

Não é por vício ou por gosto que o movimento sindical unitário e todas as organizações que verdadeiramente se identificam com os trabalhadores compreendam a necessidade de dar um forte impulso à movimentação social. Estão a fazê-lo para proteger ou assegurar direitos e interesses inalienáveis, que em muitos casos já se aproximam da própria sobrevivência.

A agudização da conflitualidade social é mais uma vez da exclusiva responsabilidade do Governo e do grande patronato que «arvoram o lucro e a competitividade em valores sacrossantos, seguindo uma política cada vez mais injusta e desumana», como foi salientado pela Intersindical.

Com efeito, é de agravamento a evolução da situação em todos os domínios sociais mais relevantes.

O desemprego aproxima-se da taxa de 8 por cento da população activa e continua a crescer com mais despedimentos e novas falências e encerramento de empresas, sem que o Governo revele vontade e capacidade para inverter esta evolução.

As pensões e as reformas degradam-se em termos reais, o Governo legisla no sentido da sua futura redução legal, ao

mesmo tempo que promove sistematicamente a desresponsabilização do Estado das suas obrigações na área da segurança social, da saúde, do ensino e da habitação.

Prossegue o ataque aos direitos dos trabalhadores através de constantes violações e das pressões para provocar o seu prático esvaziamento - como acontece com a contratação colectiva - a prenunciar novas tentativas de «pacote laboral», incluindo em sede de revisão da Constituição.

No plano salarial, a chamada «moderação» revelou-se na prática como uma grande operação de redução dos salários reais e de empobrecimento forçado da população laboriosa. O Governo e o grande patronato não se contentam com a diminuição da participação do trabalho no rendimento nacional, em 1,5 pontos percentuais, verificado durante o consulado de Cavaco Silva. Querem-na reduzir ainda mais. O Governo não hesita, mesmo, em desonrar o

É imperioso não deixar escamotear que, a par da sanha anti-social do cavaquismo no nosso país, há a sanha anti-social das políticas, orientações e valores do Tratado de Maastricht e de outras directrizes comunitárias.

seu compromisso de «fazer crescer o salário mínimo nacional acima dos salários médios».

É tudo isto que confere uma força especial ao apelo da CGTP: «Vamos manifestar nas ruas o descontentamento e o protesto que grassam nas empresas e nos serviços, nas famílias e na sociedade.»

A ofensiva anti-social esteve também no centro das preocupações das Jornadas Parlamentares do PCP, de 21 e 22 de Fevereiro, tanto na sua expressão nacional sob a batuta de Cavaco Silva, como na sua dimensão comunitária conduzida pela Comissão de Bruxelas.

Octávio Teixeira chamou especialmente a atenção para o «paralelismo e a semelhança visíveis na natureza do ataque aos direitos dos trabalhadores portugueses por parte do Governo de Cavaco Silva e idênticas ofensivas por outros governos noutros países e pela Comissão da CE» para concluir que se trata de «orientações e políticas inscritas no Tra-

tado da União Europeia, que apresentam como valores supremos o livre-cambismo e a ortodoxia monetarista, em detrimento e à custa do emprego e da dimensão social do desenvolvimento económico».

As direcções de trabalho definidas e as iniciativas aprovadas pela Jornadas Parlamentares do PCP para a actividade dos deputados comunistas tanto na Assembleia da República, como no Parlamento Europeu, tomando por base a situação social do país e da região de Braga, onde se realizaram, constituem também um importante contributo para o grande movimento que é necessário levantar para barrar a ofensiva anti-social no nosso país.

Entretanto, é imperioso não deixar escamotear que, a par da sanha anti-social do cavaquismo no nosso país, há a sanha anti-social das políticas, orientações e valores do Tratado de Maastricht e de outras directrizes comunitárias.

Esta circunstância é mais um motivo a chamar a atenção para a importância das próximas eleições para o Parlamento Europeu como um terreno de luta privilegiado para, a par do combate a outras ameaças decorrentes da União Europeia, denunciar e fazer frente ao ataque generalizado que o capital desenvolve por toda a Europa contra o mundo do trabalho e as suas conquistas tão duramente alcançadas.

Carlos Carvalhas salientou a importância do resultado destas eleições, ao intervir na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares. Afirmou, a certa altura: «É também da máxima importância que nas próximas eleições para o Parlamento Europeu os trabalhadores e o povo português reforcem as forças políticas que aí defendem sem transigências os interesses do país, a dimensão social do desenvolvimento e uma construção europeia de cooperação e não de dominação, assente em nações soberanas e postas em pé de igualdade.»

Tanto a apresentação feita ontem do cabeça de lista da CDU à eleição para o Parlamento Europeu, que será o camarada Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, como a realização no próximo domingo do Encontro da CDU, mostram que o PCP e os seus aliados não perdem tempo para se lançar na preparação duma batalha eleitoral, onde a sua posição coerente em toda a matéria comunitária lhes confere uma real vantagem.

O que está em causa é uma viragem no rumo da política de integração europeia de acordo com os interesses da independência nacional e do desenvolvimento económico do país, com a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e a melhoria das condições sociais de todo o povo português.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português,
Rua Soares Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes —
1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:

Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa —
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais
e Revistas, Lda

Sector de Distribuição.
Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa.
Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praca Dr. Alberto Oliveira, 4,
3000 Coimbra
Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões,
4450 Matosinhos
Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso
na Heka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/95

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPANHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

As mãos chamuscadas

A demissão de Leonor Beza dos cargos que ocupava na Assembleia da República deu ensejo a Cavaco Silva para pronunciar novas palavras de grande simpatia pela sua ex-ministra: «é uma grande senhora», afirmou entre outros elogios.

Entretanto, ao ser interrogado sobre a sua própria responsabilidade no escândalo do Ministério da Saúde, Cavaco Silva já respondeu mal humorado: «O Primeiro-Ministro é responsável por tudo o que se passa no país, se chove ou se faz Sol, se há desastres, se há divórcios... Mas é julgado de quatro em quatro anos nas eleições».

Há que observar a S.Exa., em primeiro lugar, que os crimes, a corrupção e as irregularidades que se verificaram no Ministério da Saúde não têm nada a ver com a meteorologia, com o Código das Estradas ou com os desacertos no amor, que fogem à sua alçada. São graves desvios e atropelos no exercício da governação de que ele, Primeiro-Ministro, é superiormente responsável.

Curiosamente, a própria Leonor Beza, na declaração em que explicou ao «Expresso» a

sua demissão, salientou: «Ficou demonstrado que não pesa sobre mim qualquer responsabilidade civil ou criminal por actos praticados no exercício do cargo de ministra da Saúde.» É

talvez muito cedo para fazer uma afirmação tão taxativa, mas mais significativo, por agora, é que não se refere à responsabilidade política. Pode-se até concluir que foi porque acabou por se sentir politicamente responsável pelos actos já condenados em Tribunal que decidiu demitir-se dos cargos políticos que ocupava, apesar das

solidariedades que lhe foram manifestadas por Cavaco Silva, pelo Conselho Nacional e o Grupo Parlamentar do PSD.

E o Primeiro-Ministro, não tem também responsabilidades políticas?

A pergunta não tem que ver com as afirmações de solidariedade que sempre prestou à ex-ministra, chegando a declarar que «por ela ponho as mãos no fogo».

A interrogação legitima-se porque as irregularidades, a corrupção e os crimes do Ministério da Saúde se verificaram numa certa atmosfera política que era então domi-

nada pela estratégia do PSD e do Governo do «vale tudo», «o que é preciso é apresentar obra» para ganhar as eleições. E ganharam...

Mas aqui é que surge a segunda observação que é preciso fazer a S.Exa.

É que as vitórias nas eleições não lavam as faltas, os atropelos, as irregularidades, os abusos e os crimes, como este caso do Ministério da Saúde tão bem demonstra.

No regime democrático português as eleições não são a única forma de fiscalizar os governos, os ministros e os primeiros-ministros, ao contrário do que Cavaco Silva pretende fazer crer. Há os outros órgãos de poder político. Há, por excelência, os tribunais. Há a opinião pública e a comunicação social, que por vezes o poder não consegue instrumentalizar.

O caso do Ministério da Saúde mostra também como se engana quem julga que cala os escândalos impedindo os inquéritos parlamentares ou obstruindo as suas conclusões. Este, por exemplo, continua a produzir consequências, não se sabe quantas mais e por quanto tempo...

É por isso compreensível que o Primeiro-Ministro queira tirar as mãos do fogo. Mas já as tem bastante chamuscadas.

■ Carlos Brito

Trata-se de corrupção, não de meteorologia

Nunca mais

Segundo o «Independente», o Governo de Cavaco Silva aprovou três novas leis que lhe permitem a total devassa e violação da privacidade dos cidadãos. Diz a notícia que «a partir de agora, qualquer agente da PSP, da GNR ou do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pode organizar fichas sobre a vida privada de todos os residentes no território nacional», e pode fazê-lo sem passar cavaco a tribunais e juizes e sem necessidade de outra justificação que não seja a de presumir haver «indícios ou meras suspeitas de actos ilícitos».

A notícia não surpreende. Mas preocupa.

Não surpreende porque estas leis se inserem numa política que diariamente desfere poderosas machadadas na democracia política, social, económica e cultural. Não surpreende porque se sabe já que o Primeiro-Ministro, usando e abusando da maioria de que dispõe, todos os dias desvenda um novo pedaço da sua vocação prepotente, autoritária e arrogante.

Mas preocupa, porque tais leis constituem um perigoso passo na ofensiva cavaquista contra os direitos e liberdades dos cidadãos; porque tais leis configuram um sinistro modelo de estado orwelliano; porque tais leis expressam claramente o profundo pulsar totalitário de Cavaco Silva e do seu governo. Com todos os cidadãos fichados e minuciosamente e permanentemente vigiados pelo computador laran-

ja, Cavaco Silva — piscando os olhos, falando mau português, produzindo ridículos discursos, exibindo uma inimaginável incultura, abarrotando de presunção e água benta — sentir-se-á um omnipotente e omnipresente Big Brother.

Na realidade não passa de um pequenino, minúsculo bigbrotherzinho. Mas perigoso: porque se julga e quer ser grande; porque os louvaminheiros e bem remunerados escribas lhe dizem que é o maior (e porque cada Cavaco tem o Palma Cavalão que merece aí ainda o incansável Vasco Graça Moura a cumprir o papel de panegirista oficial do Chefe); porque tem poder e vemos como o utiliza. Poder que, por isso mesmo, é preciso ser-lhe retirado quanto mais depressa melhor. Daí a necessidade de intensificação da luta contra esta política e de entendimento entre todas as forças democráticas visando a construção e do concretização de uma alternativa democrática a este governo e à sua política.

As novas leis produzidas pelo aparelho cavaquista neste ano do 20º aniversário da Revolução de Abril dão actualidade e conteúdo à palavra de ordem que milhares e milhares de democratas irão gritar nas próximas comemorações populares: 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais.

■ José Casanova

Uma maioria «nova»?

A moção de estratégia que António Guterres apresenta à Convenção que o PS vai realizar no Porto em meados de Março e que, com alta probabilidade, irá orientar a linha desse partido nos próximos anos, constitui uma matéria de evidente interesse político para quantos relevam, na vida nacional, o problema da construção de uma alternativa democrática (com a inerente política democrática alternativa) ao já longo exercício do poder por parte da direita.

Não existindo, quanto à substância, novidades de maior em relação ao discurso centrista e hegemónico que os dirigentes do PS vêm adoptando - e que tem justificado críticas conhecidas e a indispensável diferenciação política por parte do PCP -, são ainda assim e de forma muito breve de recensar alguns pontos.

A consideração como «grande antagonismo das sociedades

modernas, o antagonismo entre os integrados e os excluídos do sistema» e a atribuição aos princípios do «individualismo solidário» (em contraposição ao individualismo «egoísta e narcisista» - sic), uma vez «levados até às últimas consequências lógicas», da capacidade de «assegurar a igualdade de direitos, oportunidades e poderes entre todos», constituem elementos esclarecedores do pântano em que se atola um pensamento que se pretende de «esquerda» e «socialista democrático».

Neste universo em que à partida são esbatidas as diferenças classistas que marcam acentuadamente a nossa sociedade, tudo está em seu lugar, como afirma a moda brasileira: os trabalhadores trabalhando, os exploradores explorando e os excluídos, abençoados... e aumentando. Qualquer reflexão sobre as crescentes

desigualdades sociais, as causas de tais fenómenos e as vias para a sua superação foi dispensada. E para «antecipar o futuro», «no quadro de uma economia de mercado irrecusável» a António Guterres basta «a mão criteriosa de uma concertação participada, aberta e descentralizada, integrando agentes públicos, sociais e privados».

«Sociedade solidária», «responsabilidade do Estado na igualdade de oportunidades»? Todos de acordo, naturalmente. Mas que significado real sobrar para tais expressões quando na esteira neoliberal dos Dias Loureiro, Couto dos Santos, Paulo Mendo e do próprio Cavaco Silva, António Guterres assume «a reforma do Estado Providência, que procure canalizar prioritariamente os recursos, que são escassos, para os verdadeiramente carenciados»? No tempo em que Spielberg já regressa ao

futuro, Guterres tenta, afinal, o trivial regresso ao passado: do Estado Providência - aliás bem magro, entre nós - ao velho Estado Caridade de antigamente...

Se é com esta linha que o actual Secretário-Geral do PS pretende assegurar a «fidelidade ao ideário de esquerda» e «potenciar soluções alternativas credíveis», de modo a que, como aponta, «o voto comunista (se dívida) o suficiente para proporcionar a vitória ao PS», António Guterres terá perdido verdadeiramente o seu objectivo.

Porque não irá alcançar nenhuma maioria. E se ainda que contra a razão a alcançasse ela não seria de facto «nova».

A alternativa democrática, uma maioria nova e uma nova política não passam obviamente por aí.

■ Edgar Correia

BÓSNIA

a estratégia da tensão

O mundo respirou de alívio. Aquela que seria a primeira intervenção militar da NATO fora do território da aliança não se concretizou. O formidável dispositivo belicista do «Alfsouth» comandado pelo almirante norte-americano Jeremy Boonde, não foi accionado. Mas o perigo não está definitivamente afastado. Dizem-nos

que os raids aéreos foram evitados precisamente graças à «determinação» ocidental em realizá-los. Elogiam-se as virtudes de um ultimato cujo pressuposto (o de que a tragédia de 5 de Fevereiro foi de responsabilidade dos sérvios bósnios) foi entretanto posto abertamente em causa pelos inquéritos realizados mas que poderia ter desencadeado uma incontável escalada militar do conflito. Tratar-se-ia afinal da vitória de uma política assente na força e na ameaça do uso da força como método privilegiado de solução dos conflitos. Refutamos frontalmente tais teses que, a não serem firmemente combatidas e abandonadas, não só impedirão uma solução política negociada do dramático conflito na Bósnia-Herzegovina e na ex-Jugoslávia, como conduzirão, com toda a probabilidade, a uma guerra ainda mais devastadora.

A Bósnia e toda a região está hoje minada por problemas de extraordinária complexidade e grande potencial explosivo, de Sarajevo à Krajina, de Mostar à Macedónia ou ao Kossovo. As responsabilidades das grandes potências pela situação são indiscutíveis, já que forçaram a desagregação da ex-Jugoslávia e a transformaram em terreno de luta pelo alargamento da sua esfera de influência e de domínio. Como no caso da Alemanha, impondo a separação da Croácia e da Eslovénia, e dos EUA, instigando Izetbegovic a prosseguir a guerra. Enquanto esta política de ingerência imperialista não for abandonada não será possível uma paz justa e duradoura na região. Como o mostra a mortífera explosão no mercado de Sarajevo, qualquer chispa, instigada ou não pelos serviços secretos das grandes potências, pode a todo o momento atear um incêndio de catastróficas proporções.

O que faz falta não é uma estratégia assente na força ou na ameaça da sua utilização, mas uma clara opção por uma solução política negociada do conflito, por mais difícil que seja. Porém, uma tal opção não virá por si, terá de ser imposta por uma ampla mobilização da opinião pública, à escala de cada país e no plano internacional. Há razões para pensar que também os Estados maiores das grandes potências, pouco seguros das consequências dos projectados bombardeamentos, respiraram de alívio. A verdade, porém, é que parecem mais interessados em alimentar o foco de tensão e de guerra na ex-Jugoslávia e nas Balcãs do que em contribuir para a sua efectiva solução. E por quê? Porque, além de lhes servir para tentar distrair atenções da brutal ofensiva em curso nos países respectivos contra as conquistas e direitos dos trabalhadores, constitui (como a guerra do Golfo ou a ingerência «humanitária» na Somália) um pretexto para construir os mecanismos da «nova ordem» imperialista tutelada pelos EUA. Mecanismos em que ONU, NATO, UE/PESC se entrelaçam numa perigosa engrenagem tendente a assegurar o condomínio das grandes potências sobre o mundo. Esta é a questão de fundo em relação à qual não podemos distrair-nos.

A.N.

CARTEIROS INSISTEM

Depois da greve nacional de dias 10 e 11, reuniu sábado em Lisboa o plenário nacional de carteiros, onde foi manifestada disponibilidade para a continuação da luta e foram aprovadas algumas iniciativas nesse sentido. O «carro do carteiro» irá, durante o mês de Março, percorrer todas as capitais de distrito, estacionando perto dos centros de distribuição postal ou dos locais de maior afluência de público; nos dias da passagem do «carro do carteiro» terão lugar plenários de trabalhadores e conferências de imprensa, e serão distribuídos documentos à população - anuncia-se numa nota do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações emitida no final do plenário. Foi também lançada uma campanha contra os intensos ritmos de trabalho, pelo pagamento das horas extraordinárias e pela admissão de mais carteiros.

PLENÁRIOS NA PORTUCEL

«Se a administração não alterar as suas posições, tal como as ORTs aprovaram no passado dia 9, as acções irão prosseguir, com a marcação de plenários de trabalhadores, para que sejam perspectivadas as datas para a continuação da luta», afirmam as federações sindicais dos Químicos e da Celulose. Num comunicado em que saúdam a elevada adesão dos trabalhadores da Portucel de Viana do Castelo à greve de 48 horas que ali teve lugar na semana passada, as federações sublinham que «tal como sucedeu em Leiria, Albarraque, Guilhabreu, Cacia e Setúbal, também os trabalhadores da Portucel Viana respondem de forma superior e inequívoca às exigências para que a administração da empresa apresente novas posições à mesa das negociações» do acordo de empresa.

FALÊNCIAS ILEGAIS ALASTRAM EM VISEU

A Tevisil, cujo encerramento deixará sem trabalho 330 pessoas, é «o exemplo mais recente» dos atropelos à legalidade e ao direito ao trabalho com direitos no distrito de Viseu, onde «o encerramento ilegal de empresas assume proporções alarmantes». Numa nota à comunicação social, o sindicato da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica de Viseu afirma que «o desemprego, os baixos salários, o trabalho precário e a instabilidade no pagamento dos salários, os salários em atraso e o encerramento fantasma de empresas é o pão nosso de cada dia», verificando-se nos sectores do âmbito do sindicato «constante instabilidade e insegurança no emprego».

Exigindo que o Governo actue para pôr termo a esta situação, o sindicato denuncia: «Fazendo vista grossa sobre a legislação que as próprias entidades empregadoras tanto se bateram para ver aprovada, não cumprem com nada do que ela estabelece. Encerram de um dia para o outro, não pagam os salários contratuais, não querem pagar as indemnizações que são devidas aos trabalhadores em caso de despedimento ilegal.»

GREVE NA ALMEIDA BASTOS

Para exigir o pagamento dos salários em atraso (Dezembro, Janeiro e subsídio de Natal), os trabalhadores da fábrica de calçado «Almeida Bastos e Dias, Lda», de Oliveira de Azeméis, estiveram dia 17 em greve «a quase cem por cento». Manuel Graça, do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, disse à Lusa que a empresa paralisou, encontrando-se a trabalhar apenas dois empregados de escritório num universo de 202 trabalhadores. Em plenário realizado junto à fábrica foi decidido retomar o trabalho até Março e, caso não sejam pagos os salários, voltar a fazer greve mas, desta vez, por tempo indeterminado.

DISCRIMINAÇÃO NA AUTOSIL

Teve uma adesão de cerca de 80 por cento a greve de dia 17 na fábrica de baterias Autosil, provocando a paragem completa de várias secções, disse, à Lusa, Jaime Salomão, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. A greve foi justificada pela discriminação nos aumentos salariais aplicados pela administração para 1994, que variam entre zero e sete por cento (nove por cento para os directores). A proposta do sindicato, entregue à administração em Novembro passado, reivindicava aumentos de 12 por cento, mas a direcção da empresa nunca apresentou qualquer contraproposta.

EF DO EXÉRCITO

O desbloqueamento das negociações da actualização salarial e da reestruturação de carreiras nos Estabelecimentos Fabris do Exército levou a que num plenário de ORTs fosse decidido mandar uma delegação para entregar ontem no Ministério da Defesa um protesto formal pelo «comportamento estático» do Governo face às reivindicações dos trabalhadores. Os representantes do pessoal dos EFE estiveram também dia 17 concentrados junto ao Conselho de Ministros, e estão a mobilizar os trabalhadores para participar na manifestação de sábado e para realizarem plenários e outras acções, admitindo a convocação de greve.

Exigindo a reabertura das negociações Função Pública ameaça levar o Governo a tribunal

Entretanto, continuam as manifestações públicas: no dia 17, os sindicatos fizeram-se ouvir no Conselho de Ministros; ontem, activistas e trabalhadores estiveram «a pão e água» na Praça da Figueira; sábado, vão estar na rua em todo o País, com a CGTP.

As organizações sindicais da administração pública estão a estudar a hipótese de colocar o Governo em tribunal, revelou o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, num comunicado com data de sexta-feira, adiantando os motivos para sentar o executivo no banco dos réus: por ofensa ao direito de negociação colectiva e por desrespeito do direito ao salário mínimo para a Função Pública.

«Mas a luta sindical vai continuar, pelos salários, pela estabilidade de emprego e pela defesa dos direitos sociais», afirma o STFPSA, anunciando para o dia de ontem uma iniciativa na Praça da Figueira, em Lisboa, para mostrar que, com os vencimentos decretados unilateralmente, o Governo quer pôr os trabalhadores «a pão e água». No comunicado, o sindicato apela ainda à participação na manifestação convocada pela CGTP para o próximo sábado.

Representantes das três comissões negociadoras sindicais da administração pública (Plataforma Reivindicativa, Fesap e STE) e dirigentes das estruturas que delas fazem parte estiveram na semana passada junto à Presidência do Conselho de Ministros, na altura em que ali decorria a habitual reunião semanal do executivo. Gritando palavras de ordem e exibindo faixas e cartazes, os sindicalistas levaram à Rua Teixeira Gomes os motivos do seu descontentamento.

Na ocasião, foi entregue na sede do Governo uma carta dirigida ao primeiro-ministro e subscrita pelas comissões negociadoras sindicais. Na missiva, exige-se de Cavaco Silva «uma intervenção que permita a reabertura e continuação das negociações de salários e outras matérias constantes dos dife-

rentes cadernos reivindicativos, assim como das questões relativas ao regime de emprego da administração pública».

As comissões negociadoras recordam que «como ficou claramente evidenciado nas greves de 25 de Janeiro e 11 de Fevereiro, os trabalhadores e as suas

estruturas sindicais não aceitam o fecho unilateral das negociações». E apontam ao chefe do Governo os motivos para tal posição:

– a existência de disponibilidades orçamentais para prosseguir a discussão relativa à actualização salarial;

– o agravamento para 5 por cento da diferença entre o salário mínimo da Função Pública e o salário mínimo nacional;

– a redução dos salários reais resultante dos aumentos de 2,5 por cento decretados pelo Governo (acompanhados da subida de 2 por cento dos descontos para a ADSE);

– o compromisso do secretário de Estado do Orçamento quanto à negociação das matérias de regime.



Dirigentes e activistas sindicais da administração pública concentraram-se na semana passada junto ao Conselho de Ministros para exigir a reabertura das negociações

Aumentos...

A portaria que impõe uma actualização salarial de 2,5% dos salários dos trabalhadores da Função Pública, foi publicada dia 9 no «Diário da República», numa atitude firmemente repudiada pelos sindicatos, que exigem a reabertura de negociações suplementares e denunciam a má-fé negociadora do Governo. Simultaneamente, são aumentados em 2% os descontos para a ADSE.

Os sindicatos da administração local (STAL e STML) apontaram alguns exemplos do que significa esta actualização salarial:

– um cantoneiro de limpeza ganhava 55 contos, tem um aumento de 275 escudos;

– um motorista de pesados ganhava 61 900 escudos, passará a ganhar mais 304 escudos;

– pedreiros, carpinteiros e serralheiros, que recebiam 51 300 escudos, ganharão mais 286 escudos;

– aumentará 252 escudos o salário de covei-

ros, auxiliares de serviços gerais, vigilantes e cozinheiros, que ganhavam 50 400 escudos;

– os trabalhadores administrativos, que ganhavam 82 500 escudos, passarão a receber mais 412 escudos;

– arquitectos, engenheiros e juristas somarão 618 escudos de aumento aos seus salários de 123 700 escudos.

Ah! O subsídio de refeição aumentará 10 escudos (de 473 para 483)!

É também referido o exemplo do índice 180, que se pode considerar como correspondendo à remuneração média mensal no sector; feitas as contas, passará de 82 500 escudos para 82 800, ou seja, terá um aumento de 300 escudos.

O salário mínimo que o Governo quer impor na Função Pública (de 46 960 escudos) fica 5 por cento abaixo do salário mínimo nacional.

Professores venceram primeira batalha das horas extra

No mesmo dia em que, no Porto, reuniam dirigentes da Fenprof, da FNE e do Sindep para analisarem os problemas da classe docente e, embora mantendo as conhecidas divergências, avançarem com iniciativas comuns de combate à política do Governo para a Educação, chegou às escolas um despacho da ministra Manuela Ferreira Leite ordenando que o pagamento das horas extraordinárias passe a ser feito nos mesmos termos do ano lectivo passado, até que seja emitido

o parecer da Procuradoria Geral da República sobre aquela questão.

Para a Federação Nacional dos Professores, a saída do despacho «representa um claro recuo do Ministério da Educação nos seus propósitos de impor, de forma ilegítima e prepotente, um abaixamento drástico no valor do serviço extraordinário docente e de, simultaneamente, pôr em causa a especificidade da função docente». O recuo do ME «é uma vitória dos professores que, levando a cabo de forma determinada e corajosa a greve mais

prolongada do movimento sindical docente, revelaram a consciência clara de que estava em causa a sua própria dignidade profissional», afirma-se numa nota do Secretariado Nacional da Fenprof, divulgada na passada sexta-feira.

«O mesmo não se poderá dizer de algumas organizações sindicais, nomeadamente a FNE, que, desde o início da luta, se recusaram a assumir um papel activo de contestação da prepotência do ME, não apoiando a greve decretada pela Fenprof

desde o dia 8 de Novembro», critica o documento.

O Secretariado Nacional da federação decidiu levantar agora a greve às horas extraordinárias, mas afirma-se na disposição de propor aos professores o reatamento desta forma de luta, «caso o ME se disponha a impor de novo, no pagamento do serviço extraordinário, medidas que colidam com a especificidade do horário dos professores, do qual a componente não lectiva é parte integrante e essencial».

Manifestações e concentrações em todo o País

4 razões de peso para exigir uma nova política

O direito ao trabalho, melhor protecção social, respeito dos direitos conquistados e melhores salários em 1994 são as razões apontadas pela

CGTP para que os trabalhadores participem em força na manifestação nacional convocada pela central para o próximo sábado (nesta página divul-

gamos as acções já marcadas em mais de uma dezena de distritos).

No folheto em que a *Inter* apela à participação na manifestação traça-se um quadro dos graves problemas que afligem os trabalhadores portugueses, acusando-se a política de Cavaco Silva e do Governo do PSD como responsável pela agudização dos conflitos sociais. «A nossa revolta é legítima face à ofensiva que contra nós está desencadeada», sublinha a CGTP.

A central defende que «o Estado tem o dever de promover uma política de pleno emprego, garantindo o aparecimento de novos postos de trabalho e defendendo o emprego existente».

Recusando que o Estado deixe de garantir a protecção na doença, no desemprego, na maternidade, na velhice e na invalidez, a CGTP apela aos trabalhadores: «Somos nós que pagamos os sistemas públicos de Segurança Social e de Saúde, através dos descontos que fazemos e dos impostos que pagamos. Vamos defender o que é nosso!»

Depois de denunciar a «triste realidade» da violação sistemática dos direitos dos trabalhadores, a Intersindical Nacional protesta: «Não podemos permitir que os direitos e liberdades fundamentais parem à porta do local de trabalho. Em nome da nossa dignidade de trabalhadores, vamos exigir que a legalidade democrática seja respeitada».

A CGTP defende que «os



Todos à rua!

Aveiro

Sábado, 15 horas
Av. Lourenço Peixinho

Braga

Sábado, 15.30 horas
Av. Central

Castelo Branco

Sábado, 16 horas
Delegação do Ministério do Emprego

Coimbra

Sábado, 15 horas
Praça 8 de Maio

Évora

Sábado, 16 horas
Jardim Público

Faro

Sábado, 16 horas
Largo do Tribunal Judicial

Funchal

Sexta-feira, 18 horas
Largo da Restauração

Guarda

Sexta-feira, 16.30 horas
Governo Civil

Leiria

Sábado, 16 horas
Largo de Paulo VI

Lisboa

Sábado, 15.30 horas
Praça do Marquês de Pombal

Porto

Sábado, 15.30 horas
Praça da Liberdade

Tomar

Sábado, 15 horas
Praça da República

Viseu

Sábado, 14.30 e 16.30
Assembleia Municipal e Rossio

salários dos portugueses têm que registar um crescimento efectivo em 1994», lembrando alguns factos que fortemente se contrapõem à política da contenção (ou melhor, redução) salarial:

- a inflação foi de 6,8 por cento em 1993 e deverá situar-se entre 6 e 7 por cento em 1994;

- com os governos de Cavaco Silva tem vindo a agravar-se a injustiça na distribuição do rendimento nacional (a

parte do trabalho desceu de 44, por cento, em 1985, para 43,2 por cento, em 1992);

- o salário mínimo nacional tem crescido menos que a média dos salários (apesar da promessa de que cresceriam acima dessa média, o que, a ser cumprido, colocaria o salário mínimo nacional em 55 contos já em 1993);

- os salários portugueses são 3 ou 4 vezes inferiores aos praticados, em média, nos demais países europeus; o salário

mínimo, por exemplo, que em Portugal não chega aos 50 contos, é de 75 contos em Espanha e de mais de 170 contos em França;

- os trabalhadores portugueses suportam uma inflação que é o dobro da média comunitária;

- Portugal apresenta o mais baixo nível de protecção social da Europa (a esmagadora maioria dos reformados recebe pensões pouco superiores a 25 mil escudos).

Lutas convergentes nas empresas de transportes

As organizações sindicais da CGTP-IN do sector dos transportes denunciam o bloqueamento da contratação colectiva e apontam o período de 7 a 10 de Março para a convergência da luta nas várias empresas.

Na generalidade das empresas de transportes, a contratação colectiva está bloqueada, «com as administrações a seguirem à risca as orientações do Governo no sentido de recusarem uma negociação séria e eficaz e de tentar impor uma brutal redução nos salários reais dos trabalhadores», afirma-se na resolução tornada pública no final da reunião que tiveram segunda-feira, na sede da CGTP, representantes das federações sindicais dos Transportes Rodovi-

ários e Urbanos, dos Ferrovários e do Mar, e do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos.

No documento, denuncia-se o prosseguimento de «acções violadoras dos direitos e garantias dos trabalhadores e seus representantes», citando como exemplos «a manutenção do regime sucedâneo na TAP, os milhares de despedimentos já verificados sob a forma de rescisão dos contratos de trabalho e os processos disciplinares, com vista ao despedimento, instaurados a dirigentes sindicais na Carris, apenas e só porque exerceram os seus direitos». As organizações da CGTP do sector de transportes acusam o Governo de ter uma atitude de «completa fuga ao diálogo, traduzida no facto de o ministro dos Transportes, que tutela as empresas, não aceder aos sucessivos pedidos de audiência que têm sido formulados». Perante esta postura de Ferreira do Amaral, os

sindicatos responsabilizam «directa e expressamente» o primeiro-ministro pela instabilidade laboral no sector.

«A gravidade da situação não se compadece com hesitações que impeçam a própria luta em cada empresa», afirmam os dirigentes sindicais, chamando a atenção para que o desenvolvimento das lutas de empresa «não pode mais ser adiado em nome da convergência em que o objectivo de todos na luta acaba por resultar em quase nenhuns». Assim, decidiram «reiterar a vontade de promover a unidade e a convergência, pelo que apontam o período de 7 a 10 de Março para a convergência da luta nas empresas dos transportes» e «igualmente reiteram a disponibilidade para aceitar outra data que as demais organizações entendam por-nos, desde que concreta e próxima da agora apontada, e não vagamente remetida lá mais para a frente

e maior». As organizações da CGTP no sector dos transportes «reafirmam que é pelo facto de estarem seriamente empenhadas em criar as verdadeiras condições para as lutas de maior amplitude que estão determinadas a realizar a luta em cada empresa», como já sucedeu anteontem na CP, e vão «dar expressão pública ao protesto dos trabalhadores» na manifestação do próximo sábado.

A greve de terça-feira foi convocada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, abrangendo meio dia de trabalho em todas as instalações da CP, com o objectivo de repudiar «a tentativa do conselho de gerência da CP e das administrações das restantes empresas do grupo CP de imporem uma redução efectiva de 4,5 por cento nos salários reais e no poder de compra dos trabalhadores».

Metalúrgicos e construção civil hoje em luta

A par da mobilização para as acções de sábado, os trabalhadores da construção civil e da metalurgia e metalomecânica estão hoje em luta a nível nacional.

A federação da Construção, Madeiras e Mármore - como noticiámos na semana passada - convocou para hoje uma greve de 24 horas em todas as empresas de construção civil e obras públicas do Continente, para exigir que seja respeitado no sector o direito à livre negociação, para protestar contra a retirada de regalias e para reclamar melhores salários.

A greve de hoje tem lugar depois de os sindicatos da UGT terem assinado um acordo que aceita a flexibilização do horário de trabalho (colocando os trabalhadores à disposição do patronato durante 50 horas por semana) e aumentos salarial de 3 por cento. A federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas avançou com a jornada de luta de hoje para unificar a luta dos trabalhadores das empresas do sector automóvel, da metalurgia e da metalomecânica, por aumentos salariais, reduções no horário de trabalho e defesa do emprego. Em vários casos, nomeadamente nos distritos de Lisboa e Porto, a jornada de luta será marcada por paralisações do trabalho.

Emigrantes votam para o PE

O Organismo Coordenador na Europa do PCP emitiu, na passada semana, um comunicado sobre as eleições para o Parlamento Europeu, assinalando que os emigrantes passam a poder optar e votar, por correspondência, em Portugal ou no país da UE onde vivem.

«As eleições para o Parlamento Europeu (PE), a realizar entre 9 e 12 Junho deste ano nos países da União Europeia (UE), vão efectuar-se num quadro de intensificação do processo de integração decorrente da entrada em vigor do tratado de Maastricht marcado por forte resistência popular.

«Em Portugal, a importância política destas eleições resulta do facto de se irem realizar numa situação de preocupante agravamento dos problemas nacionais que são o resultado da política do Governo PSD, que é inseparável do seu alinhamento a orientações da integração europeia lesivas dos interesses nacionais e determinadas pelos interesses dos países mais poderosos e do grande capital.

«Realizam-se estas eleições quando em todos os países da Comunidade continua a agravar-

-se o desemprego, crescem os ataques às conquistas sociais dos trabalhadores e se desenvolvem formas de trabalho precário. Ao mesmo tempo aumenta de forma preocupante o número de portugueses que emigram para países da Comunidade Europeia, vítimas de discriminações no plano dos direitos sociais. É também preocupante ver que a livre circulação de trabalhadores, no espaço comunitário, ao invés de contribuir para pôr termo a discriminações, está unicamente a servir ao patronato para a seu belo prazer utilizar mão-de-obra barata e superexplorada.

«Pela primeira vez nestas eleições para o PE, os emigrantes portugueses a residir num país da UE poderão optar e votar, por correspondência, em Portugal ou no país de residência.

«O PCP concorrerá a estas eleições nas listas da CDU com um projecto próprio em defesa de Portugal, dos trabalhadores, do desenvolvimento regional equilibrado, da cooperação mutuamente vantajosa e da solidariedade com os diferentes povos e países do mundo.

«O PCP apresentar-se-á também junto dos emigrantes com propostas que contemplarão as suas preocupações, e continuará, como provou no passado, a defender os interesses dos emigrantes quer seja exigindo do Governo português uma intervenção pronta junto dos outros governos e das instituições comunitárias, mas também intervindo prontamente, através dos deputados comunistas no PE.

«O PCP considera que os comunistas devem votar na

CDU (para Portugal por correspondência) e apela aos outros emigrantes que estão inscritos no recenseamento do nosso país, a votarem igualmente na CDU.

Os emigrantes poderão continuar a contar com os deputados comunistas que venham a ser eleitos para o PE, na defesa dos seus interesses e direitos.

«Entretanto, haverá com certeza numerosos emigrantes que, não estando recenseados em Portugal, poderão inscrever-se nos respectivos países de residência. A estes nós apelamos para que contribuam para o reforço das forças de esquerda consequentes na luta pela defesa dos trabalhadores, contra as discriminações e o flagelo do racismo e xenofobia e por uma Europa de paz e cooperação.

«O PCP reafirma o seu empenhamento em defesa dos interes-



ses dos emigrantes através dos seus deputados na Assembleia da República e no PE mas também dos seus militantes na emigração, numa estreita ligação aos trabalhadores emigrantes e suas organizações representativas.

Ao mesmo tempo, o PCP reafirma que, no campo dos direitos políticos, defende que os emigrantes possam vir a participar sem discriminações nas eleições municipais nos países de residência.

Braga

Realidade contrasta com propaganda oficial

«O distrito de Braga está mais pobre, a sua estrutura produtiva mais enfraquecida, os trabalhadores e a maioria do povo vivem hoje pior, há mais desemprego e subemprego, degradam-se o padrões de qualidade de vida» - conclui a DORBraga do PCP que reuniu recentemente para analisar a situação na região

Segundo os comunistas de Braga, «a realidade económica e social do distrito vem tomando cada dia mais evidente o contraste chocante entre a verdade dos factos e o optimismo da propaganda oficial».

Responsabilizando a política do Governo PSD, a DORBraga repudia a fixação do novo salário mínimo nacional e a «miserável actualização das pensões de reforma em valores que vão de 1500 a 1900 escudos».

«É a política do PSD, cujos governantes e deputados vêm ao distrito em visita às «empresas de sucesso» ou para inaugurar mais uns quilómetros de estrada, mas se recusam a ver o número de empresas falidas e o desespero e bandeiras negras dos desempregados sempre a aumentar».

Esta estrutura distrital do PCP chama ainda a atenção para o facto de a EDP estar a preparar o encerramento dos postos de atendimento ao público em grandes centros populacionais - Esposende, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Celorico de Basto - «o que vai obrigar os consumidores a deslocarem-se aos postos de

outros concelhos para efectuar o pagamento de um recibo em atraso, apresentarem uma reclamação ou receberem um reembolso».

Contudo, a EDP não se fica por aqui e vai eliminar os piquetes de reparações nos concelhos de Amares, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, passando a fazer o atendimento de avarias apenas em Braga e Guimarães e centralizando os piquetes nas unidades técnicas de Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Guimarães e Vila Verde.

Coutadas autárquicas

A reunião da DORBraga apreciou também «alguns traços negativos do funcionamento dos órgãos autárquicos constituídos após as eleições de 12 de Dezembro e desde já manifesta que não podem merecer o apoio dos eleitos comunistas, seja na vereação das câmaras de Braga e Guimarães, como nas assembleias municipais, as tendências já manifesta-

das pelos partidos maioritários para as práticas presidencialistas, o clientelismo e o frete político, o açambarcamento das competências municipais e o esvaziamento do trabalho colegial nos executivos, nomeadamente reduzindo ao mínimo as responsabilidades dos vereadores da CDU. O PS, ou qualquer que seja a força maioritária nos órgãos municipais, não pode fazer dos mesmos coutada sua que só não encerra totalmente porque os votos populares e as leis do Poder Local Democrático o impedem».

População de Seia quer novo cemitério

Uma das muitas consequências da gestão ruínoza do PSD à frente dos destinos da Câmara de Seia foi o constante adiamento da construção de um novo cemitério para a cidade, permitindo que o actual atingisse a sua capacidade.

Segundo uma nota da Comissão Concelhia do PCP, a anterior gestão do PSD «por incuria, desleixo ou teimosia» nunca quis resolver definitivamente o problema, procurando apenas ultrapassar pontualmente os sucessivos momentos de ruptura.

Neste sentido, o PSD sempre defendeu o alargamento do cemitério, solução sempre recusada pelas restantes forças políticas e pelos cidadãos de Seia.

Contudo, «inexplicavelmente, quando se supunha definitivamente enterrada a prática de gastos inúteis com soluções precári-

as e provisórias, eis que a «nova» gestão do PS do Município vem retomar os mesmos vícios e procedimentos da gestão PSD, pretendendo investir mais de duas dezenas de milhares de contos num remendo do cemitério».

Condenando esta atitude, os comunistas de Seia consideram que «o Município não pode continuar a dar-se ao luxo de investir fundos que não tem em situações precárias» e defendem que seja utilizado a título provisório o cemitério recentemente construído em Arrifana/Vodra, até que o novo cemitério da cidade esteja concluído. O comunicado termina alertando que «se o PS quer fazer uma gestão do Município equilibrada e diferente, há que não repetir os mesmos vícios da gestão PSD. Doutra forma, os munícipes não vão notar qualquer diferença».

Requerimento sem resposta

O mau funcionamento do Pólo de Seia do Instituto Poli-

técnico da Guarda é também motivo de preocupação dos comunistas que apresentaram ainda no ano passado um requerimento na Assembleia da República solicitando medidas urgentes para assegurem um desempenho satisfatório daquele estabelecimento de ensino.

Continuando ainda à espera de resposta, o PCP teme que a situação venha a agravar-se, sobretudo após o último acto eleitoral em que o PSD perdeu a Câmara, e que sejam aplicadas «eventuais represálias, como aliás pode inferir-se pelas afirmações públicas de alguns membros daquele partido em plena campanha eleitoral».

Esta situação levou o PCP a apresentar, em Janeiro passado, um outro requerimento na AR, solicitando ao Governo o cumprimento das promessas de instalação de uma nova Escola Superior de Tecnologia e Gestão, autónoma, bem como os meios necessários à manutenção e bom funcionamento do Pólo de Seia do IPG.

CAMARADAS FALECIDOS

Inácio Flor

Faleceu recentemente em Lagos, com 88 anos de idade, vítima de doença que sofria desde a sua prisão nas masmorras fascistas em 1948, o camarada Inácio Flor.

Operário conserveiro durante toda a sua vida, foi membro da Comissão Concelhia de Lagos do PCP, e foi eleito, nos anos 40, Presidente do Sindicato dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe de Lagos. O regime fascista e a Pide impediram contudo que tomasse posse do cargo, prendendo-o e torturando-o nas masmorras do Aljube, Caxias e Peniche.

João Bento

Faleceu no passado domingo, João Augusto Borges Bento, nascido em 10 de Abril de 1940, no Fundão, licenciado em Educação Física pelo INEF de Lisboa.

João Bento foi técnico e treinador de voleibol de diversas equipas e foi dirigente da Associação de Voleibol de Lisboa. Trabalhou também na Direcção Geral dos Desportos em 1975 e foi professor do ISEF, em Lisboa, entre 1976 e 1980, donde acabaria por sair por divergências com a orientação imprimida por aquele instituto.

Foi comentador de Voleibol da RTP e era actualmente professor de Educação Física na Escola C+S de Alfragide (de cujos conselhos directivo e pedagógico fez parte) e da licenciatura em Educação Física do Instituto Superior de Matemáticas Aplicadas. Foi autor de artigos em diversas revistas, particularmente na «Horizonte», e do livro «Voleibol na Escola».

João Bento foi assessor do vereador Rego Mendes da CM de Lisboa, nos pelouros do Desporto e da Educação. Frequentou um curso de treinadores de 1º grau de Voleibol, na Checoslováquia, em 1982. Militava na Organização de Professores de Lisboa do PCP.

Manuel Costa

Faleceu, no passado dia 13, Manuel Joaquim Martins Costa, quando contava 72 anos de idade. Natural de Vila Praia de Âncora, filiou-se no Partido em 1975, embora já nos tempos de juventude as suas posições políticas lhe tenham custado a prisão.

Uma nota da Comissão Concelhia do PCP de Caneças, lamentando a morte do «camarada e amigo Costa, como era popularmente conhecido na Freguesia» salienta as suas «qualidades humanas raras, entre elas a de manter relações humanas fraternas com todos os que com ele conviviam. No Partido e perante o Partido sempre manteve uma atitude de grande seriedade e inultrapassável empenho nas tarefas de que foi incumbido ou que assumiu voluntariamente».

Manuel Real

Faleceu Manuel Joaquim Real aos 70 anos de idade. Funcionário da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, entrou para o Partido em 1974, militando na organização de A-dos-Loucos, em S. João dos Montes, onde foi um dos obreiros do Centro de Trabalho local.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Jovens ajudaram bom resultado da CDU

«Notável» foi como Carlos Carvalhas qualificou a contribuição dos jovens para os bons resultados da CDU no distrito de Setúbal.

O secretário-geral do PCP falou no encerramento de um encontro distrital de Setúbal de activistas e eleitos da juventude CDU que decorreu no passado sábado na sede da Junta de Freguesia de Alcochete.

A contribuição dos jovens «com as suas propostas, animação e intervenção» foi importante «não só para os bons resultados globais como também para a expressão eleitoral da juventude», sublinhou Carvalhas que recordou os «resultados eleitorais muito favoráveis nas mesas do jovens, muitas vezes acima da média eleitoral, o que só por si tem um inegável significado político», frisou.

O dirigente comunista assinalou ainda a «relevante presença de jovens eleitos nas listas CDU agora em funções e a intervenção nas autarquias, não apenas em relação aos problemas da juventude mas também em muitas outras áreas de responsabilidade, o que desde logo mostra a diferença em relação aquelas forças que exibem e utilizam a juventude como «jarrões» em campanhas eleitorais, sem nunca lhe atribuírem efectivas responsabilidades e espaço de decisão e intervenção, numa estratégia de isco para a caça aos votos».

Afirmando que é com a «intervenção e responsabilização» dos jovens que se criam melhores condições para dar resposta aos problemas das populações, Carlos Carvalhas não deixaria de criticar a política do PSD, afirmando que «são os jovens os que detêm a maior percentagem de desemprego e de emprego precário, a que há que somar as dificuldades de habitação e a crescente desresponsabilização do Estado em áreas vitais como a saúde e o ensino».

PCP contra fusão nas telecomunicações

O recente anúncio da fusão das empresas de telecomunicações foi condenado pelo PCP que, numa nota assinada pelo Executivo do Organismo de Direcção nas Empresas do Sector Empresarial do Estado e pela Coordenadora Nacional do PCP do Sector das Telecomunicações, considera que o objectivo do Governo é privatizar e provocar uma redução substancial dos postos de trabalho.

O Governo do PSD tornou público, na passada 5.ª feira através de um comunicado de imprensa, o conteúdo dos termos de fusão das Empresas de Telecomunicações, confirmando-se inteiramente, tal como o PCP tem afirmado, que o Governo pretende atingir dois objectivos essenciais com esta fusão:

1. Preparar as melhores condições para dar início ao processo de privatização das empresas, para colocar este sector estratégico e altamente rentável nas mãos e sob controlo do capital privado, nacional e estrangeiro.

2. Provocar uma redução substancial dos postos de trabalho e tentar retirar ou reduzir

direitos e regalias sociais conquistados pelos trabalhadores das várias empresas. Isto é, como diz o Governo no seu comunicado, obter «uma dimensão mínima em termos de recursos humanos e financeiros».

O Governo PSD/Cavaco Silva na sua ânsia de privatizar para servir interesses dos senhores da Comunidade Europeia segue para cada caso a sua tática: nas Telecomunicações é a fusão, na TAP e EDP é o desmembramento para privatizar.

O Governo, submetido aos ditames das empresas multinacionais, tendo uma política e uma estratégia que, a irem por diante, transformariam Portugal num país dependente do estrangeiro com uma economia de subcontratação, não pode e

deve ser impedido de levar por diante a chamada reestruturação do Sector das Comunicações e Telecomunicações.

O Executivo do Organismo de Direcção da Organização do PCP nas empresas do Sector Público:

- manifesta a sua completa oposição a esta fusão e aos seus objectivos;

- reclama uma nova política que: assegure a defesa dos interesses nacionais no sector; aproveite integralmente as capacidades e os recursos humanos existentes nestas empresas; preserve todos os postos de trabalho, as conquistas e direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores; aprofunde a natureza social dos serviços prestados.

O PCP manifesta a sua confiança em que os trabalhadores saberão desenvolver as acções e formas de luta que impeçam a concretização desta fusão subordinada aos interesses do grande capital privado e apela à sua participação nas grandes *Manifestações de sábado, 26 de Fevereiro, convocadas pela CGTP-IN, de exigência de uma nova política.*

Património ameaçado no Porto e Gaia

Os centros históricos do Porto e Gaia estiveram em debate na passada sexta-feira, numa sessão promovida pela DORP, que defendeu a recuperação deste património no quadro de uma política autárquica que melhore a qualidade de vida das populações

Na iniciativa, que atraiu perto de uma centena de pessoas, participaram Ilda Figueiredo, vereadora na CM do Porto, Honório Novo, vereador da CM de Gaia, e Joaquim Nascimento, membro da Assembleia de Freguesia de

Miragaia. Como convidados especiais estiveram presentes Joaquim Miranda, deputado do Parlamento Europeu, Abílio Fernandes, presidente da CM de Évora, e Rui Godinho, vereador da CM de Lisboa.

A progressiva degradação dos centros históricos pôde ser constatada pelos eleitos durante uma visita que antecedeu o debate.

Durante os trabalhos foi particularmente sublinhada a necessidade de trabalhar pela recuperação destas zonas tendo sempre em conta e chamando à participação as populações, ao invés de planear o seu desalojamento e forçada transferência para bairros periféricos, por vezes autên-

gicos ghettos, com tem acontecido no Porto.

Do mesmo modo, os intervenientes denunciaram o arrastamento dos problemas até à ruína e derrocada das habitações e realçaram as experiências com sucesso verificadas em Évora e Lisboa.

Para os participantes a recuperação passa não só pela reconstrução, manutenção e saneamento das construções, mas também pela preservação das tradições populares, pela vivificação cultural e social dos bairros dos centros históricos, pelo apoio e chamada à participação dignificada na gestão autárquica das associações e colectividades e das populações em geral.

PS recusa pelouro a vereador CDU

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP qualifica de «profundo sectarismo e prepotência» a atitude da maioria socialista na CM de Coimbra ao não atribuir qualquer pelouro ao vereador da CDU, dr. Santos Cardoso, «por todos reconhecido pelo seu valioso contributo para a resolução dos problemas do concelho».

Ainda recentemente, Santos Cardoso foi o único vereador a votar contra o aumento do abastecimento de água e dos transportes colectivos aprovados pelo Executivo municipal, posição que foi prontamente apoiada pela Concelhia do PCP que considera estes aumentos «sem qualquer fundamentação» e como mais uma «tesourada nos salários reais dos trabalhadores».

A DORC, que reuniu no passado sábado, debruçou-se sobre a situação social, denunciando a Sociedade de Porcelanas, onde a administração pretende não autorizar a realização de plenários. A

DORC chama a atenção para a continuação da crise no sector têxtil e solidarizar-se com os trabalhadores da Ideal e com os das empresas cerâmicas de Taveiro e Ribeira de Frades, que têm cinco meses de salários em atraso.

A economia da região sofre ainda com a crise que atinge os Estaleiros Navais do Mondego, onde muitos trabalhadores estão a ser convidados a rescindir os contratos.

Esta estrutura regional do PCP anunciou igualmente o plano de trabalho para este ano, onde se destacam inúmeras iniciativas já no mês de Março, para assinalar o aniversário do PCP.

De salientar ainda a realização próxima das assembleias das organizações concelhias de Figueira da Foz, Condeixa e Soure, a promoção de diversas reuniões plenárias de quadros, e a realização no final do ano da 3ª Assembleia da Organização Regional.

GOVERNO TEME VERDADE

O deserto na planície alentejana
Encontro do PCP - vice inversão

Entrevista com Carlos Carvalhas



Jornalismo com sabor a Ketchup

DRUGA
Tratamento e reinserção social

Comunistas desafiam PSD a debater regionalização

O aniversário do «Avante!» foi assinalado na passada semana, durante uma sessão pública promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal, que no Centro de Trabalho do Edifício Arrábida, e contou com a participação de Carlos Brito, membro da Comissão Política e director do nosso jornal.

Para além da numerosa assistência, a sessão dedicada ao aniversário do órgão central do partido atraiu a atenção da comunicação social local - em particular das rádios locais, que procuraram recolher depoimentos sobre o significado do 15 de Fevereiro, data da primeira edição, em 1931, do «Avante!».

Outros plenários e reuniões de militantes ocorridos no concelho de Setúbal, durante o fim-de-semana, debateram a importância do aumento da venda do «Avante!». Na Anunciada, Praias do Sado e Falharão, realizaram-se reuniões em que participaram os camaradas Luísa Araújo, do Secretariado do CC, e Leandro Martins, do CC e redactor do «Avante!», onde a par da discussão da situação política geral, foram analisadas medidas concretas para o aumento da divulgação e venda do nosso jornal.

Um painel com publicidade do jornal «Avante!» esteve prestes a ser desmontado por ordem expressa do actual presidente da Marinha Grande. Esta atitude, considerada pelo PCP como prepotente e ao «melhor estilo do que era prática corrente antes do 25 de Abril», só não teve consequências maiores porque a operação foi inviabilizada no local por alguns responsáveis do Partido.

A Comissão Concelhia da Marinha Grande relata que o painel, anteriormente utilizado pela CDU, foi revestido com publicidade ao «Avante!» tendo para isso sido entregue na Câmara um requerimento para a sua legalização, que foi aceite pela vereadora Teresa Coelho.

Contudo, decorridas algumas horas, uma grua da Câmara Municipal iniciava, sem sucesso, o desmantelamento do painel e ao fim da tarde do mesmo dia, era recebido no centro de Trabalho do PCP um ofício do presidente da Câmara a fixar um prazo de 10 dias para a desmontagem da estrutura.

Os comunistas da Marinha Grande recordam que «o direito à propaganda é um princípio constitucional» e que a Câmara é obrigada a autorizar o painel, naquele ou noutro local da cidade.

Dinis Miranda foi recordado no passado domingo, em Évora, quando se assinalava o 4º aniversário da sua morte. Organizada pela Comissão Concelhia de Évora do PCP, dezenas de camaradas, amigos e familiares participaram num romagem à campa de Dinis Miranda no Cemitério de Évora. Na ocasião, Raimundo Cabral, membro do Conselho Nacional do PCP e responsável da DOREV, usou da palavra para lembrar a «luta árdua contra a feroz e repressora ditadura» em que «homens como Dinis Miranda, confiantes nos ideais do seu Partido, armados com a teoria revolucionária, ligados à classe operária e ao povo trabalhador, nunca vergaram a qualquer tipo de pressão».

A 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures vai realizar-se no próximo dia 19 de Março, segundo anunciou a Comissão Concelhia que decidiu intensificar a discussão preparatória da assembleia, marcando para isso um conjunto de reuniões e debates para o aprofundamento dos temas discussão.

A Comissão Concelhia analisou ainda a situação social no concelho onde várias empresas estão em dificuldades afectando centenas de trabalhadores, que vêm ameaçados os seus postos de trabalho e suspensas as negociações colectivas.

Instabilidade, descrença e desilusão fazem parte do dia-a-dia dos trabalhadores do STCP, cujo conselho de gerência «parece fadado para destruir a mais importante empresa de transportes da região do Porto, favorecer os privados, piorando as condições de milhares de utentes e desumanizando as relações de trabalho», denuncia a célula do PCP no STCP.

Esta situação está a levar muitos trabalhadores a «hipotecar o futuro com rescisões de contrato altamente desfavoráveis». Os comunistas condenam «o esvaziamento, desactivações, entrega de carreiras e consequente diminuição da área abrangente», manifestando-se contrários ao «afunilamento do STPC à cidade do Porto que contribui para o seu declínio progressivo».

Desemprego e questões sociais dominam Jornadas Parlamentares

PCP impõe agendamento do rendimento mínimo de subsistência

As questões do emprego e da coesão social, tendo como pano de fundo as políticas comunitárias, foram temas em foco nas Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas nas passadas segunda e terça-feira, em Braga. Contando com a participação do Secretário-Geral do PCP, que interveio na sessão inaugural, as Jornadas procederam igualmente a um balanço da aplicação dos fundos comunitários e analisaram detalhadamente as repercussões no nosso país dos acordos do GATT, sobretudo nas áreas têxtil e agrícola.

Espaço de reflexão, que contou igualmente com a presença dos deputados comunistas ao Parlamento Europeu, as Jornadas foram ainda uma oportunidade para avaliar com detalhe o quadro económico e social que se vive na região e no País. Noutro plano, merecem relevo as propostas e iniciativas aprovadas no decorrer das Jornadas, orientadas para dar resposta efectiva aos problemas concretos do País e dos portugueses, as quais não deixarão de marcar no futuro próximo a linha de actuação do Grupo comunista no Parlamento. Pelo meio, registo ainda para os múltiplos contactos e visitas em que se desdobram os deputados do PCP, uma prática em si habitual, como forma de tomar o pulso ao País real, em tudo diferente das passagens excursionistas que ainda muito recentemente dois outros grupos parlamentares levaram a cabo pela região.

Flagelo estrutural

A grave crise social que atinge os trabalhadores na Europa Comunitária constituiu, entretanto, um dos temas mais desenvolvidos no decorrer das Jornadas, alertando os deputados comunistas neste capítulo para o crescente desemprego existente em Portugal, o qual atinge os 320 mil trabalhadores, 31 mil dos quais recenseados só no passado mês de Janeiro.

De acordo com a apreciação feita no decorrer dos trabalhos, o desemprego está a transformar-se num "flagelo estrutural", quer em Portugal quer nos seus parceiros comunitários, o que é encarado como um dos "principais elementos constitutivos da actual desordem económica e social que se vive na Comunidade Europeia".

Contrariando a ideia difundida por alguns sectores, segundo a qual a supressão de emprego resulta dos progressos tecnológicos, os parlamentares do PCP insistem na tese de que o problema é outro, ancorando, isso sim, na estratégia das transnacionais de transferirem a produção (no todo ou em parte) para áreas do planeta onde os trabalhadores têm salários de miséria e não estão ao abrigo de qualquer esquema de protecção social.

Aprofundando a sua reflexão sobre esta problemática, à luz

das próprias soluções propostas no "Livro Branco" da Comunidade, assumidas no nosso país pelo Governo PSD e pelo próprio PS, as Jornadas concluíram que tais propostas se revelam incapazes de combater de forma duradoura o desemprego - uma vez que não questionam as suas causas estruturais - e servem para dar cobertura à ofensiva em curso contra os direitos dos tra-

balhadores e os esquemas de segurança social por estes duramente conquistados.

"Apela-se à moderação salarial e a aumentos inferiores ao crescimento da produtividade, mas omite-se qualquer proposta de moderação dos rendimentos do capital, bem como a necessidade de os ganhos de produtividade apropriados pelo capital deverem ser prioritariamente dirigidos para a criação de emprego no âmbito do investimento produtivo", assinalam os deputados comunistas, que ele-

gem ainda como questão central as "responsabilidades de uma política económica orientada para a máxima e imediatista rentabilidade do capital".

Urge mudança radical

Mas o melhor exemplo de como uma política assente em mão-de-obra barata não resolve nenhum problema, antes os agrava, como recordam as conclusões das Jornadas, é o própria região onde estas se realizaram,

onde ocorrem gravíssimos problemas sociais, em particular no sector têxtil, como testemunha o Vale do Ave, onde prossegue a falência e encerramento de empresas, cresce o desemprego e aumenta o trabalho infantil.

Daí que os deputados do PCP ao Parlamento Europeu tenham assumido o compromisso - na sequência, aliás, da atenção particular que têm vindo a prestar às discussões sobre o "Livro Branco" - de continuar a pautar a sua actividade pela exigência de uma mudança radical das actuais ori-

entações comunitárias, com vista a "uma priorização do combate ao desemprego, à garantia do processo social e à concretização de orientações visando a harmonização das condições de vida e de trabalho pelos padrões comunitários mais elevados".

Resultado da sua observação directa a partir das visitas e audições efectuadas durante as Jornadas, o clima de intimidação existente sobre os trabalhadores e dirigentes sindicais mereceu igualmente uma nota muito crítica por parte dos deputados comunistas, que manifestaram a sua preocupação pela situação e qualificaram de "instrumento repressivo", com a cumplicidade do Governo, os despedimentos que têm atingido aqueles que mais se destacam na luta pela defesa dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Carlos Carvalhas

Não se combate o desemprego apostando nos baixos salários

O problema do desemprego, a situação dos trabalhadores e dos reformados e o crescente diferencial entre os níveis de desenvolvimento económico de Portugal e a média dos países comunitários situam-se, no momento presente, entre as preocupações centrais dos comunistas portugueses, afirmou o Secretário-Geral do PCP, na sessão inaugural das Jornadas Parlamentares.

Estes aspectos ocuparam, aliás, na sua maior parte, o discurso de Carlos Carvalhas, organizado a partir de referências ao próprio quadro económico e social existente na região de Braga, local escolhido para as Jornadas, e tendo sempre como pano de fundo as políticas de Maastricht e suas incidências no plano nacional.

Tratou-se, sobretudo, de fazer a demonstração de como são erradas as orientações do Executivo nos domínios da política económica e social, indissociáveis dos ditames que emanam do Tratado da União Europeia, apontando simultaneamente caminhos alternativos, com propostas e medidas concretas, capazes de responder aos graves problemas com que o País se confronta.

Mas uma outra questão de fundo, de natureza mais ideológica, esteve igualmente presente nas palavras do dirigente comunista, marcando decisivamente toda a sua intervenção. Referimo-nos à ideia por si reafirmada logo no início de que a "melhoria do nível e qualidade de vida dos trabalhadores e das populações são o centro e a finalidade do crescimento económico".

Foi uma espécie de mote a partir do qual Carlos Carvalhas fez a ponte, respectivamente, com a situação nacional (exemplificada com o Vale do Ave) e com as políticas de Maastricht, declarando a propósito, no primeiro caso, que "é necessário interromper esta política", e, quanto ao segundo, que contrariam as "necessidades de relançamento económico" de Portugal, na medida em que este "precisa de ter uma estratégia própria para a sua economia e não ser um pau mandado das estratégias delineadas pelos outros".

Entendendo que para se dar combate à actual situação é necessário conhecer as causas e os meios para a sua superação, Carlos Carvalhas defendeu depois que não se "dá combate ao desemprego diminuindo o investimento público e produtivo e continuando com uma afectação dos fundos estruturais virada para as clientelas e para os ciclos eleitorais".

A este respeito, classificou de escandalosa a atribuição ao Instituto Progresso e Social Democracia de verbas do Fundo Social Europeu no valor de 677 mil contos com vista, imagine-se, «formação partidária», desafiando Cavaco Silva a esclarecer o País sobre este financiamento encapotado ao PSD com dinheiros públicos.

A necessidade de "desmantelar a engrenagem da recessão" e de proceder a uma "reorientação da política económica da esfera mone-

tária e especulativa para a esfera («real») produtiva da economia, constitui outra condição indispensável para dar combate ao desemprego, segundo o Secretário-Geral do PCP, que considerou profundamente errado, por outro lado, continuar a apostar numa "estratégia de desenvolvimento assente nos baixos salários, sem dar resposta aos estrangulamentos da investigação/produção e da indústria/formação/comercialização" e à ruína para que caminha a nossa agricultura.

"Não se dá combate ao desemprego, mas, pelo contrário, promove-se-o, continuando com a política de leilão e de saldo da propriedade da nação que mais tarde ou mais cedo tenderá a ficar nas mãos ou no domínio estratégico de estrangeiros, como o atestam, entre outros, o caso Banesto e a Centralcer", prosseguiu Carlos Carvalhas, antes de afiançar numa resposta ao PS, que o Vale do Ave "não está condenado a ser cobaia de mezinhas milagreas que não dão resposta aos seus problemas".

O caminho terá de ser outro, insistiu o dirigente comunista, garantindo que esse percurso não passa pela política do PSD, por uma política de deflação e de concentração e centralização de capitais e da entrega ao exterior de alavancas fundamentais da economia nacional, mas sim, frisou, por uma política de desenvolvimento, "com incentivos à organização do tecido produtivo e com uma nova organização do trabalho e inserção da nossa economia na União Europeia".

Verberado pelo dirigente comunista, noutro plano, foi a crescente desresponsabilização do Governo relativamente às suas obrigações sociais em áreas fundamentais, críticas que tornou extensivas ao modo como se continua a proteger e a promover as actividades especulativas e parasitárias, bem como ao acentuar do desequilíbrio da distribuição do rendimento nacional em desfavor dos trabalhadores.

Comentadas por Carlos Carvalhas foram ainda as próximas eleições para o Parlamento Europeu, que considerou da "máxima importância", associando-as à necessidade de assegurar uma "atitude de firmeza na defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses" e, nessa medida, à consequente necessidade de reforçar as forças políticas que nas instituições europeias "defendam sem transigências os interesses do País, a dimensão social do desenvolvimento e uma construção europeia de cooperação e não de dominação".

"Nós nunca nos vergaremos à construção de uma União Europeia comandada pelos interesses do grande capital em que as políticas sociais servem apenas de enfeite para fazer passar a política neoliberal", asseverou Carvalhas, antes de acrescentar que o PCP nunca se resignará à construção de uma Comunidade onde, por exemplo, "um só especulador pode ganhar numa só noite mil milhões de dólares, mas onde, num só dia, milhares e milhares de trabalhadores perdem o seu emprego".



Posicionamento centralista

Pronunciando-se sobre o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) recentemente aprovado em Bruxelas - outra das matérias que foi objecto de uma circunstanciada análise -, os deputados comunistas lamentam que não se tenha realizado um debate profundo sobre a questão, imputando ao "posicionamento centralista e não dialógico do Governo" as responsabilidades por tal facto, que consideram grave, uma vez que, referem, impossibilitou a "necessária discussão sobre uma indispensável e urgente definição de uma estratégia de desenvolvimento para o País no quadro do processo de integração".

Sublinhada pelas Jornadas foi ainda a contradição existente entre as verbas a mobilizar no período de 1994 a 99 e as medidas de política económica e social em curso e previstas, as quais têm vindo a desmantelar o aparelho produtivo nacional, com uma dinâmica sobretudo virada, no entender do PCP, para transformar Portugal numa "plataforma giratória das grandes transnacionais, virado para vender a localização e outros recursos, sem investimento produtivo significativo gerador de emprego estável".

"É um real modelo de dependência este que está a ser construído", alerta a formação comunista, dando como testemunho o efeito multiplicador gerado pelo PDR sobre o emprego, estimado pelo Governo para o primeiro



Carlos Carvalhas, num momento da sua intervenção nas Jornadas Parlamentares do PCP realizadas em Braga

Quadro Comunitário de Apoio em cerca de 80 mil novos postos de trabalho, mas que não excede os 100 mil emprego no segundo QCA, isto é, menos de um terço do número de novos desempregados que a política do PSD gerou nos últimos doze meses.

Acordos prejudiciais

Não menos atentos estiveram ainda os deputados comunistas aos acordos do GATT e às suas repercussões na economia portuguesa, em particular no sector têxtil e na agricultura. A este respeito, fazem notar com particular preocupação que, ao contrário da propaganda desenca-

deada pelo PSD, os acordos do GATT "irão ser prejudiciais para a economia portuguesa e europeia, consolidando a liderança dos EUA no comércio mundial".

A não inclusão nos acordos do GATT de cláusulas sociais mínimas que tornem menos desumanas as condições de exploração a que estão sujeitos muitos trabalhadores (sobretudo em países da Ásia, África, e até Centro e Leste europeu), e que evitem simultaneamente a prática do dumping social, constituiu outro aspecto para o qual as Jornadas chamam a atenção, atendendo a que o fim progressivo do acordo multifibras vai colocar a nossa indústria têxtil, algo-

doeira e laneira (cerca de 30 por cento do volume de exportações e um terço do volume de emprego) em competição aberta, mas em condições de concorrência desleal, com aqueles países.

Este problema tem uma incidência ainda mais grave em regiões como o Vale do Ave (que assenta a sua economia na mono-indústria têxtil), o que somado com a inexistência de qualquer plano global de intervenção para o sector, coloca na ordem do dia a necessidade de um "plano global de modernização, reorganização tecnológica e diversificação da base produtiva para onde convirjam os vários programas e medidas avulso

existentes". Lutar por esse objectivo, quer na Assembleia da República, quer no Parlamento Europeu, foi um dos compromissos assumidos nas Jornadas pelos deputados comunistas.

Não menos preocupantes, na perspectiva do PCP, são também as incidências dos acordos do GATT na agricultura nacional. Em sua opinião, tais acordos agravarão a tendência já manifestada com a reforma da PAC para o desequilíbrio dos mercados, designadamente quanto ao vinho e à fruticultura, deixando a nossa agricultura e o sector agro-alimentar mais expostos à concorrência de países terceiros.

Daí o apelo saído das Jornadas no sentido de o Governo adoptar uma posição firme na defesa da viticultura nacional, no próximo debate a realizar no Parlamento Europeu sobre esta matéria, defendendo designadamente a proibição da adição de sacarose para aumentar artificialmente a graduação dos vinhos de baixo teor alcoométrico natural, medida que só serve os países do centro e norte da Europa.

Uma acção virada para a resolução dos problemas

A utilização do direito de agendamento para inscrever na ordem do dia o seu projecto de lei que fixa um "rendimento mínimo de subsistência", constituiu uma das decisões aprovadas pelos deputados comunistas nas Jornadas de Braga, de onde saiu o anúncio de outras importantes iniciativas legislativas do PCP relacionadas com problemas concretos e situações para as quais urge dar resposta.

É o caso de um outro projecto de lei, que está a ser ultimado, visando o reforço das garantias e direitos dos representantes dos trabalhadores. Na base desta iniciativa, o clima de intimidação hoje existente em muitas empresas sobre os trabalhadores e seus representantes sindicais, consubstanciado em discriminações e despedimentos, instrumento repressivo que no entender do PCP está a ser largamente utilizado pelas entidades patronais, com a cumplicidade do Governo.

Ainda no plano legislativo, realce merece igualmente a apresentação para breve de um diploma visando a reabertura de um processo de regularização dos cidadãos que residiam em Portugal em situação ilegal à data do início do processo de regularização concluído em Março do ano passado.

A instituição de um "regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca", constitui outra das iniciativas legislativas a apresentar na Mesa da Assembleia, respondendo deste modo às aspirações de cerca de 30 mil pescadores que continuam sem uma legislação específica de trabalho, pese embora as condições duras e perigosas em que desenvolvem a sua actividade.

Preocupados com as consequências do GATT sobre a economia portuguesa, cujos interesses em sua opinião estão longe de estar salvaguardados, os deputados do PCP decidiram ainda, por outro lado, propor junto da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República uma audição pública sobre a matéria.

Octávio Teixeira alerta: "A ofensiva do Governo visa a destruição dos direitos laborais e sociais"

Aumento do desemprego, congelamento ou redução dos salários reais, bloqueamento da contratação colectiva, desregulamentação do mercado de trabalho, crescimento da pobreza e da exclusão social, retrocesso em medidas e apoios de natureza social, tais são, segundo Octávio Teixeira, algumas das consequências decorrentes da actual ofensiva do Governo contra os direitos sociais, em particular os direitos dos trabalhadores.

Esta questão dominou por completo a intervenção proferida pelo líder parlamentar comunista na sessão de abertura das Jornadas, levando-o a estabelecer um paralelismo entre esta postura de Cavaco Silva e idênticas ofensivas hoje levadas a cabo, quer por outros governos noutros países, quer pela própria Comissão da Comunidade Europeia.

Para Octávio Teixeira, a semelhança é por de mais evidente, relevando a "similitude dos argumentos, pretextos e pretensas soluções apresentadas", o que do seu ponto de vista não pode deixar de significar que "as razões profundas desta ofensiva tem natureza marcadamente ideológica, visando a destruição sistemática de direitos laborais e de um modelo de protecção social arduamente conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitas dezenas de anos".

As razões que determinam este procedimento, ainda segundo Octávio Teixeira, "não radicam no facto de Cavaco Silva e Balladur serem liberais ou de Filipe Gonzalez e Jacques Delors socialistas", mas sim, observou, no facto de "estarem irmanados na defesa de orientações e políticas, inscritas no Tratado da União Euro-

peia, que apresentam como valores supremos o livre-cambismo e a ortodoxia monetarista, em detrimento e à custa do emprego e da dimensão social do desenvolvimento económico".

O que verdadeiramente está em causa, por conseguinte, não são os nomes e os rótulos, como

fez questão de salientar o presidente da formação comunista, mas sim as políticas, designadamente as políticas económicas, que, enfatizou, "têm de estar ao serviço do progresso social e não o inverso".

"O valor supremo e objectivo último da economia devem ser o ser humano e o bem-estar social, e não a competitividade selvagem da ortodoxia liberal", sublinhou, depois de, momentos antes, ter

reiterado a frontal recusa do PCP em aceitar as teses da necessidade do retrocesso social ou da indispensabilidade do dismantelamento do chamado «Estado-Providência», bem como da inevitabilidade do crescimento do desemprego.

"Falsa alternativa" é igualmente, na perspectiva do dirigente comunista, a aceitação por parte dos trabalhadores entre "níveis salariais e sociais idênticos aos do Bangladesh" ou irem engrossar o exército de desempregados, em qualquer delas relevando a "regressão social e a espoliação dos trabalhadores".

A alternativa é outra, lembrou, e passa, em sua opinião, por "uma estratégia de desenvolvimento que enterre as orientações e políticas do liberalismo inscritas no Tratado de Maastricht", privilegiando, inversamente, o "crescimento económico, a diversificação produtiva, uma melhor distribuição da riqueza e maior justiça social".



Joaquim Miranda

Apoio aos têxteis não compensa mau negócio do GATT

O abandono dos critérios de convergência respeitantes ao Tratado de Maastricht, em particular a União Económica e Monetária (UEM), não apenas em relação aos prazos estabelecidos para a sua concretização na caminhada para uma moeda única, como também o abandono da própria ideia de convergência nominal, dando prioridade à convergência real, foi uma das ideias defendidas pelo deputado comunista ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, no decorrer das Jornadas de Braga.

Na sua intervenção, onde deixou um veemente alerta para os "perigos das orientações neoliberais da Comunidade", em foco esteve também o "Livro Branco" sobre o "crescimento, competitividade e emprego", comentando a este propósito que ele "muito tem de competitividade e algo contém sobre crescimento", mas "nada tem orientado, efectivamente, para o combate ao desemprego".

"O que é patente, isso sim, é a ausência de preocupações no domínio social que, uma vez mais, é adiado, subalternizado, recordou Joaquim Miranda, antes de chamar a atenção para a "insuficiência das iniciativas previstas em ter-

mos de investimento, que se limitam, no essencial, às já anteriormente previstas redes transeuropeias", bem como para o carácter precário das verbas destinadas a tal objectivo.

Aprofundando esta questão, o deputado comunista expressou ainda a sua recusa em

aceitar que o caminho para a actual situação de crise passa pela "insistência nas orientações monetaristas e no aprofundamento dos ataques aos direitos sociais dos trabalhadores".

Abordado por Joaquim Miranda, foi também o acordo do GATT, negociações que em sua opinião foram marcadas por uma "séria cedência europeia relativamente aos interes-

ses norte-americanos" e pela secundarização a que foram votados no contexto da Europa os interesses dos países com economias mais frágeis.

Isto teve efeitos particularmente graves em sectores como a agricultura e os têxteis, alertou, sublinhando a propósito deste último que as verbas acordadas para apoio às nossas empresas são "manifestamente insuficientes para colmatar as incidências negativas decorrentes do acordo estabelecido neste domínio".



Estudantes em desobediência civil

As associações de estudantes do ensino superior, que se reuniram em Coimbra durante o fim-de-semana, tencionam apelar à desobediência civil e boicotar o estabelecimento do montante das propinas nos senados universitários.

Unanimemente, as 70 associações presentes, entre as quais as federações de Lisboa e Porto, reclamaram ainda a revogação da Lei das Propinas e insurgiram-se contra o conteúdo e o processo de aprovação do diploma, sem consulta aos estudantes.

Ao apresentar a proposta de boicote à aplicação da Lei junto das instituições universitárias, a Federação Académica do Porto (FAP) aludiu ao desajustamento do diploma à "incapacidade de diálogo" e à "falta de uma política educativa ajustada às necessidades do país".

Para os participantes no Encontro Nacional de Direcções Associativas, a desobediência civil "é forma de contestação útil para a defesa do ensino superior".

A realização, a 24 de Março, de actividades descentralizadas em todas as academias, alargadas a todos os agentes do ensino (paralisações, manifestações ou outras), foi outra das medidas aprovadas.

Ainda em Março, os estudantes pretendem levar a cabo uma campanha de sensibilização da opinião pública sob o lema "o nosso presente é o futuro de Portugal".

Nos próximos meses está previsto publicar um documento nacional com a compilação dos dados referentes ao ensino, na posse dos Sindicatos, Conselho de Reitores e Conselho Nacional da Educação.

Durante a reunião, as federações fizeram um convite às estações de televisão para realizarem um debate sobre o estado actual do ensino, com a participação da Ministra da Educação, reitores, coordenadores dos Politécnicos e representantes dos alunos.



Os estudantes universitários vão endurecer a sua luta

Lisboa/94

Lisboa torna-se capital da cultura às 11:00 de sábado, numa sessão solene no Centro Cultural de Belém, onde se fará a transmissão do título de "Capital Cultural" de Antuérpia para Lisboa. A inauguração da exposição "Lisboa Subterrânea", um concerto pela Orquestra Sinfónica de Londres e um espectáculo de fogo de artifício, no Parque Eduardo VII, são algumas das iniciativas de sábado. O resto da noite, até à manhã de domingo, será ocupada com iniciativas nos bares e discotecas da capital, com quatro eléctricos a assegurarem o transporte entre o Bairro Alto e a Avenida 24 de Julho, e o elevador da Glória sem parar até nascer o sol. Domingo procede-se à inauguração da exposição "Escultura Angolana", no Museu Nacional de Etnologia (11:00), à repetição do Concerto da véspera no Coliseu (11:30), à estreia do filme "Uma cidade qualquer", no Centro Cultural de Belém (12:15) e realizar-se-á um espectáculo de palhaços, durante a tarde, no Terreiro do Paço. Será o princípio de muitos acontecimentos a ocorrer este ano.

Expo 98

Um abaixo-assinado promovido por residentes e trabalhadores da área de intervenção da Expo 98 está a circular para desmonstrar a «grande inquietação pela forma como todo o processo está a ser conduzido». Falta de informação, assistentes sociais que «fazem questionários mais que pormenorizados» ao ponto de tentar saber os rendimentos dos residentes, chamadas individuais à delegação da Expo de «gente idosa e indefesa que sai atemorizada sem saber para onde vão morar ou com indemnizações que só darão para a compra de uma barraca» e comerciantes postos perante «prazos curtos e inti-

midatórios de saída», são alguns dos factos relatados. Transparência e diálogo de quem organiza um evento que trará «desenvolvimento e progresso» são as exigências dos signatários que querem ser parte no processo.

JCP

Estruturas da JCP estão empenhadas na organização do V Encontro Nacional do Ensino Secundário (a realizar em Almada a 26 de Março), como foram os casos da organização distrital de Bragança e do ensino secundário do distrito de Lisboa que no passado fim-de-semana realizaram plenários de preparação da iniciativa. A política do PSD à

frente do Ministério da tutela há 13 anos, o parque escolar mal dimensionado e degradado, a implementação descoordenada da Reforma Educativa e o acesso à universidade foram alguns dos problemas debatidos.

Carlos Paredes

O estado de saúde do guitarrista Carlos Paredes, que comemorou quinta-feira 69 anos, é grave mas a sua situação era, segunda-feira, estácionária. Internado pela primeira vez no Hospital de Santa Maria em Dezembro, Carlos Paredes mantém uma situação neurológica "muito melhor" do que quando ali deu entrada, segundo a descrição de uma fonte hospitalar.

Schengen informático

O Diário da República publicou a lei que estabelece os mecanismos de controlo e fiscalização do Sistema de Informação Schengen. A autoridade nacional encarregada de controlar a parte portuguesa do Sistema de Informação Schengen é a Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados. O diploma cria ainda o Centro de Dados que serve o sistema, o qual fica

dependente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Notas

Anualmente entram em circulação 150 milhões de novas notas e são destruídas 100 milhões a 120 milhões de notas portuguesas, segundo dados do Banco de Portugal revelados a propósito da construção do novo Complexo do Carregado. Actualmente há 355 milhões de notas em circulação. O sistema bancário entrega ao banco central na área de Lisboa para tratamento e certificação de autenticidade cerca de 180 milhões de notas por ano (quase meio milhão de contos por dia).

Deficientes

A delegação de Évora da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) denunciou o facto de os deficientes do distrito estarem privados do fornecimento e reparação de próteses e ortóteses. A associação denunciou também a "situação de subaproveitamento e inoperatividade" do centro de saúde de Estremoz. O documento refere que está a efectuar-se a "desactivação de extensões periféricas" do centro de saúde, nas freguesias do concelho de Estremoz.

Hemodialisados de Évora Provedor recomenda indemnizações

O Provedor de Justiça, Menéres Pimentel, recomendou que o Estado adiante indemnizações provisórias aos Insuficientes Renais Crónicos e aos familiares dos doentes já falecidos, na sequência do caso dos Hemodialisados de Évora.

Para o efeito, Menéres Pimentel propõe a "criação imediata de um fundo" destinado às indemnizações e a "prestar assistência social (financeira, clínica e outra que se mostre necessária) aos doentes sobreviventes e aos agregados familiares dos já falecidos".

A recomendação consta de um documento sobre o caso dos hemodialisados de Évora e no qual Menéres Pimentel propõe também a realização de novos inquéritos, independentemente do conhecimento dos relatórios das autópsias e das suas conclusões.

O relatório, citado pela Lusa, é dirigido ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Câmara Municipal de Évora, com conhecimento aos ministros do Ambiente, Justiça e Planeamento e Administração do Território.

Menéres Pimentel recomenda "a assunção formal pelo Estado da sua responsabilidade civil solidária pelas lesões e mortes dos IRC assistidos na Unidade de Hemodiálise do HDE, independentemente do apuramento da responsabilidade de cada titular de órgãos, funcionário ou agente, autores de actos ou omissões ilícitos e culposos".

Entretanto, os relatórios de autópsia sobre as vítimas do caso da hemodiálise foram já concluídos pelo Instituto de Medicina Legal de Lisboa e enviados para o representante da Procuradoria-Geral da República em Évora.

Minas da Panasqueira fechadas

As Minas da Panasqueira, o mais importante filão de volfrâmio da Europa que durante a segunda guerra mundial chegou a empregar mais de cinco mil homens, encerraram na terça-feira passada. Dos últimos 273 trabalhadores abrangidos pelo despedimento colectivo, restam apenas cerca de 40, que deverão permanecer nas minas, até ao final do mês "para arrumar a casa", disse, à Agência Lusa, Sameiro Azevedo, da comissão intersindical das minas. Face à supressão dos postos de traba-

Herança de CIÊNCIA e STRIDE Que se passa

A comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP considerou a recente demissão do presidente da JNICT, justamente na altura em que o programa de apoio comunitário PRAXIS XXI estava a ser ultimado, de ser «mais um sinal preocupante quanto à isenção do quadro de "política" de ciência e tecnologia que vem sendo configurado e, em particular, quanto à acrescida governamentalização dos órgãos de gestão do programa». O PCP, em comunicado datado do passado dia 17, «rejeita que a política científica e tecnológica seja uma "política" de influências à margem dos actores institucionais» e exige «que seja divulgada a actual versão do PRAXIS XXI» e «esclarecidas com verdade as razões da demissão do Presidente da JNICT».

O PRAXIS XXI, que será gerido pela JNICT (o organismo da administração pública responsável por coordenar a elaboração e a futura execução deste programa), mobilizará um montante da ordem dos 112 milhões de contos, escalonados

ao longo de um hexénio, sendo 72% financiado por fundos estruturais comunitários, 24% pelo Orçamento do Estado e 4% pelo sector privado. Trata-se de uma rubrica incluída no novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), cuja aprovação final foi já anunciada para o próximo dia 28.

«Não se trata de uma dádiva da União Europeia sem compromissos, nem de um afluxo renovável», lembra a nota. O PRAXIS XXI será o sucessor dos anteriores programas CIENCIA e STRIDE que haviam apoiado o desenvolvimento das actividades científicas e tecnológicas em Portugal no âmbito do anterior QCA.

Historiando o processo, a Comissão do PCP lembra que em Outubro de 1993 fora já aprovado pelo Conselho Superior de Investigação Científica e Tecnológica (CSICT) uma versão preliminar do programa PRAXIS XXI de cujo conteúdo foi dado conhecimento a órgãos e instituições com competência na coordenação e execução do referido programa.

Essa versão veio ainda a ser reelaborada, tendo os capítulos "objectivos gerais e prioridades" e "estrutura e tipologia das acções" sido clarificados e melhorados. O capítulo mais sensível, a "intervenção do PRAXIS XXI nos grandes domínios da investigação", terá sido, segundo o PCP, também reelaborado no seio da JNICT, «em termos ainda não divulgados», sob a orientação do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. É esse capítulo que reflecte a maior ou menor abertura ou acessibilidade do programa, a influência de grupos de interesse ou de pressão, e os condicionalismos impostos ou as opções tomadas por decisão política do responsável governamental.

Perguntas por responder

Começam precisamente neste capítulo as razões para a

Com o PRAXIS XXI?

crítica do PCP em relação à evidente intenção de apoiar certas áreas ou mesmo projectos excessivamente concretos cujos destinatários estão por isso previamente determinados». «Para que serve então a encenação do programa aberto e do concurso

região, pergunta o PCP «qual foi o papel das instâncias da administração pública central (desconcentrada) e da administração local e das próprias instituições de I&D na definição de tais objectivos? E estará claro e salvaguardado que o

tor Company, também conhecido por Relatório Porter). Terão os parceiros industriais sido consultados?», pergunta a comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP que acrescenta ao rol de dúvidas: «Terão os programas PEDIP II e PRAXIS XXI e outros que configuram este próximo QCA sido compatibilizados?»

Considerando que a incapacidade revelada pelo Governo na articulação de políticas «não permite dar-lhe o benefício da dúvida» nesta matéria, a nota refere-se ainda à gestão do programa: «Continuará a gestão dos concursos e financiamentos a ser imprevisível quanto a prazos e a regulamentos, e a ser rígida quanto a âmbitos de actividade e a normas administrativas? Para quando a avaliação factual e crítica do CIENCIA? Para quando maior grau de autonomia das instituições executoras quanto ao conteúdo das suas actividades, fundamentada nas capacidades e nas necessidades reais? Para quando a segurança de financiamento das despesas de funcionamento das instituições e a estabilidade dos quadros de pessoal permanente?»

O PCP exige «o maior rigor e objectividade» na concepção e execução do programa. «Não basta que o Governo saiba negociar dossiers. Importa muito mais que tenha e saiba conduzir políticas. Políticas que têm de ser isentas, correctas e aceites pela maioria das partes interessadas, que nelas jogam o seu trabalho ou até o seu futuro», diz a nota.

desenvolvimento não é unidimensional e que as regiões deprimidas não devem ser confinadas a programas de espectro estreito?».

Que articulação?

Não isentos de dúvidas surgem os programas orientados para objectivos sectoriais de desenvolvimento. «Não vemos nos propósitos enunciados serem esses programas suficientemente objectivados e instrumentais face à realidade dos sectores produtivos portugueses (por exemplo, os analisados no estudo efectuado pela Moni-

112 milhões para a ciência e tecnologia nas mãos do Governo. Para onde vai o dinheiro?

público? Será por exemplo aceitável que, sem debate ao nível da Comunidade Científica e das suas instituições, as Ciências e Tecnologias do Espaço e as Microtecnologias devam ser as tecnologias avançadas a priorizar em termos nacionais? Será ainda aceitável individualizar a tomografia de emissão de positrões (PET) entre as Ciências e Tecnologias da Saúde como objecto de estímulo privilegiado?», pergunta-se na nota.

Também em relação aos programas de «desenvolvimento regional», que se diz serem liderados por instituições e dirigidos à satisfação de necessidades específicas de cada

Assimetrias do poder de compra

O poder de compra português está concentrado essencialmente nos concelhos de Lisboa e Porto e na faixa litoral, com 50 por cento do total em apenas 22 concelhos.

Segundo o Sales Index, índice de poder de compra elaborado pelo gabinete de estudos da Marktest, em Janeiro, Lisboa atingiu um valor de 148,86 e o Porto um valor de 51,90.

Loures (36,68), Sintra (26,19), Vila Nova de Gaia (20,95), Cascais (20,94), Oeiras (17,87), Amadora (17,71), Almada (17,42) e Matosinhos (16,70) são os concelhos que completam a lista dos «dez mais».

Além dos concelhos limítrofes de Lisboa e Porto, também Coimbra, Guimarães, Braga, Setúbal e Leiria conseguem ficar acima do índice 15.

No plano oposto estão pequenos concelhos do interior, nomeadamente, alentejanos, com valores inferiores a um ponto no índice de poder de compra.

O pior valor é o do concelho alentejano de Barrancos (margem esquerda do Guadiana), com apenas 0,24. Segue-se a região, também alentejana, de Alvíto (0,29).

Completam a lista dos mais pobres Vila do Rei (0,33), Penedono (0,33), Mourão (0,36), Castanheira de Pêra (0,37), Arronches (0,38), Sardoal (0,38), Pedrógão Grande (0,39) e Constância (0,39).

A grande maioria dos concelhos do interior não ultrapassa os dois pontos no índice Sales Index.

O Sales Index da Marktest é uma pernilagem que parte das variáveis índice de rendimento e índice de população.

Para a determinação do índice de rendimento entram factores como a contribuição predial, a sisa, o imposto sobre veículos, o consumo de energia eléctrica, a venda de automóveis, as dependências bancárias e os estabelecimentos comerciais retalhistas.

Defesa Nacional e Forças Armadas

O novo CEMGFA e as Forças Armadas ou o novo CEMGFA e o Governo

O General Soares Carneiro terminou a 25 de Janeiro a sua estada como Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

O novo CEMGFA, cumpridos os trâmites legais, é o Almirante Fuzeta da Ponte.

Perde-se por entre as brumas da memória a recordação de um CEMGFA saído da Marinha.

Se na altura a nomeação do Gen. Soares Carneiro causou surpresa generalizada, nomeadamente no Exército, hoje a surpresa foi o enorme sururu na corrida ao cargo.

O contexto em que Fuzeta da Ponte vai desempenhar o cargo é substancialmente diferente do dos seus antecessores. A nível internacional releva uma complexa situação e a nível nacional três factores sobressaem:

O primeiro é o quadro legislativo existente - consagrado na Lei Orgânica de Bases da Organização das FA's (LOBOFA) e na revista lei Orgânica do MDN -, através do qual o Governo puxou a si mais e mais competências, numa escalada governamentalizadora sem precedentes.

O segundo é o processo de reestruturação e redimensionamento que vai sendo rapidamente implantado no plano formal, mas que se torna lento na sua materialização de facto, já que não foram tidas em conta realidades objectivas.

A desmotivação é hoje um dado incontornável, fruto de uma política pouco transparente para com os militares, do trucidar de direitos e expectativas legítimas quanto à carreira, da ausência de medidas visando a dignificação material, social e política dos militares. Agravava-se a disjunção entre um discurso de modernidade, de desenvolvimento, etc., e uma realidade que comporta um aumento de vencimentos de valor zero e também abissais diferenças entre os direitos dos militares portugueses e os dos outros países com quem se tornaram frequentes os contactos.

O terceiro factor é o das dificuldades orçamentais resultantes de uma errada política global do Governo e, neste particular, de opções erradas ao nível da defesa militar. A opção Fragatas MEKO se não é um insondável mistério é um insondável problema, a opção Alpha-Jet está a caminho de o ser e quanto ao Exército não vale a pena fazer comentários.

O dispositivo e o sistema de forças aprovado pelo Governo e que visa a construção de umas FA's de integração multinacional, no seguimento da aprovação do Conceito Estratégico da Aliança Atlântica e demais resoluções entretanto tomadas no seio da NATO, vão-se tornando cada vez mais a prioridade, remetendo para plano secundário a resposta a necessidades fundamentais da defesa nacional e da defesa militar.

Também nesta área a política do facto consumado é um método de trabalho. Se não há verba para o intrinsecamente nacional, então que haja para o intrinsecamente multinacional,

ou, em linguagem mais soft, «para a satisfação dos compromissos internacionalmente assumidos». Mas quem os assume e em que termos? Quem negocia e em que termos?

Atente-se que a Lei de Programação Militar, aprovada em 1993 para o período 93/97, será sujeita a revisão este ano e, a acreditar numa notícia vinda a público num matutino (D.N. 17/2/94), irá sofrer uma redução na ordem dos 6%, comprometendo assim a execução de muitos programas previstos e gerando novos factores de instabilidade nas FA's.

Torna-se importante recordar que três ex-Chefes de Estado Maior (Andrade e Silva, Loureiro dos Santos e Conceição e Silva) abandonaram a chefia dos respectivos Ramos por entre críticas às opções governamentais. E torna-se importante referir que muitas centenas de oficiais e sargentos têm vindo a sentir-se lesados com algumas das medidas do Governo, recorrendo para várias instâncias de poder, incluindo o Presidente da República.

Se o quadro sinteticamente descrito revela grandes dificuldades para o novo CEMGFA, sobretudo a de gerar consensos, a verdade é que o Alm. Fuzeta da Ponte não está isento de responsabilidades.

Se é dado adquirido que os navios são o espelho de qualquer Marinha, o panorama existente, com grande parte dos meios em idade de reforma e as inúmeras peripécias que têm envolvido as Fragatas MEKO, tornam o espelho baço. Dir-se-á que a opção MEKO e a ausência de uma política visando a renovação atempada dos meios navais, nada têm a ver com Fuzeta da Ponte. É certo que efectivamente assim é. Mas a Fuzeta da Ponte ou a qualquer outro CEM o que é exigido é dar uma resposta concreta ao quadro concreto de problemas e eles eram e são multifacetados e implicam a definição criteriosa de prioridades, objectivos claros, discutidos e assumidos, uma gestão de pessoal cuidada porque são as pessoas a principal espinha de qualquer estrutura.

A actual situação nas FA's não é só justificável à luz de dificuldades orçamentais. A actual situação é também, e porventura na sua maior parte, justificável à luz da governamentalização crescente da instituição, ausência de diálogo com os militares, constatação de posturas situacionistas - que são uma coisa muito diferente do cumprimento das directivas emanadas do poder democraticamente eleito pelo voto dos cidadãos, que são uma coisa muito diferente do inquestionável princípio de subordinação das FA's ao poder político - geradoras de desconfiança, baixo élan e pouca assunção técnico-profissional.

O novo CEMGFA herda uma complexa situação objectiva, mas também outra de igual grandeza subjectiva. Veremos como gere a situação existente.

Professores na Baixa Pombalina

Um grupo de trinta professores participou, no passado dia 18, numa visita guiada pela Baixa Pombalina, integrada no programa «Pelas Freguesias de Lisboa» do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa.

O aprofundamento da ligação da Escola ao Meio é um dos objectivos centrais desta iniciativa, que já levou, durante os últimos três anos, centenas de professores às ruas de todas as freguesias de Lisboa.

A visita à Baixa Pombalina teve início às 9 e 30, no café Martinho da Arcada, no Terreiro do Paço, com a presença do Vereador António Abreu, responsável pelo Pelouro da Educação e Juventude.

Os professores são acompanhados, durante as visitas, por especialistas nas áreas do património, história, vida local e social, economia e outras áreas importantes para o conhecimento da cidade.

SETÚBAL EM PORMENOR

Eleitos e técnicos da CDU percorreram durante todo o passado domingo várias freguesias do concelho de Setúbal, deslocando-se junto de valas reais, estações elevatórias e de tratamento de águas residuais, furos de água e lixeira municipal, para aprofundamento do conhecimento das questões de saneamento básico e distribuição de água. A iniciativa incidiu particularmente em Manteigadas, Praias-Sado, Faralhão, Pontes, Azeitão e Pinhal da Espanhola. A CDU vai promover acções (visitas e debates) de carácter temático, com o objectivo de dotar os eleitos do concelho de maior capacidade de intervenção e estabelecer uma melhor ligação às populações.

CÂMARA DO MONTIJO VISITA FREGUESIAS

A presidente da Câmara do Montijo, Jacinta Ricardo, decidiu efectuar um programa de visitas regulares a todas as freguesias do Concelho, que se vão concretizar ao longo dos quatro anos do mandato agora iniciado. Este programa de deslocações tem como objectivo «estabelecer um contacto mais directo e regular com as populações das diversas freguesias de forma a obter um conhecimento ainda mais profundo sobre os reais problemas do Município e, juntamente com os executivos das Juntas de Freguesia, encontrar a solução mais adequada à sua resolução». A primeira destas visitas realizou-se na passada terça-feira, dia 22 de Fevereiro, na freguesia de Montijo, a que se seguiu uma reunião com o executivo da Junta.

MOITA FINANCIA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS

No próximo dia 25, a Câmara da Moita vai submeter à aprovação da Assembleia Municipal os protocolos de acordo a celebrar entre a Autarquia e o Ministério da Educação, com vista à remodelação e ampliação da Escola Secundária da Moita e à construção de duas novas escolas C+S.

Devido à superlotação das escolas do Concelho e ao estado de degradação que a Escola Secundária da Moita apresenta, a Câmara «vinha há muito a reivindicar a construção de uma nova escola na Baixa da Banheira e outra na Moita, para além da completa remodelação da Secundária já existente nesta última localidade», informa o respectivo Gabinete de Informação, que acrescenta:

«Segundo os protocolos de acordo propostos pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, as obras para a construção das novas escolas terão início ainda este ano, enquanto a remodelação e ampliação da Secundária da Moita será concretizada no próximo ano.»

A Câmara financiará a construção das escolas em 30 por cento do seu custo total (incluindo a cedência dos terrenos), assim como os encargos referentes à execução dos arruamentos envolventes aos edifícios.

Bragança recusa redução dos GAT's

A intenção do Governo em reduzir o número de GAT's (Gabinete de Apoio Técnico) foi duramente criticada numa Moção proposta pela CDU e aprovada, por maioria, pela Assembleia Municipal de Bragança.

Começando por historiar a situação, a Moção explica que «o Governo tem em curso um processo conducente à redução do número de GAT's (Gabinete de Apoio Técnico), apontando para que a sua área tenha como base uma lógica de correspondência às NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos). A concretizar-se esta medida, a área do futuro GAT iria abranger concelhos como Montalegre, Boticas, Vila Pouca de Aguiar e os da denominada Terra Quente Transmontana».

Recordando que «os GAT's constituem um suporte da acção municipal, nomeadamente em concelhos do interior, apesar do processo de esva-

ziamento progressivo quanto à sua qualificação e capacidade de decisão», a Moção considera que «a intenção do Governo de alterar a área dos GAT's irá conduzir ao seu distanciamento dos municípios e a uma redução da sua eficácia em termos técnicos, sem que se vislumbre a intenção da sua reconversão funcional, com a delegação neles, ou em estrutura similar dos poderes que a CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte) até agora vem usufruindo».

E sublinha:

«Em nome de medidas economicistas (e aqui mais uma vez é clara a intenção de reduzir efectivos da Administração Pública) não podem ser prejudicados os interesses dos

municípios, da população e dos trabalhadores desses organismos. Não pode o Governo, por esta via, transferir mais um encargo financeiro para as autarquias locais.»

A «regionalização» que o Governo quer

Por outro lado «a concretização desta intenção do Governo, será mais um passo na consolidação da regionalização que o Governo quer impor, recusando-se a assumi-lo agora como tal, mas montando a máquina administrativa que lhe permitirá, quando, e se tal lhes for conveniente, fazê-la valer como facto consumado», acusa a Moção, que acrescenta:

«Não pode esta região do Nordeste, cuja capital natural é Bragança, permitir que o processo da regionalização se faça

sem que para tal seja chamada e sem que possa defender os seus interesses. A proposta de Decreto-Lei do Governo é uma afronta ao Poder Local e uma afronta aos direitos dos trabalhadores afectos aos GAT's, que têm servido as Câmaras Municipais.»

Perante o exposto a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 2 de Fevereiro de 1994, e sob proposta do eleito da CDU, decidiu:

1) Exigir do Governo que o processo de criação de regiões administrativas seja implementado de forma clara e transparente;

2) Recusar a eliminação dos direitos que a Lei confere aos Municípios, nomeadamente os cometidos pelo Artigo 7º da Lei nº 10/80, de 9 de Junho;

3) Recusar, desde já, a extinção do GAT de Bragança e/ou a extinção de qualquer posto de trabalho neste organismo.

AMDS em novo mandato

Em conferência de Imprensa, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) apresentou, na passada segunda-feira, o novo Conselho de Administração e o Plano de Actividades para 1994.

A composição do novo Conselho de Administração da AMDS passa a ser a seguinte, no novo mandato que agora se inicia:

Presidente: Miguel Boeiro, presidente da Câmara Municipal de Alcochete.

1.º vogal: Alberto Carlos Lopes Gutierrez, vereador na Câmara Municipal da Moita.

2.º vogal: Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes, vereador na Câmara Municipal do Barreiro.

Restantes vogais: Henrique Rosa Carreiras, vereador na Câmara Municipal de Almada, e **Alfredo José Monteiro da Costa**, vereador na Câmara Municipal do Seixal.

Após uma breve resenha do Plano de Actividades previsto para o ano de 1994, a AMDS deu nota de duas Moções aprovadas na reunião realizada pela Assembleia Intermunicipal no dia anterior, o domingo passado.

Duas Moções

Uma das Moções referia-se ao «relevante papel desempenhado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) na defesa e permanente reivindicação de condições para maior dignificação do Poder Local Democrático», assinalando «o funcionamento democrático e plural dos órgãos de Direcção da ANMP,

concretizado num diálogo e debate participados por eleitos locais das principais forças políticas na procura de propostas e direcções de trabalho comuns com que se têm identificado, em grandes movimentações nacionais, a quase totalidade dos eleitos e dos órgãos autárquicos do país», pelo que deliberava:

a) manifestar o seu apoio à ANMP, solidarizando-se com os órgãos da Direcção da Associação nos seus esforços para se conseguir uma distribuição mais justa e equitativa de meios financeiros, atribuições e competências entre a Administração Central e a Administração Local em Portugal;

b) apelar a todos os eleitos locais para que mantenham a sua unidade em torno das questões centrais do desenvolvimento e do progresso do país, fazendo com que a serenidade e o bom senso prevaleçam, dizendo não a qualquer tentati-

va de partidarização da ANMP e dos seus órgãos.

A outra Moção considerava que «a celebração de algumas datas corresponde a necessidades colectivas profundas, no sentido de assegurar a perenidade daqueles acontecimentos que ficaram de modo indelével gravados na memória e no coração dos povos. O 25 de Abril — Dia da Liberdade — é uma dessas datas».

E assinalava, mais adiante, exortando à participação de todos nas comemorações:

«Comemorar o 25 de Abril — Dia da Liberdade, assume um especial significado nestes tempos difíceis e de descrença em valores. Comemorar Abril é proclamar a esperança de que o melhor é possível, é lutar para que o pior não volte a acontecer. É um protesto de optimismo na capacidade de sonho transformador da realidade e da vida.»

Música Abril Jovem em Alcácer do Sal

O Prémio Municipal de Música Abril Jovem vai decorrer em Alcácer do Sal nos próximos meses de Março e Abril.

Podem participar no Prémio jovens naturais de Alcácer do Sal ou residentes no concelho há mais de três anos, com idade igual ou inferior a 29 anos em 25 de Abril de 1994.

Os concorrentes serão agrupados em dois escalões, um para participantes que não exerçam a profissão de músico ou professor de música, não sejam elementos de Bandas Militares e que não frequentem, ou tenham frequentado, mais do que o 2.º ano do Conservatório ou outra Escola de Música. O 2.º escalão está reservado a todos os concorrentes que não se enquadrem no escalão anterior.

O Prémio Municipal de Música Abril Jovem decorrerá em duas fases: a fase de apuramento, com provas de audição, no dia

25 de Março de 1994 e a fase final, no dia 23 de Abril, com audição pública dos seis finalistas seleccionados pelo júri em cada escalão.

Esta iniciativa apresenta-se em 1994 com a certeza de ter atingido a maturidade. Apesar de quase dispensar apresentações, é sempre bom lembrar que o Prémio, ao possibilitar a identificação de novos talentos, contribui decisivamente para a afirmação cultural de Alcácer. E para dar prestígio aos músicos alcacerenses.

«O Prémio Municipal de Música Abril Jovem mais não faz do que recompensar capacidades pacientemente desenvolvidas ao longo de anos de estudo pelos jovens músicos do concelho», assinala a CM de Alcácer do Sal.

União Europeia

Corrida de obstáculos para o alargamento

Os ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia analisam desde o início da semana o estado das negociações de adesão da Áustria, Suécia, Noruega e Finlândia.

A uma semana da data-limite fixada há um ano, o Conselho de Assuntos Gerais continua a debater-se com questões em que ainda não foi possível aos Doze acordarem uma posição comum e outras que, suscitando acordo no seio da União, continuam a ser problemáticas para os candidatos à adesão.

As questões em aberto prendem-se, no sector das pescas, com o acesso às águas, recursos e mercados e, no sector agrícola, com as ajudas transitórias à agricultura nórdica e à definição das zonas desfavorecidas.

As maiores divergências, segundo informações da agência Lusa, relacionam-se com a política regional e com as futuras contribuições (forma e montantes) dos "quatro" para o orçamento comunitário.

A Espanha e a França consideram demasiado "generoso" o compromisso proposto pela Comissão Europeia em matéria de classificação das regiões. Por outras palavras, discordam da inclusão de regiões finlandesas e

norueguesas no grupo das regiões de "objectivo 1" - as menos desenvolvidas da Comunidade. Portugal, na sua totalidade, está classificado sob essa designação.

O alargamento da União Europeia é um objectivo político apoiado pelo Governo português, desde que realizado em "harmonia" com as políticas comunitárias, afirmou entretanto à Lusa o secretário de Estado da Integração Europeia, Vítor Martins.

Para aquele responsável, o Governo está contra "qualquer discriminação entre países candidatos e países-membros" nas negociações sobre pescas, excluindo um modelo de acordo que implique para os candidatos "um tratamento melhor que o dispensado aos estados-membros". Neste contexto, defendeu ainda

um maior acesso aos recursos das águas dos futuros membros.

No plano da política regional, a delegação portuguesa considera que há regiões nos países escandinavos susceptíveis de serem incluídas no "objectivo 1", sendo Portugal também receptivo à concessão de "ajudas transitórias" a regiões, na zona Ártica, com dificuldades de desenvolvimento específicas, disse Vítor Martins.

No plano agrícola, é na Finlândia que as especificidades naturais "são mais evidentes". Neste caso, Portugal concorda com a concessão de "ajudas estruturais de longo prazo", financiadas pelos orçamentos comunitário e nacional, mas condicionadas ao "equilíbrio da PAC (Política Agrícola Comum)", embora considere que "não seria razoável" conceder ajudas que não estivessem ao alcance dos próprios estados-membros.

Vítor Martins acredita que apesar de "difíceis" as negociações de alargamento terão um desfecho positivo. O prazo das negociações sobre o alargamento da Comunidade termina a 1 de Março, data fixada com o objectivo de permitir que, o Parlamento Europeu se pronunciasse sobre os tratados de adesão antes das próximas eleições europeias, e de permitir aos países candidatos dispor de tempo suficiente para organizarem, até ao fim do ano, os referendos populares a que pretendem submeter as suas adesões à União Europeia.

Simultaneamente, também os estados-membros da União poderiam submeter atempadamente aos respectivos parlamentos a necessária ratificação dos tratados de adesão. Uma preocupação pouco comum em Portugal mas generalizada noutros países.

Recorda-se que a data prevista para o alargamento da Europa dos "doze" é 1 de Janeiro de 1995.

Alemanha de Kohl quer Europa federal

A União Europeia deve ser organizada de "uma maneira livre, democrática, federal, subsidiária e à maneira de estado federal". A afirmação consta do programa da União Democrática Cristã (CDU) alemã, aprovado esta semana em Congresso.

O novo programa da CDU, de Helmut Kohl, um documento de 60 páginas que levou dois anos a elaborar, esteve para abandonar a expressão anterior de "Europa de Estados federados" devido à pressão dos "eurocépticos", mas a ideia acabou por ser posta de lado por se considerar que tal enviaria "uma mensagem errada". Afinal, a Alemanha de Kohl é mesmo a favor do federalismo e é para isso que está a preparar a União Europeia.

O novo programa da CDU será também a directiva da campanha eleitoral para o Parlamento alemão-federal (Bundestag), a eleger a 16 de Outubro, já depois das eleições para o Parlamento Europeu, a 12 de Junho.

Sob o lema "Crescimento e emprego - Liberdade e responsabilidade", a direcção da CDU aprovou o novo documento programático do partido, que privilegia a família como "fundamento da sociedade" e advoga a transição para "uma economia de mercado ecológica e social".

Outras referências são a fé cristã, a dignidade da pessoa humana, o respeito perante a criação, a concretização da unificação alemã e o desenvolvimento comum da Europa.

No aspecto social, a CDU afirma-se contra uma "sociedade baseada nos atropelos e na posse egoísta de bens materiais".

Os sectores laborais da CDU teceram duras críticas à "renúncia



vantaram dúvidas quanto à "transição para uma economia de mercado ecológica e social".

A braços com a maior crise económica e social desde o pós-guerra, a Alemanha manifesta-se cada vez mais descontente com a política de Kohl. Todas as sondagens realizadas até ao momento apontam os sociais-democratas como os favoritos das próximas legislativas. Resta saber se uma eventual vitória destes

últimos representará alguma mudança significativa do papel cada vez mais hegemónico da Alemanha a nível europeu.

Assembleia ACP/CEE quer fim das dívidas externas

A Assembleia Paritária ACP-CEE apelou à União Europeia para que suprima todas as dívidas externas dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) de que é credora.

Esta posição consta de uma resolução sobre o futuro das relações entre os dois blocos, aprovada a semana passada pela Assembleia Paritária, em Estrasburgo.

Simultaneamente, pede-se à União Europeia que aumente as dotações do Fundo Europeu para o Desenvolvimento - linha de financiamento no quadro da Convenção de Lomé - e faculte maior acesso dos produtos ACP ao mercado comunitário.

"O fardo da dívida constitui um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos estados ACP, em consequência a Assembleia pede à União para

perdoar todas as dívidas destes países", lê-se na resolução.

De acordo com o autor da resolução, Paula Sotutu, deputado da Jamaica, a queda brutal dos preços do mercado internacional de produtos agrícolas primários e dos minérios, durante a década de oitenta, explica o endividamento dos países ACP.

Segundo a mesma fonte, a União Europeia e os seus estados membros detêm parte substancial dos títulos da dívida dos países ACP.

No plano do comércio internacional, apela-se à União Europeia e aos países ACP membros do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras) para que resistam às "manobras de outras partes contratantes do acordo" para tornarem ilegais as regras comerciais previstas na

Convenção de Lomé, que regula as relações de cooperação Europa-ACP.

Os países ACP comprometem-se a dar aos investidores estrangeiros garantias de segurança das pessoas e das empresas e reafirmam o seu empenho em respeitar o pluralismo político e todos os Direitos do Homem. A União Europeia já anunciou a intenção de condicionar cada vez mais a concessão de ajudas ao desenvolvimento ao respeito das liberdades políticas e dos direitos individuais.

Os debates sobre o agravamento do fosso entre os dois blocos foi marcado pelos protestos dos 14 países africanos da "zona franco", onde o franco africano (CFA) foi desvalorizado em 100 por cento na sequência de uma decisão imposta à França pelo

Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

"Com amigos destes quem precisa de inimigos?", perguntam os ACP.

A Assembleia Paritária ACP-CE aprovou ainda outras resoluções, entre as quais uma em que exorta a UNITA a levantar os cercos de Malange e do Cuito, bem como a restabelecer a liberdade de circulação dos agentes humanitários no território angolano.

Simultaneamente, a Assembleia Paritária propôs a realização de uma conferência internacional para a reconstrução de Angola, destinada à assistência das vítimas de uma guerra civil geradora de três milhões de pessoas carentes de ajuda alimentar urgente.

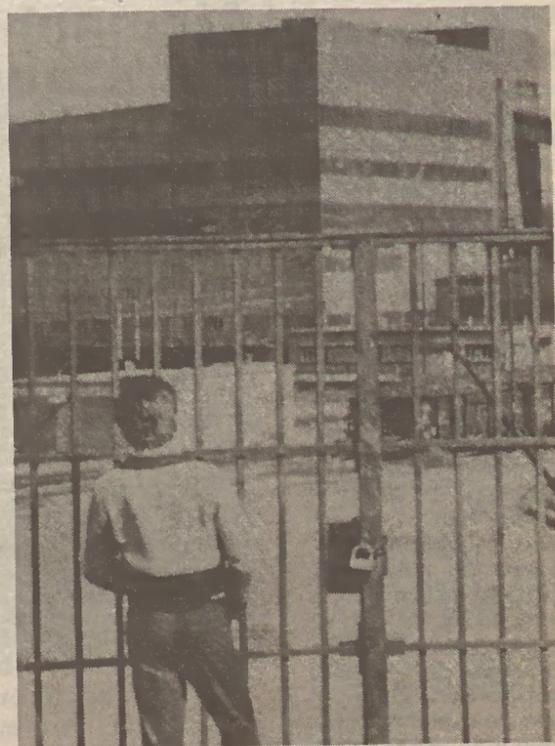
A Assembleia Paritária "con-

dena vivamente a UNITA" por ter prosseguido a guerra e intimada a "abordar as negociações de paz com seriedade, pondo termo à tragédia do povo angolano".

Neste contexto, sublinha a "responsabilidade demonstrada pelo governo da República de Angola ao aceitar retomar o diálogo com a UNITA".

No ponto "dez" da resolução, apela-se à comunidade internacional, em particular ao Zaire, para "suspenderem de imediato toda a assistência militar a Jonas Savimbi e se absterem de qualquer atitude de complacência para com o seu movimento".

A União Europeia é convidada a intensificar a ajuda humanitária, técnica, material e financeira a Angola, por forma a que o governo angolano possa gerir o processo de paz.



Recorde de falências em Portugal e UE

A taxa de falências de empresas em Portugal aumentou mais de 30 por cento em 1993, revelou recentemente um estudo apresentado em Dusseldorf pela "Federação das Associações de Reforma de Empréstimos" (VVCR), com sede em Neuss.

O número de falências de empresas registado no ano passado, que atingiu um nível recorde, representa uma subida de 10,0 por cento em relação a 1992.

Segundo Helmut Roedl, presidente da VVCR, na União Europeia perderam-se mais de milhão e meio de postos de trabalho, devido às falências.

A VVCR calcula que o total dos prejuízos causados pelas falências ascende a 20 mil milhões de contos. Em 10 dos 12 países da UE, entre os quais Portugal, o Estado é o pior devedor.

Portugal, Áustria, Espanha e Alemanha, com um aumento da taxa de falências superior a 30,0 por cento, em 1993, encabeçam uma lista de 17 estados europeus.

No ano passado, faliram na Europa 233 mil firmas.

Só a Suécia, Noruega e Reino Unido diminuíram o número de empresas que fecharam em relação a 1992.

Com um total de 184 mil firmas encerradas em 1993, o que corresponde a mais 12,8 por cento de falências do que no ano anterior, a UE suplantou o resto da Europa, onde o número de bancarrotas subiu 10,0 por cento em igual período.

França

Milhares de mineiros franceses concentraram-se, no passado dia 19, na Praça 18 de Junho, seguindo depois em cortejo até à Assembleia Nacional em manifestação de defesa dos postos de trabalho e das conquistas sociais. Com cerca de 400 000 efectivos na década de 50, o pessoal das hulheiras estava reduzido em Dezembro a escassos 32 000. "Mineiro sim, desempregado não", era uma das palavras de ordem dos mineiros procedentes de todo o país, muitos deles com o capacete de trabalho. A abrir o cortejo, um grupo de manifestantes erguia uma urna com o dístico "Profissão mineira". Esta nova manifestação de protesto na capital francesa coincide com um momento de baixa de popularidade do primeiro-ministro Edouard Balladur, reflectindo a crescente movimentação social traduzida em princípios de Fevereiro em grandes manifestações da classe piscatória.

Bósnia

O massacre do mercado de Sarajevo, utilizado pela NATO para lançar um ultimato aos sérvios, foi provocado por um obus disparado das linhas bósnias, noticiou a televisão francesa. O canal francês TF1 citou um relatório do estado-maior da Forpronu. O massacre fez 68 mortos e cerca de 200 feridos em 5 de Fevereiro. Entretanto, sete Prémios Nobel da Paz pediram a presença em Sarajevo dos governantes dos países membros do Conselho de Segurança da ONU mais Alemanha, Canadá, Itália e Japão para encontrar "uma rápida" solução pacífica para a guerra na Bósnia. O texto em que se pede a realização da cimeira foi assinado por Desmond Tutu, Betty Williams, Kara Newell, Elie Wiesel, Adolfo Esquivel, Mairead Maguire e Oscar Arias. "A situação da antiga Jugoslávia deve ser resolvida sob os auspícios da ONU e dentro dessa estrutura os países devem assumir um papel activo na solução pacífica do conflito", realçaram os laureados com o Nobel da Paz.

Israel

A Comissão dos direitos humanos da ONU reiterou a sua condenação de Israel, apesar das objecções dos Estados Unidos, mas saudou os planos

Alemanha

Metalúrgicos voltam à luta face ao fracasso das negociações

O IG Metal, sindicato alemão dos trabalhadores da metalurgia, deverá lançar uma nova onda de protestos e manifestações face ao fracasso das negociações salariais para este ano.

A IG Metal reivindica aumentos salariais da ordem dos 5,5 a 6 por cento, admitindo aumentos inferiores em troca de garantias no plano do emprego. Entretanto o patronato do sector pretende não apenas um congelamento dos salários, mas mesmo uma redução dos custos salariais da ordem dos 10% através da supressão de alguns subsídios, nomeadamente do subsídio de férias.

A situação criada pode levar a uma paralisação geral da metalurgia e metalomecânica, sector onde já se vêm a registar importantes lutas. 1,3 milhões de trabalhadores das fábricas de automóveis Mercedes-Benz AG, que integra a Daimler-Benz AG o maior consórcio industrial da Alemanha, têm estado parados nestas últimas duas semanas. Entretanto cerca de 20 mil trabalhadores de uma fábrica da Mercedes próxima de Estugarda fizeram greves de aviso. Também a linha de montagem na fábrica de Sindelfingen parou completamente, estando previstos protestos e manifestações por toda a parte ocidental da Alemanha.

A luta dos trabalhadores da metalurgia assume particular significado num momento em que o desemprego atinge níveis recorde no país.

Os números do desemprego sofreram uma verdadeira explosão em Janeiro: mais 340 500 pessoas sem emprego em relação ao mês anterior levaram a que, pela primeira vez, o número de desempregados tenha ultrapassado os 4 milhões. Números que muito provavelmente pecam por defeito. Assim, quando o ano passado as estatísticas oficiais indicavam a existência de 1,2 milhões de pessoas sem trabalho na Alemanha, a central sindical DGB referia 2,9 milhões.

A estes 4 milhões de desempregados oficiais há ainda que somar os quase 2 milhões de pessoas que beneficiam de algumas medidas especiais - estágios de formação, programas de pré-reforma, trabalhos de utilidade pública - e que na prática estão em situação de desemprego parcial.

Uma situação que o próprio governo considera como "um dos maiores desafios desde a formação da República federal". Palavras do ministro da Economia, Guenter Rexrodt, que sublinhou que a Alemanha se defronta hoje com "uma profunda crise estrutural".



Milhares de metalúrgicos têm participado nas manifestações de protesto contra a degradação das condições de trabalho

África do Sul

Negociações em clima de confronto

Um vincado esforço negocial e uma grande tensão, marcam esta fase decisiva da vida política sul-africana, que deverá culminar com as eleições de Abril, as primeiras em que todos os sul-africanos têm direito de voto.

Múltiplas negociações têm vindo a marcar o dia-a-dia do país, num esforço para que quase todas as forças políticas possam ir às eleições. Não apenas para garantir que estas sejam o mais representativas possível, mas também para evitar escaladas de violência, e restringir e isolar os que de todo em todo pretendem ignorar as profundas transformações que a África do Sul está em vias de viver.

Em recentes declarações, em véspera da sua deslocação à Holanda, Nelson Mandela admitiu a possibilidade de a Constituição interina ainda vir a ser alterada, de modo a ter de alguma forma em conta desejos de autonomia de sectores de afrikaners ou de zulus. As diversas regiões componentes da futura África do Sul - em princípio, nove - poderão vir a gozar de mais poderes do que os até agora previstos. Poderes que não poderiam vir a ser reduzidos pela Constituição a elaborar nos próximos anos pela Assembleia que ora vai ser eleita.

Oficialmente a Aliança da Liberdade - associação de extrema direita constituída pela Frente Popular Afrikaner, o bantustão do Bophutatswana e os grupos zulus ligados ao partido Inkatha - persiste na sua recusa de qualquer entendimento e da ida às urnas, antes apostando numa violência que ameaça ainda fazer recrudescer. E os assassinatos políticos continuam a marcar o dia-a-dia do país.

Na madrugada de sábado passado homens armados assassinaram a tiro e à facada 14 activistas do ANC (12 dos mortos tinham entre 12 e 17 anos), que se encontravam na aldeia de Creighton, no Natal, para uma campanha de esclarecimento sobre as eleições. Quinze dias antes, nove mulheres e três crianças haviam sido mortas numa chacina semelhante, na povoação de Richmond, também no Natal. No passado fim-de-semana, em Messina, junto à fronteira com o Zimbábue, uma bomba destruiu quatro salas de aula

numa escola primária negra. O balanço da violência é impressionante. Só o ano passado quase duas mil pessoas foram mortas na província do Natal. A Comissão dos Direitos Humanos diz que 14 mil pessoas foram mortas nestes últimos quatro anos.

Entretanto, mesmo entre os sectores que apoiam a extrema direita, as fissuras estão à vista. Fruto de uma política particularmente ponderada por parte do ANC. Mas também muito simplesmente da força das realidades.

No pretendido Estado independente reservado aos boers, o Volkstaat, defendido pela Frente Popular Afrikaner, a maioria da população é negra, e os brancos ocupam apenas núcleos residenciais no meio de municípios onde na realidade se encontram em minoria. Mais, o Volkstaat não seria tão pouco viável sem as populações negras que trabalham nas minas, nas plantações e nas fábricas.

Dos cerca de três milhões de afrikaners, só pouco mais de um milhão apoiará as posições da extrema direita. Na própria região Kwazulu/Natal, base do partido Inkatha, o ANC é o favorito.

Todas as sondagens indicam que 60 a 70 por cento da população sul-africana tenciona votar no ANC.

No Congresso dos mineiros sul-africanos



"Se o ANC sair vitorioso nas próximas eleições, o Estado sul-africano nacionalizará as riquezas do subsolo, como é normal em muitos países do mundo", declarou Nelson Mandela aos mineiros sul-africanos por ocasião do congresso anual do seu sindicato (NUM)

O Conselho multipartidário de negociações rejeitou linearmente qualquer tentativa de adiamento das primeiras eleições multirraciais no país.

A rejeição, sublinhada por sucessivos oradores do conselho, surgiu na sequência de o partido Inkatha da liberdade (IFP) ter afirmado que nenhuma cedência negocial o faria participar neste escrutínio histórico, argumentando que já não dispõe de tempo suficiente para desenvolvimento da respectiva campanha eleitoral.

As forças membros da Aliança da liberdade - frente agregadora de organizações da direita negra e branca - mantiveram, apesar de convidadas a participar, o seu boicote a uma sessão do foro multipartidário, dedicada à busca de uma plataforma negocial.

O presidente do Partido comunista (SACP) e membro do Conselho de negociações, Joe Slovo, afirmou que a atitude da Aliança da liberdade constitui "mais uma indicação" de que os respectivos líderes nunca tencionaram participar nas eleições e estão a fazer tudo ao seu alcance para as comprometer.

Esta análise foi retomada pelo secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, que acusou ainda os membros da aliança de se escudarem em sucessivas reticências negociais para manterem poderes ilegítimos, atribuídos pelo sistema de apartheid.

Bósnia Sob ameaça da NATO

O massacre do mercado de Sarajevo, utilizado pela NATO para lançar um ultimato aos sérvios, foi provocado por um obus disparado das linhas bósnias, noticiou a televisão francesa.

O canal francês TF1 citou um relatório do estado-maior da Forpronu.

Um dado novo, no conturbado quadro da guerra na Bósnia, e que só por si testemunha, não apenas da deformação premeditada com que são apresentados os factos, mas do empenho de alguns em alargar ainda a guerra que abrasa o país.

Neste momento, em que algumas frágeis perspectivas de paz se poderão abrir, fruto da acção diplomática, o perigo maior prende-se com a pretensão de apresentar as ameaças da NATO e a concentração de armas na zona, como solução credível, e por isso mesmo a ser de novo utilizada. Escamoteando um dado essencial - que se a decisão de bombardear se tivesse de facto concretizado, ninguém poderia prever até onde tal escalada na guerra nos conduziria. Quantas mais vítimas a opção militar faria, invocando a necessidade de evitar mais massacres...

Entretanto a Dinamarca pronunciou-se a favor de um novo ultimato da Nato para abrir o aeroporto de Tuzla, nordeste da Bósnia, e garantir a rotação do contingente da Forpronu em Srebrenica, leste da Bósnia.

O Primeiro-Ministro dinamarquês, Poul Nyrup Rasmussen, defendeu que sejam exercidas pressões "semelhantes" às realizadas pela Aliança Atlântica no caso de Sarajevo sobre os sérvios para que seja levantado o cerco a outras cidades bósnias.

O presidente Clinton defende, por seu lado, que as medidas tomadas pela NATO para Sarajevo poderiam vir a ser aplicadas a outras cidades bósnias.

Não esquecendo que cento e cinquenta aviões de combate da NATO, apoiados por 50 aparelhos de logística, disseminados por uma dezena de bases na Itália e por três porta-aviões no Adriático, continuam prontos a intervir na Bósnia.

Pelo que vale a pena registar opiniões como a do general norte-americano John Shalikashvili, que oportunamente avisou que a eficácia dos bombardeamentos aéreos contra as baterias sérvias seria "extremamente limitada" e que "a força aérea, por si só, não pode levar ninguém a um acordo de paz".

"Levantar um cerco apoiando-se unicamente na aviação, é possível, mas é preciso destruir tudo", afirmou um oficial da Forpronu. Com um considerável custo humano numa cidade com uma população ainda de 300 000 pessoas.

Suspensa de imediato a ameaça dos bombardeamentos, mantêm-se os riscos inerentes a uma lógica de imposição militar e de guerra. Guerra que aliás continua a ser alimentada - a coberto de um silêncio cúmplice - pelo fluxo de armas, que sempre prosseguiu, para todas as partes presentes no conflito.

Factos que reforçam a urgência de encontrar uma solução política que finalmente abra caminhos para a paz.



Prédios destruídos. Uma imagem de Cabul de hoje

Afeganistão A guerra esquecida

Cabul é hoje um campo de ruínas, após dois anos de guerra entre grupos rivais pelo controlo do poder. Calcula-se que, desde Abril de 1992, data da queda do governo de Najibullah, a guerra já tenha feito pelo menos 20 000 mortos na capital afegã.

No início deste ano, a guerra sofreu ainda novo agravamento, com o início de confrontos entre anteriores aliados.

Dostan, senhor da guerra ouzbeque, virou-se contra o seu aliado de Abril de 1992, o tadjique Ahmed Shah Massoud, e o governo de Rabbani, igualmente tadjique. Na tarde do Ano Novo, aviões de guerra bombardearam o palácio presidencial, enquanto simultaneamente se verificavam combates em terra. Dois dias mais tarde, Gulbuddin Hekmatyar, de etnia pachtoun (maioritária no Afeganistão) - anteriormente apoiado pelos EUA e pela Arábia Saudita, e ligado à produção de droga da região - toma posição ao lado dos partidários de Dos-

tan. Juntaram-se-lhe depois as milícias chiitas (da etnia ocidental dos Hazaras) de Hezb-e-Wahdat, apoiadas pelo Irão.

Esta nova fase da guerra já fez mais de 1 000 mortos e 13 000 feridos em Cabul. E a fuga da população civil recomeçou. Os novos refugiados contam-se já por dezenas de milhar, nomeadamente em Jalalabad, a leste de Cabul, não longe da fronteira paquistanesa, que Islamabad decidiu entretanto encerrar. Admite-se que a guerra hoje se estenda a 6 das 30 províncias do país.

Rachid Dostan já esteve ligado ao presidente deposto Najibullah, encarregando-se então da segurança da estrada que ligava Cabul à ex-

-URSS, única via terrestre então viável.

No início de 1992, Dostan demarcou-se do governo de Najibullah, então já dividido por rivalidades internas, contribuindo assim para a queda do governo afegão e para a entrada dos Moudjahidin em Cabul, o que se saldou por um massacre na capital, de que nomeadamente foram vítimas funcionários, professores e intelectuais. Aliando-se a Ahmed Shah Massoud em Abril de 1992, une-se agora ao fundamentalista Hekmatyar, que ao longo de todo este período tem vindo a tentar apoderar-se de Cabul. Guerras pelo poder entre bandos armados - em que jogam também interesses externos - que têm vindo a devastar o país.

do governo israelita para dar autonomia aos palestinianos. Numa série de resoluções, propostas pelos Estados muçulmanos, a Comissão exige a retirada israelita de todos os territórios árabes ocupados, desde 1967, incluindo Jerusalém.

A Comissão "condena as violações persistentes dos direitos humanos do povo palestiniano", como a repressão militar, os actos de tortura ou as expropriações. Estados Unidos, Rússia e Bulgária votaram contra estas resoluções, enquanto os países da Europa ocidental se abstiveram.

Num sinal de encorajamento a Israel, uma resolução apoiada pelos Estados Unidos e por países europeus saudando o processo de paz do Médio Oriente, foi aprovada por 48 votos contra dois. A moção expressa "apoio total" ao processo de paz iniciado em Madrid em 1991, "em particular à declaração de princípios sobre a autonomia palestiniana e ao acordo entre Israel e a Jordânia sobre a agenda comum". O Irão e a Síria votaram contra, enquanto a Líbia e o Sudão se abstiveram.

MPCA

Realizou-se, no passado dia 19, na Casa da Paz, um plenário do MPCA - Movimento português contra o apartheid, em que foram tema de debate e informação: a situação política na África Austral, nomeadamente em Angola, Moçambique e África do Sul; a campanha de solidariedade com Angola; reestruturação e perspectivas do MPCA face à nova situação na África do Sul; plano de acção e iniciativas em curso, nomeadamente um ciclo de debates e uma campanha de informação e participação em iniciativas internacionais; acções concretas de solidariedade no quadro das eleições na África do Sul. Este plenário vem na sequência de um Encontro de diálogo e convívio realizado em 27 de Novembro de 1993, em que foram constituídos grupos de trabalho para as áreas consideradas prioritárias - reestruturação do MPCA, participação no processo eleitoral da África do Sul (observadores e instalação de mesas de voto em Portugal), iniciativas de angariação de fundos e campanha de informação.

Curdos Silêncio sobre um novo massacre

As situações de crise, as guerras ou as grandes fomes, têm vindo a ser profusamente divulgadas e mediatizadas, ou pura e simplesmente ignoradas, não em função da sua gravidade, do sofrimento imposto às populações, mas de outros bem diversos critérios, arredados de considerações humanitárias.

A fome na Somália, como antes na Etiópia, só passou a ser questão agitada pelos meios de comunicação, quando tal interesse por razões políticas ou estratégicas. A guerra no Afeganistão não é hoje propriamente tema dominante nos noticiários, apesar das dezenas de milhar de mortes que ocorreram nestes últimos dois anos.

Hoje noticia-se com indigna-

ção - e muito justamente - as 68 mortes num mercado de Sarajevo. Mortes invócadas até para justificar um projecto de acrescentar guerra à guerra, com a ameaça de bombardeamentos que de momento parece ultrapassada. Mas não se passou de uma breve referência, de raspão, aos 500 mortos curdos - vítimas de um raide de aviação turca, em fins de Janeiro, contra o campo de Zaleh, no Norte do Iraque, fronteira com o Irão.

E entretanto o problema curdo é muito real, tal como a sua persistente luta pela afirmação da sua identidade e direitos enquanto povo.

Os curdos têm uma cultura e uma língua originais e ocupam uma zona de povoamento relati-

vamente homogénea. O seu drama é nunca ter constituído um Estado independente, e serem sistematicamente sujeitos a discriminações e à repressão, como minorias nacionais a quem se não reconhece direitos e existência efectiva.

Actualmente os cerca de vinte e cinco milhões de curdos constituem uma nação dividida entre cinco Estados diferentes: a Turquia, a Síria, o Irão, o Iraque e uma pequena parcela da CEI (território da ex-URSS). Na maioria destes países qualquer luta pela autonomia foi e é violentamente reprimida.

Na sua actual forma, a tragédia curda data do fim da Primeira Guerra mundial, quando o império otomano, aliado da Ale-

manha, foi dividido pelas potências aliadas vencedoras, sem que se tivesse tido em conta a existência de um Curdistão. Na verdade as preocupações das potências vencedoras centravam-se nos recursos naturais e no petróleo, e não no destino dos povos da região.

Desde então, a história dos curdos do Iraque, do Irão e da Turquia, tem sido uma sucessão de lutas e revoltas seguidas de sangrenta repressão contra os diferentes movimentos independentistas.

A repressão por parte de Ankara contra os curdos (12 milhões na Turquia), foi desencadeada em 1925, dois anos após a partilha do Curdistão pelo tratado de Lausana. O poder turco

praticou uma verdadeira política de terra queimada, destruindo aldeias consideradas rebeldes, proibindo a língua curda e utilizando tribunais de excepção para condenar os militantes independentistas.

Actualmente, na parte oriental da Turquia, onde vive a maior parte dos curdos, os conflitos entre as forças de segurança de Ankara e o movimento de libertação (constituído no fundamental pelo Partido dos Trabalhadores curdos - PKK, que optou pela luta armada) assume um carácter cada vez mais sangrento: massacres de camponeses, assassinato de jornalistas e intelectuais que simpatizam com o movimento independentista.

É lá que a dança de salão tem o seu mais famoso reino, gerador de campeões nacionais e duma actividade que já galga fronteiras. Apolo, deus da poesia e das artes na mitologia greco-latina, deu-lhe há 122 anos a sugestão onomástica, quando no longínquo ano de 1872 um grupo de entusiastas da música do Corpo da Segurança Pública da Freguesia de Santa Isabel, no muito alfacinha Bairro de Campo de Ourique, decidiu fundar a Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo. De então para cá - e à semelhança de tantas colectividades no nosso país - promoveu e divulgou a música, o teatro, o desporto, o folclore, a dança e, sobretudo, o envolvimento sociocultural das populações.

Hoje, a Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo pode orgulhar-se duma trajetória que desfilou perante reis, abriu as marchas de Lisboa, sobreviveu a incêndios e tentativas de despejo. As sempiternas dificuldades financeiras levaram-na a concentrar esforços na promoção da dança e dos bailes, a par duma actividade beneficente assinalável. O executivo camarário da Coligação Com Lisboa salvá-la-ia, há dois anos, dum possível despejo, adquirindo o edifício onde está instalada, ajuda que a Apolo não esquece. Ajuda, aliás, que justamente a autarquia tem prestado à generalidade do associativismo lisboeta, onde a Apolo ocupa um lugar muito próprio.

Carlos Alberto Rodrigues, um homem de Campo de Ourique, é o apaixonado presidente da Sociedade Alunos de Apolo. Ligado à colectividade há dezenas de anos, já ocupou todos os lugares da Direcção e fala dela como quem respira. Ele, o secretário-geral José Duarte, o presidente da Assembleia Geral Armando Tinita e o jovem vice-presidente Aurélio Torres foram os empenhados cicerones nas três visitas com que se construiu a nossa reportagem. A libertação da ameaça de despejo que, até há dois anos, pendia sobre a Sociedade, foi dos pormenores que fizeram questão de assinalar.

"O vereador Rui Godinho é que foi a nossa salvação!", afirmou-nos Carlos Alberto. "Foi o empenho dele que levou a Câmara a comprar o edifício à Companhia Portugal e Colónias, que nos queria despejar. É por isso que ele tem muito justamente a efigie ali na sala de troféus." A história é linear. Na sequência do incêndio de 1984, que destruiu o tecto do edifício, todos os instrumentos da banda e muito património, a Sociedade viu-se forçada a pôr uma placa no edifício. O senhorio (que durante meses se recusou a reparar o tecto) pôs uma acção de despejo à Sociedade acusando-a de "alterar a traça" e de "fazer bailes que não estavam previstos no arrendamento" (quando a Apolo sempre lá fez bailes). Na altura, a gestão Abecasis prometeu adquirir o terreno através duma confusa permuta de terrenos com a Portugal e Colónias, tão confusa que nunca se fez. Seria o executivo da Coligação Com Lisboa que, há dois anos, arrombava o assunto, adquirindo o edifício por 110 mil contos.

A opção da dança

As crescentes dificuldades económicas, somadas ao incêndio de 1984, que destruiu grande parte do património, levaram a Sociedade Alunos de Apolo a concentrar energias nos bailes e na dança.

Com os bailes, reanimaram e enriqueceram uma tradição de grande importância socio-recreativa no Bairro de Campo de Ourique, diversificando a oferta e atendendo aos gostos de todo o público. "Aqui não há drogas nem distúrbios, o ambiente é são, as pessoas conhecem-se, os jovens têm o seu espaço e a sua liberdade com segurança. O convívio atravessa todas as gerações". De facto lá vivem gente de todas as idades, às muitas centenas, convivendo e divertindo-se com à-vontade, praticando a dança com evidente gosto.

Quando à dança desportiva, a Apolo lançou-se audaciosamente nela, criando uma escola a sério, com ensino constante e qualificado. O produto dos bailes e outras iniciativas lá vão suportando minimamente as despesas, mas as dificuldades são muitas. "É lamentável que o Governo não apoie, um pouco que fosse, esta actividade que só dignifica o País e é de indiscutível interesse sociocultural. Estamos fartos de correr ministérios e secretarias de Estado, já apareceu um apoiozito ou outro, mas precisamos de uma coisa constante. No fim de contas, estamos a suportar praticamente sozinhos, nós e todas as associações de dança dem Portugal, uma arte que por essa Europa fora e nos países desenvolvidos é uma disciplina escolar, às vezes universitária!"



Alberto Jorge e Marina Rodrigues, dois irmãos que são campeões nacionais das "10 clássicas" (foto Alunos de Apolo)



Os almoços diariamente oferecidos a 60 idosos carenciados do Bairro é uma das notáveis iniciativas da Secção de Beneficência da Apolo

Adivinha quem vem almoçar

Carlos Alberto, o dinâmico presidente da Sociedade Alunos de Apolo, convidou-nos para um almoço especial nas instalações da colectividade. "Pode ser na sexta-feira?", perguntou-nos quando, um pouco à pressa, falámos pela primeira vez, era noite de terça-feira de Carnaval e o Entrudo estava prestes a ser enterrado com todas as honras no salão principal da Apolo. "Dá-nos mais jeito. Sabe, aqui na Direcção temos todos o nosso trabalho. Nessa altura conversávamos".

Quando lá chegámos, aguardava-nos a Direcção da Sociedade quase em peso. Também fora convidada a presidente da Junta de Freguesia de Santa Isabel, eng.ª Celeste Palmeiro Rocha. Feitas as apresentações, almoçámos um excelente bacalhau com grão, bom vinho e melhor sobremesa. Mas não almoçámos sozinhos: conhecemos e à nossa volta cerca de 60 idosos convivis partilhavam a refeição. É aqui que está a singularidade deste almoço: ele era apenas mais um dos que, há anos, a Sociedade Alunos de Apolo oferece diariamente, de segunda a sexta-feira, aos idosos mais carenciados do

Bairro, que as Juntas de Freguesia seleccionam e enviam. "Mas se vier alguém a mais, também come, aqui ninguém passa fome!", informava-nos Carlos Alberto com evidente satisfação.

Os pormenores foram vindo, com todos acrescentando o seu. A Sociedade mantém uma Secção de Beneficência que dá os referidos almoços - uma média de 60 por dia - sendo o serviço garantido por uma cozinheira contratada e os empregados da casa. "É tal e qual como num restaurante!", orgulhavam-se. Todavia o apoio aos desfavorecidos do Bairro não se fica por aqui: todos os Natais são vestidas 350 crianças e oferecido o budo a 100 pessoas, com a colaboração dos comerciantes da zona.

"A caridade não é solução para a miséria, mas se não ajudarmos o que pudermos, a desgraça ainda é maior...", justificava-se Carlos Alberto, acrescentando: "O Estado é que devia dar condições dignas a toda a gente!"

Pois devia... ■

Os Alunos de Apolo

Texto:
Henrique
Custódio
Fotos:
Jorge Caria



Da esquerda para a direita: Celeste Palmeiro Rocha, Armando Tinita, Aurélio Torres, Carlos Alberto, Américo Freire, Raul Pinheiro, José Duarte, Júlio Neves "Janota" e Vítor Dias. O de caneta em punho é o jornalista apanhado à escrita

O clube dos poetas vivos

São jovens, aprendem desde que lá entram, ensinam aos que vão chegando, evoluem na pista e na dança. Mas não como profissionais, que a Apolo não tem dinheiro. O entusiasmo é o grande motor desta fábrica de dançarinos desportivos, a maior do País, a quem a Sociedade dá, entretanto, o essencial: uma escola servida de professores formados por mestres internacionais contratados com a regularidade possível, um estúdio de dança que custou 20 000 contos e lá se vai pagando.

Desfiam-nos a história duma paixão. A dança de salão tem fortes tradições na Apolo e no País, mas apenas em 1972 se realiza o primeiro "Lisboa/Porto" em competição oficial. Um mestre francês, Philippe Nicolas, seria determinante em 1979, quando chegou à Apolo e disse: "Isto assim não pode ser! A dança tem regras!" Foi o primeiro professor "a sério" da escola e quem sugeriu a criação de uma Federação, que a Apolo organizou em 1990 com associações em Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal. A partir daí, Portugal já podia ir a competições internacionais. "Luís Luzes, o nosso grande campeão durante oito anos, foi o grande entusiasta disto!", assinala Carlos Alberto. "Mas o Governo devia apoiar-nos, ao menos nas despesas com o estrangeiro!"

Entretanto lá se vão desdobrando em iniciativas que lhes permitam manter e melhorar a escola de dança. Um genuíno clube de poetas vivos. ■

Mais ou menos jovens, todos encontram, na Apolo, uma pista a seu gosto



O baile não tem idade

Exceptuando segundas e terças, todos os dias são de baile na Apolo. Não sabia? Então fique também informado que a dança, lá, é para todos, seja porque a porta está aberta a quem quiser entrar - o que é normal - seja, sobretudo, porque a instituição tem a sensibilidade de oferecer horários, espaços e alinhamentos musicais (sempre com bandas e executantes ao vivo) que respondem a todos os gostos, gerações e idades.

Jorge Quaresma, um *diskjockey* profissional que há seis anos trocou as discotecas pelo encanto de trabalhar na Apolo, explicou-nos que as matinés de quarta e quinta são dirigidas a um público mais maduro, enquanto a matiné de sábado contempla, deliberadamente,

a terceira idade, com ritmos e temas adequados. Os jovens (para quem a Sociedade Alunos de Apolo está a preparar uma discoteca) têm as noites de sexta, sábado e domingo (que também apresenta matiné), o que não significa que essas sessões afastem os mais velhos, pois a música continua a ser para todos, só que, de vez em quando, mais "picada".

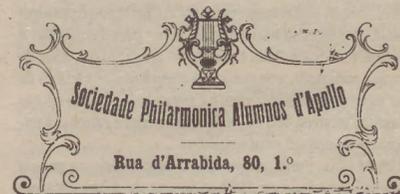
Talvez seja por isso que o gosto pela dança e a satisfação clara do convívio são uma evidência, na Sociedade Alunos de Apolo, quer se vá ao encontro das matinés tranquilas ou da grande animação de sábado à noite. Em absoluto, ali o baile não tem idade. ■

Rui Godinho

O involuntário herói

Dominando a sala de troféus do alto da parede central, uma placa, com efigie ao centro, atrai o visitante para um destacado agradecimento: Ao Sr. Engenheiro Rui Godinho, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, a nossa homenagem e a nossa gratidão pelo seu empenhamento em tornar possível que, neste edifício, os Alunos de Apolo continuem a sua obra social ao serviço da comunidade. Era a homenagem que nos fora insistentemente referida por diversos membros da Direcção da Colectividade (ver peça central). Pedimos, telefonicamente, a Rui Godinho que nos comentasse este relevo de "quase herói" da Apolo.

"Herói, só se for involuntário", riu-se. "Entendi e entendo essa distinção como uma homenagem à Câmara, no seu conjunto. Dei, de facto, alguma contribuição para a solução do problema de despejo que afligia a Apolo, mas é preciso assinalar que foi o empenho da Câmara, no seu conjunto, que deu a justa resposta neste como, aliás, em tantos outros casos semelhantes na cidade. E a Apolo é uma Colectividade com forte inserção na realidade profunda da sua zona." ■



Rua d'Arrabida, 80, 1.º



Sabbado, 6 de agosto de 1910

Das 9 horas da noite às 2 da manhã

GRANDIOSO BAILE DA MODA

Promovido por trez amigos e dedicado ás damas que formam o high-life dos bairros de Campo d'Ourique e Terremotos, e á rapaziada elegante

"Grandioso baile da moda" dedicado "às damas que formam o high-life dos bairros" e "à rapaziada elegante". Isto num delicioso anúncio de 1910. A dança é de funda tradição, na Apolo

Da batuta do Rei à marcha de Lisboa

Uma Colectividade com 122 anos está recheada de histórias. A Apolo tem-nas para todos os gostos, desde a do rei D. Carlos que, descendo de coche a Avenida da Liberdade e vendo actuar a banda da Sociedade, lhe enviou uma batuta em ébano com canhão e ponta de prata, ou a da primeira Marcha Popular que Lisboa viu quando, em 1933 e por iniciativa de José Oliveira Simões, a banda da Apolo saiu à rua com uma "marcha à flambeau", vários anos antes dos "Santos Populares" que Leitião de Barros coreografaria para o salazarismo.

Pelo meio surgem concertos famosos dados pela banda da Sociedade (perante o imperador alemão Guilherme II ou para o presidente francês Emille Loubet), a criação dum grupo dramático em 1895, que produziu dezenas de peças e vários artistas profissionais, uma diversificada actividade desportiva que chegou a englobar o ténis de mesa, o ciclismo, o boxe, o basquetebol e o andebol. E a dança, desde sempre, até se tornar a actividade central. ■



A escola de dança da Apolo forma atletas de competição, mas também ensina, por pouco dinheiro, quem apenas quer aperfeiçoar o jeito ou deixar de ser "pezudo"...

O seu a seu dono

A generosidade no noticiário, a indulgência nos comentários, a ampla promoção do Congresso do CDS e de Manuel Monteiro e uma patente disposição para não hostilizar as suas posições e orientações em matéria de integração europeia indicam claramente que diversos interesses se movem no sentido de procurar atribuir a este partido e ao seu líder o estatuto de principal protagonista da oposição ao federalismo, da defesa dos interesses nacionais e da soberania de Portugal, da defesa da produção nacional, da representação política e eleitoral de importantes camadas sociais duramente atingidas por efeitos da integração, da sintonia com extensas reservas e inquietações existentes na sociedade portuguesa com os rumos da actual «construção europeia».

É assim prudente e avisado admitir que, para a pré-campanha e a campanha do Parlamento Europeu, se pode estar a preparar um notório favorecimento relativo do CDS acompanhado de deliberados silenciamentos e discriminações contra o PCP e a CDU, seja porque para os interesses dominantes é preferível que seja a direita extrema e não o PCP a ampliar apoios em determinados sectores sociais, seja porque apresentar o CDS como o principal defensor da soberania nacional pode servir para desacreditar e prejudicar essa justa causa e facilitar a aceitação das teses de renúncia e abdicação, seja porque há quem tenha a esperança de lançar alguma perturbação sobre o eleitorado da CDU a pretexto de supostas «convergências» entre «comunistas e extrema-direita», entre «comunistas e nacionalistas».

Um tal plano e uma tal operação já tiveram aliás um primeiro e elucidativo ensaio em 1992 no decurso do debate em torno da ratificação de Maastricht, conjuntura em que foi patente a inclinação da maior parte dos meios de comunicação social para, no campo da oposição ao Tratado, privilegiar artificialmente o CDS e secundarizar e marginalizar o PCP, apesar de o PCP ter sido indiscutivelmente a força política que mais activa e consequentemente interveio nessa batalha, que desencadeou um processo massivo de esclarecimento, que dinamizou um abaixo-assinado contra a ratificação do Tratado que recolheu mais de 40 mil assinaturas e que se bateu de forma inteiramente consequente pela realização de um referendo.

O destacado lugar do PCP

Apesar dos recursos e dos meios poderosos de que provavelmente disporá e apesar das possibilidades que a falta de escrúpulos sempre oferece, a verdade é que não terá vida fácil a operação mistificatória que consistiria em obscurecer o destacado e singular lugar que cabe ao PCP no debate das questões cruciais da integração europeia e em promover a ilusão de um CDS como único pólo oponente ao pólo do «bloco central» federalista PSD-PS.

Em primeiro lugar, porque mesmo considerando apenas como referência temporal a data de adesão de Portugal à CEE, o CDS, por comparação com o PCP, acordou tardíssimo para as palavras de defesa da soberania de Portugal no processo de integração, de defesa do aparelho produtivo nacional, de defesa do projecto de uma Europa de nações iguais e soberanas.

Ou seja, por outras palavras, enquanto o PCP leva, desde 1985, nove anos de constante e coerente orientação e acção em defesa da identidade, dos interesses, da soberania e da independência nacionais e em persistente e corajosa oposição ao seu progressivo sacrifício em favor de instâncias e poderes supranacionais, o CDS, pelo contrário, leva sete anos do mais completo apoio aos aspectos mais negativos e perigosos desta «construção europeia», do mais entusiástico empenho na sua crescente evolução no sentido federalista, do mais afanoso deslumbramento «europeista», da mais ostensiva cumplicidade com orientações, medidas e decisões profundamente lesivas dos interesses da economia nacional.



■ VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

Em segundo lugar, em total antagonismo com a orientação e a luta do PCP, o CDS leva, não sete mas nove anos, é para continuar, de um posicionamento sobre as questões de integração europeia inteiramente subordinado à defesa dos interesses do grande capital e da sua intocabilidade e impunidade, à defesa do reforço extremo da exploração dos trabalhadores e da implacável destruição do acervo de avanços e conquistas sociais alcançadas pela luta dos trabalhadores e dos povos da Europa.

Confrontados com a evidente semelhança, pelo menos ao nível do discurso, das suas actuais posições contra Maastricht, contra o federalismo e contra a grave situação criada por efeitos da integração em múltiplos sectores da actividade produtiva com as posições (de há muito) defendidas pelo PCP, Manuel Monteiro e o CDS - se a seriedade intelectual e a honestidade política lhes dissessem alguma coisa - poderiam, muito razoavelmente, ou acentuar importantes diferenças do CDS em relação ao PCP noutras questões da integração ou mesmo, pura e simplesmente, salientar que as ideias e as posições de uma força política devem ser julgadas pelo que realmente valem, independentemente da sua similitude, real ou aparente, com as de outras forças políticas.

A hipocrisia... do CDS

Mas não. Visivelmente embaraçados e enervados com este problema emergente da cronologia e da história política nacionais, Manuel Monteiro e o «novo» CDS preferem tentar superá-lo ou contorná-lo pelo recurso aos velhos truques do anticomunismo, da rasura da História e da deliberada falsificação das posições do PCP embrulhados em veementes e agitadas diatribes contra uma suposta «hipocrisia» do PCP.

«Hipocrisia» - grita Monteiro - porque o PCP «anda a dizer aos portugueses que é contra o federalismo» quando sempre defendeu o «federalismo na URSS», num argumento tão pouco sério e tão desqualificado que apenas deixa Manuel Monteiro e o CDS atados de pés, mãos e língua quando o PSD resolver pas-

Ponto-chave é que o CDS, por comparação com o PCP, acordou tardíssimo para as palavras de defesa da soberania nacional e de uma Europa de nações iguais e soberanas e, por comparação consigo próprio, mantém inteira fidelidade ao grande capital contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais.

sar a dizer que o antifederalismo do CDS é uma completa hipocrisia porque o CDS defende os federalismos nos Estados Unidos da América, na República do Brasil, na Alemanha e até na Federação Russa governada pelo sr. Boris Ieltsin.

«Hipocrisia» - clama Monteiro - porque o PCP «anda a dizer que defende a produção nacional» quando «é o principal responsável pela destruição do aparelho produtivo nacional», numa acusação tão fantasiosa como provocatória que apenas deixará como saldo a consequente impossibilidade de o CDS atribuir as principais responsabilidades pela destruição do aparelho produtivo nacional ao Governo do PSD, às imposições da convergência nominal de Maastricht e à Reforma da PAC.

Além do mais - acrescentam amiúde os dirigentes do CDS -, o seu partido seria pela Europa enquanto o PCP seria contra a Europa, antieuropeu e defensor do «isolacionismo de Portugal» (confor-



me dislate subscrito por Luís Nobre Guedes no «Expresso» de passado sábado), numa inqualificável mistificação com a qual o CDS segue caninamente a arrogância e as ilegítimas sentenças de excomunhão com que os federalistas, a começar pelos caseiros PSD e PS, armados em proprietários da Europa, sempre brindam quem lhes faz frente, como o próprio CDS já sentiu duramente na pele.

Periodicamente, o CDS recorre ainda a velhas inverdades e mentiras em relação à atitude do PCP face ao referendo sobre Maastricht. É assim que, segundo a citada edição do «Expresso», Manuel Monteiro iria lembrar do Congresso do CDS que o PCP teria votado contra «a proposta de revisão constitucional apresentado pelos centristas (e onde estes incluíam o referendo)». Ora esta é, manifestamente, uma história mal contada, porque o PCP votou efectivamente contra a aprovação de um projecto de resolução apresentado pelo CDS para que se abrisse um processo de revisão extraordinária da Constituição e fez muito bem porque o CDS propunha, não que a revisão se ocupasse exclusivamente da viabilização de um referendo, como o PCP propôs a seguir - mas sim que, a par disso, se ocupasse simultaneamente da adaptação da Constituição às imposições de Maastricht, isto é, procedesse a uma espécie de pré-ratificação do Tratado em antecipação aos resultados de um eventual referendo, num absurdo que contou também com a premeditada cumplicidade dos «plataformistas» entretanto largamente apresentados como grandes campeões do referendo.

Os comunistas portugueses lutaram 48 anos contra um regime que todos os dias invocava o sagrado nome da nação e da pátria (enquanto a traía e entregava à dominação estrangeira) e jamais permitiram que o fascismo se apropriasse de tais realidades, conceitos e valores e sempre incorporaram a defesa dos interesses da pátria portuguesa no seu património democrático, progressista e revolucionário.

Diga o CDS o que disser e receba a promoção que receber, a defesa das soberania e da independência nacionais, num quadro de sólida abertura à Europa, ao mundo e à cooperação internacional e tal como o PCP a concebe e pratica, longe de ter qualquer ligação com tradições reaccionárias de isolamento nacional ou com posturas nacionalistas, insere-se historicamente nas mais fecundas e tradições progressistas nacionais de articulação do patriotismo com uma rasgada visão universalista e espírito humanista.

As duas maiores causas que precisam de ser activa e generosamente defendidas na batalha política das próximas eleições para o Parlamento Europeu - a defesa da identidade, da soberania, do desenvolvimento e do futuro de Portugal e a defesa do emprego, dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais contra a bárbara ofensiva do grande capital - são grandes causas de esquerda que só o PCP e a CDU protagonizam de forma simultânea e indissociável. ■

Este caso não foi, essencialmente, nem uma questão de estar a favor ou contra a abertura das fronteiras nacionais à imigração - como pretende o Governo -, nem um problema pontual e humanitário - como afirma a direcção do PS. Foi sim mais um conflito entre as normas xenófobas da "Europa fortaleza" de Schengen e o quadro de normativos constitucionais e valores humanistas e progressivos que enformam a nossa consciência colectiva. O caso Grace Vuvu foi uma derrota do "espírito de Schengen".

Seria redundante lembrar aqui mais do que os elementos essenciais deste "caso".

Grace Vuvu é detentora dum visto legal que autoriza a sua estada em Portugal por um período de 60 dias e a sua dupla nacionalidade angolana-zairense, ou outros elementos de "suspeição policial" envolventes, nada adiantam nem atrasam a esse facto.

Vuvu e a sua filha foram detidas no aeroporto e impedidas de se juntar ao marido e pai, que legalmente reside e trabalha no nosso país, porque o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) suspeita de tentativa de "imigração ilegal".

Na decorrência de movimentações e expressões de solidariedade de diversos de eclesiásticos, associações de defesa dos direitos humanos, deputados do PS e do PCP, etc., o Tribunal de Instrução Criminal decidiu favoravelmente

um *habeas corpus* requerido por deputados do PS, que põs cobro à detenção ilegal de Vuvu e autorizou a sua permanência em território nacional pelo prazo de 60 dias.

O Ministro da Administração Interna (MAI) veio a terreiro em defesa da "sua dama" - o SEF - e explicitou inconveniências, autoritarismos, ameaças e promessas de retaliação à sombra duma pretensa "razão de Estado".

É assim que estamos, já que a resposta do PS ao MAI só adiantou a ideia de que este caso não passou duma situação pontual e humanitária. O PS não questiona a aplicação dos Acordos de Schengen, optando por "desviar para canto" e centrar o debate na questão da integração dos imigrantes.

O MAI arrogante e xenófobo

A postura do MAI relativamente ao "caso Grace Vuvu" é arrogante e xenófoba, o que não constitui novidade, mas contém outros traços que dão que pensar.

É arrogante a intenção expressa de solicitar ao Ministério Público que recorra da decisão do Tribunal, coisa que não tem competência para fazer e que mereceu um reparo comedido do Procurador Geral da República.

É autoritária quando, apelidando a política contra os imigrantes prosseguida pelo Governo de "razão de Estado", lhe dá a primazia relativamente à decisão do Tribunal, como se o PSD no Governo se outorgasse o direito de estar acima da Lei.

É absurda quando apadrinha a tese de que o *habeas corpus* se não aplica em zonas determinadas do aeroporto, como se aí fosse uma "terra de ninguém" onde os órgãos de soberania - neste caso os Tribunais - não exercessem competências, cabendo todas elas, provavelmente por determinação divina, exclusivamente ao SEF.

É punitiva e excessiva quando, contra a decisão tomada pelo Tribunal, vem administrativamente procurar efectivar a expulsão de Vuvu no prazo de 30 dias.

É vingativa e intimidatória quando ameaça estrangeiros já legalizados com a revisão dos processos e a expulsão.

É hipócrita quando recusa um novo prazo e medidas efectivas de promoção da legalização dos muitos milhares de imigrantes ainda ilegais, com o argumento de que já tiveram oportunidade de o fazer.

É xenófoba quando mistura na discussão deste caso ameaças à Segurança Social dos portugueses e referências capciosas ao surto de criminalidade.

O discurso e a actuação do MAI não revelam incoerências com o sucedido em mil e uma situações semelhantes da actuação do SEF contra naturais de países "não comprovadamente brancos", enxovalhados, seviciados, "retidos" e muitas vezes expulsos, dando origem a protestos

"CASO GRACE VUVU"

uma derrota de SCHENGEN

■ Carlos Gonçalves

diplomáticos do Brasil e Angola, conflitos com a Presidência da República, instâncias diversas de defesa dos direitos humanos, forças sociais e políticas democráticas, presidentes de clubes desportivos, sindicalistas, embaixadores, intelectuais, altos dignatários da Igreja Católica, etc.

Não há divergência entre a actuação do SEF que o MAI patrocina e protege, e o panorama geral da sua política essencialmente policíesca e repressiva: a política do uso obrigatório do Bilhete de Identidade, da fichagem incontrolada dos cidadãos que por aí se anuncia, da actuação ilegal do Serviço de Informações de Segurança contra os que no uso dos seus direitos se opõem ao Governo, da repressão sobre operários e estudantes, da retaliação e castração de direitos associativos nas Forças de Segurança, da divulgação de "relatórios secretos" do SIS fomentando o racismo, do desinvestimento na segurança das populações fazendo de Portugal um país em que a credibilidade da segurança pública é metade da média comunitária.

É esta a política do MAI e já o é de há muito. A novidade deste seu discurso no "caso Grace Vuvu", se de facto existe, está na incontinência, na imprudência e impudência das suas afirmações. É como se Dias Loureiro, estando de saída próxima anunciada do Governo de Cavaco Silva, optasse por uma política de "terra queimada", como se quisesse deixar claros os objectivos e as políticas mais retrógradas do PPD/PSD, na sua área de responsabilidades.

Schengen em cheque

Por trás da actuação do SEF, neste caso como em todos os outros, está o Acordo de Schengen por muito que o PS o não queira reconhecer, dado que o aprovou em uníssono com a direita.

De facto, o acervo de documentos Schengen, com a respectiva implementação por apenas 7 dos Estados Comunitários - Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Alemanha - sucessiva-

mente preterida, tem vindo a influir profundamente na implementação do "3º pilar" do Tratado de Maastricht e a ditar toda a legislação portuguesa em áreas muito diversas relativas à "livre circulação de mercadorias e pessoas no espaço intercomunitário".

Concretamente no que aqui e agora nos interessa, foi elaborada nova lei de estrangeiros, que, embora deixasse de fora os famigerados "centros de acolhimento" dos imigrantes não autorizados a entrar no país, em processo de expulsão ou extradição, instituiu um regime de entrada, saída, permanência e expulsão de estrangeiros extremamente limitativo, que não tem em conta as particularidades e tradicionais relações e responsabilidades de Portugal relativamente aos PALOP e Brasil, que não atende a situações humanitárias, nem devidamente à reunificação de famílias e cuja aplicação, ainda por cima com manifesto excesso de zelo, está no âmago do "caso Grace Vuvu".

Schengen impôs a lei de asilo, de constitucionalidade duvidosa, contestada pelas forças democráticas e Associações humanitárias e de imigrantes, pela Igreja Católica e que motivou um veto Presidencial, um "Conselho de Ministros especial" e uma reunião extraordinária da Assembleia da República, no que constituiu um dos incidentes mais graves do chamado "verão quente" de 1993.

Schengen motivou a legalização extraordinária de estrangeiros, palco de sucessivas movimentações sociais, políticas e institucionais centradas no facto de a maioria dos imigrantes, conforme manifesto desejo do Governo, continuar clandestina face às dificuldades administrativas e burocráticas e às ameaças com que se debate no processo de legalização.

Schengen fez do SEF aquilo que ele é, deu-lhe os meios, a doutrina e as missões que o transformaram numa polícia de postura arrogante, porque se considera a si própria autora, intérprete e reguladora da aplicação da Lei numa terra de ninguém, a zona internacional dos aeroportos, onde não reconhece outra autoridade; uma postura xenófoba e quase racista porque atribui a si própria, a todo o transe, a competência de deter o perigo imigratório que assalta a "Europa" e que em caso nenhum é "comprovadamente branco".

Schengen estabelece aliás o primado das suas próprias normas relativamente às legislações nacionais, não admirando assim que o SEF entenda que nas áreas de sua jurisdição está revogado o princípio do *habeas corpus* e a Constituição da República.

É este o quadro e não adianta negar que este SEF, xenófobo e quase racista, é da família da "Europa fortaleza", tem Schengen como pai e a integração maastrichtiana como mãe, que o PSD é o seu desvelado tutor e o PS é amigo da família.

Dissemo-lo na altura certa, advertimos à exaustão, do potencial de anti-humanidade que comportavam os Acordos, denunciámos o seu carácter absolutamente estranho aos interesses do país - pátria de emigrantes espalhados pelas sete partidas do Mundo -, acusámo-lo de ser ditado pelos interesses das multinacionais e seus governos nas potências europeias, neste momento concreto de crise do capitalismo.

Por isso nos parece transparente, claro como a água, que o "caso Grace Vuvu" constituiu, até ao momento, uma derrota do espírito de Schengen, um momento em que a legalidade constitucional e os valores de solidariedade e de humanidade puderam mais do que a política anti-imigrante, xenófoba, repressiva, autoritária e desumana de Schengen.

Por uma política alternativa

Estamos a aproximar-nos rapidamente das eleições para o Parlamento Europeu. Seria muito positivo que a respectiva campanha eleitoral permitisse o esclarecimento dos efeitos contraditórios do processo de integração europeia relativamente ao nosso país, nomeadamente no que respeita às políticas de imigração e vistos, de segurança interna e de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Aliás, o governo francês de direita, pela voz do Ministro Pascua, ao colocar obstáculos à circulação e fixação de trabalhadores portugueses naquele país e mesmo a hipótese da sua expulsão, demonstra que nem essa questão é pacífica e que a política anti-imigrantes do Governo de Cavaco além de debilitar a posição dos portugueses emigrados fora da União Europeia, não tem sequer asseguradas as anunciadas "contrapartidas" no interior da "Europa fortaleza".

Bom seria que as eleições do Parlamento Europeu servissem para esclarecer esta "nebulosa Schengen", clarificar os seus efeitos, responsáveis e apoiantes e abrir caminho a uma Europa mais solidária, uma Europa dos cidadãos, humanista e aberta ao Mundo.

Bom seria para Portugal que os resultados das próximas eleições viabilizassem a revisão da política de imigração não no sentido das "fronteiras abertas", impossível num pequeno país na cauda da Comunidade, mas estabelecendo um mínimo de cláusulas de excepção humanitárias e de assunção de especificidades e responsabilidades históricas irrecusáveis.

Bom seria também que o resultado das eleições para o Parlamento Europeu, condenando Cavaco Silva e o seu Governo, abrisse caminho a uma política alternativa que legalizasse e apoiasse efectivamente a integração social dos imigrantes e pusesse fim à actuação persecutória e xenófoba do SEF e do MAI, que no fundo traduz o vezo autoritário deste Governo. ■



Contra o discurso de catástrofe, pela melhoria do sistema

«O que está em causa são opções políticas quanto ao respeito ou não dos direitos fundamentais dos cidadãos»

CGTP-IN propõe

DEBATE

sobre a

SEGURANÇA

Declarações recentes de técnicos e de políticos sobre a função social do Estado nas áreas da Segurança Social e da Saúde e debates em diversas instituições têm sido acompanhadas «com preocupação» pela CGTP-IN e levaram a central a tornar pública uma declaração sobre a política do Governo e as mudanças necessárias.

Para a *Inter*, não se pode aceitar «que, a coberto duma alegada incapacidade do Estado-providência em financiar as despesas da Saúde e da Segurança Social, sejam dinamizados os interesses privados nestes sectores, que vislumbram já o desenvolvimento de áreas de negócios altamente lucrativas, como é o caso das empresas seguradoras». Em contrapartida, «aos principais destinatários, que justificam a própria finalidade dum sistema de Saúde e de Segurança Social - os utentes, beneficiários, trabalhadores por conta de outrem e suas famílias - pede-se que contribuam com esforços acrescidos para o financiamento do sistema e alimentem interesses menos escrupulosos daqueles para quem a Saúde e a Segurança Social constituem apenas mais uma fonte de lucro da sua actividade empresarial».

Algumas afirmações públicas sobre as políticas de Saúde e Segurança Social são consideradas «graves» pela CGTP, que afirma mesmo: «em alguns casos, em vez de tais intervenções se situarem na procura de contribuições sérias para a manutenção e alargamento dos direitos dos cidadãos, se inserem antes no aprofundamento de um ataque mais frontal contra os direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores e da população em geral».

Debater é positivo...

«Pensamos que é positivo o debate na sociedade portuguesa sobre aspectos tão fundamentais, como é o caso das políticas e gestão dos sistemas de saúde, com vista ao seu aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade da prestação dos cuidados» - afirma-se no documento divulgado dia 11, em conferência de imprensa, por Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares. Igualmente positivo é «debater os aspectos que se põem na Segurança Social, em termos de gestão, de forma a que os dinheiros dos trabalhadores sejam utilizados na melhoria do sistema e que sejam encontradas novas fontes de financiamento, a fim de criar estabilidade quanto ao futuro», defende a central.

A CGTP reconhece que, «certamente, existem preocupações fundadas que decorrem das alterações demográficas, do mercado de trabalho e das exigências crescentes por níveis de qualidade acrescidos, o que tem levado alguns países à reformulação gradual dos seus sistemas de financiamento, optando por soluções resultantes de um amplo consenso nacional e local que visem assegurar os direitos mais elementares de protecção dos cidadãos na doença e na velhice».

No entanto, a Intersindical Nacional «não aceita e denuncia o discurso da catástrofe a que se está a assistir, que emana de um objectivo determinado»: «lançar o descrédito sobre o sistema de Segurança Social e criar descontentamentos e inseguranças, para incutir nas pessoas a ideia de que o Estado se pode desresponsabilizar e que cada um deverá tratar da sua reforma, e transformar-se a Segurança Social apenas na protecção dos pobres».

É que, sublinha-se na declaração, Portugal é um país onde o Orçamento de Estado tem «uma intervenção muito reduzida quanto às suas obrigações» e onde a Segurança Social «tem sido um grande suporte do patronato, que simultaneamente arrecada subsídios e é um grande devedor».



Relativamente à riqueza gerada, Portugal é o país da OCDE que menos gasta em Saúde, afirma a CGTP, contrapondo aos lusos 4 por cento do Produto Nacional Bruto os valores médios de 6 a 7 por cento destinados noutros países a esta área, e recusando-se a admitir «que encarem tão levemente soluções políticas para o financiamento da Saúde sem pôr em causa essa exiguidade de afectação de recursos e sem um conhecimento sério das necessidades e da realidade do País» ou que os problemas «sejam encarados apenas numa perspectiva de maior racionalização» (ou maior «racionamento de cuidados médicos», interroga a central), «de um ponto de vista meramente *economista* para redução de custos dos hospitais, quando o que está em causa são opções políticas quanto ao respeito ou não dos direitos fundamentais dos cidadãos».

«Privado» não é «melhor»

Os intervenientes nos sistemas de Saúde são «diversos e bem diferenciados» e «os interesses de alguns dificilmente se conciliam com o carácter vincadamente social deste sector, de cuja eficácia depende, em última instância, a capacidade de desenvolvimento económico e social do País», afirma a CGTP, recordando como dado adquirido, que «a eficiência de qualquer sistema de Saúde se reduz pela quantidade de intervenientes intermédios que geram custos adicionais, pela apropriação de margens de lucro». «Ou seja, não está provado que os dinheiros sejam melhor geridos pelos interesses privados do que pelos serviços nacionais de Saúde, bem pelo contrário», conclui a central.

«Uma visão algo hipócrita do valor solidariedade e uma forma algo demagógica de o fazer desenvolver na sociedade» é como a confederação classifica o facto de, segundo declarações de responsáveis do sector da Saúde, serem as declarações de rendimentos às entidades fiscais que iriam servir de fundamento para definir quem não paga, ou quanto se paga. Estas declarações, protesta a CGTP, não consideram o factor riqueza e penalizam sobretudo aqueles cujos rendimentos familiares provêm exclusivamente do trabalho.

Procurar um largo consenso

Afirmando-se «consciente do significado das pretensas alterações de fundo a introduzir no sistema de Saúde e de Segurança Social no nosso país e do que tais alterações significariam para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral», a CGTP achou por bem «responsavelmente, manifestar as suas mais sentidas preocupações junto dos partidos políticos, personalidades e instituições e alertar os trabalhadores e a população em geral para mais esta escalada nos ataques aos direitos fundamentais dos cidadãos».

Para a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, «as eventuais adaptações a introduzir nos sistemas de Saúde e Segurança Social deverão ser o resultado de um amplo debate da sociedade, com base num diagnóstico sério e aprofundado da situação actual», e «a procura de soluções de largo consenso para a melhoria desses sistemas não é possível sem esse conhecimento prévio pelos vários intervenientes e interessados. ■

É nossa! Vamos defendê-la!

«Defender a Segurança Social é um dever de cada um e de todos nós», afirma a CGTP no documento distribuído à população de Lisboa, lembrando que «está em jogo o dinheiro que todos nós descontamos dos nossos salários» e que deve ser utilizado «para nos proteger na doença, na invalidez, na velhice, no desemprego e para apoiar a família, entre outros fins».

Incluindo a defesa e melhoria da Segurança Social entre as razões para participar nas manifestações do próximo sábado, a central defende que «a Segurança Social pública é tão viável em Portugal como noutros países onde a qualidade dos serviços e os níveis das prestações são elevados».

Para tal suceder, exige a CGTP, é preciso:

- que o sistema seja bem gerido,
- que o Orçamento de Estado assuma as suas obrigações para com a Segurança Social,
- que o dinheiro da Segurança Social não seja posto ao serviço dos patrões e muitos menos sirva para negociatas,
- que sejam denunciadas e combatidas as tentativas do Governo de esvaziar a Segurança Social e de restringir cada vez mais os direitos dos beneficiários/contribuintes,
- que sejam melhorado o funcionamento do sistema e que sejam elevados os valores das prestações sociais, particularmente das pensões de reforma e dos abonos de família. ■

SOCIAL

Pontos nos ii

A declaração tornada pública pela CGTP no dia 11 e o documento distribuído na véspera à população de Lisboa acrescentam alguns dados que é fundamental ter em conta quando se discute com seriedade os problemas da Saúde e da Segurança Social.

De onde vem o dinheiro e como é utilizado

Dizem os catastrofistas da Segurança Social - nomeadamente responsáveis do Governo e do PSD - que são elevadas as despesas do Estado com as pensões, os subsídios de desemprego e de invalidez, os apoios à família e outras prestações. Quem recebe não pode deixar de ficar logo indisposto com semelhante conversa, conhecendo na pele os «elevados» valores pagos aos reformados e pensionistas...

A verdade é que os tais catastrofistas lá arranjam maneira de ninguém os interromper quando vêm com aquele discurso, à sombra do qual foram aprovadas e entraram em vigor recentemente graves medi-

das de restrição do acesso e do valor das prestações (por exemplo, a subida da idade de reforma das mulheres, a alteração da fórmula de cálculo das pensões, as restrições no acesso ao subsídio de desemprego).

Não dizem os catastrofistas, mas recorda a CGTP, que quem suporta a Segurança Social não é o Estado, mas sim os trabalhadores, através dos descontos mensais dos salários. Em 1994, repare-se, dos 1316 milhões de contos de receitas globais da Segurança Social, 1116 (85 por cento) têm origem nas contribuições dos trabalhadores.

O Estado não está a cumprir as suas obrigações para com a Segurança Social (suportar as despesas com os regimes não contributivos, a acção social e a administração). Só de 1990 a 1994 o Governo não transferiu cerca de 800 milhões de contos, verba que se refere apenas às obrigações principais. A dívida das empresas está estimada em cerca de 250 milhões de contos.

Entretanto, o dinheiro da Segurança Social tem servido para financiar empresas (duplamente, pois não pagam as suas contribuições e são isentas de outros pagamentos, como acontece em matéria de primeiro emprego), para suportar despesas com formação profissional, para

facilitar despedimentos e falsas reestruturações, para financiar despesas sem controlo com a acção social e, como tem vindo a público, até para suportar negociatas.

Esquemas complementares não são alternativa

A campanha das «despesas elevadas» tem lugar num quadro de degradação da qualidade (já de si baixa) dos serviços de Saúde pública e de manutenção de prestações sociais extremamente baixas (muito justamente qualificadas, tantas vezes, como miseráveis). É fácil, assim, lançar o descrédito sobre o sistema de Segurança Social e tentar aproveitar o descontentamento dos contribuintes e beneficiários (e até os seus justificados receios quanto ao futuro) com o objectivo de alimentar os negócios de grupos financeiros privados.

Surgem, até com o incentivo de deduções fiscais, produtos como os planos de poupança-reforma (PPR), que a CGTP critica, defendendo que estes e outros esquemas complementares não são alternativa ao sistema de Segurança Social público. E explica porquê:

- os PPR cobrem apenas uma parte das pensões de velhice;

- os PPR são caros e obrigam os subscritores a disponibilizar quantias fixas todos os meses, de seis em seis meses ou uma vez por ano, consoante o acordo estabelecido com a entidade financeira;

- estas quantias aumentam todos os anos e não podem ser levantadas quando as pessoas desejarem ou precisarem;

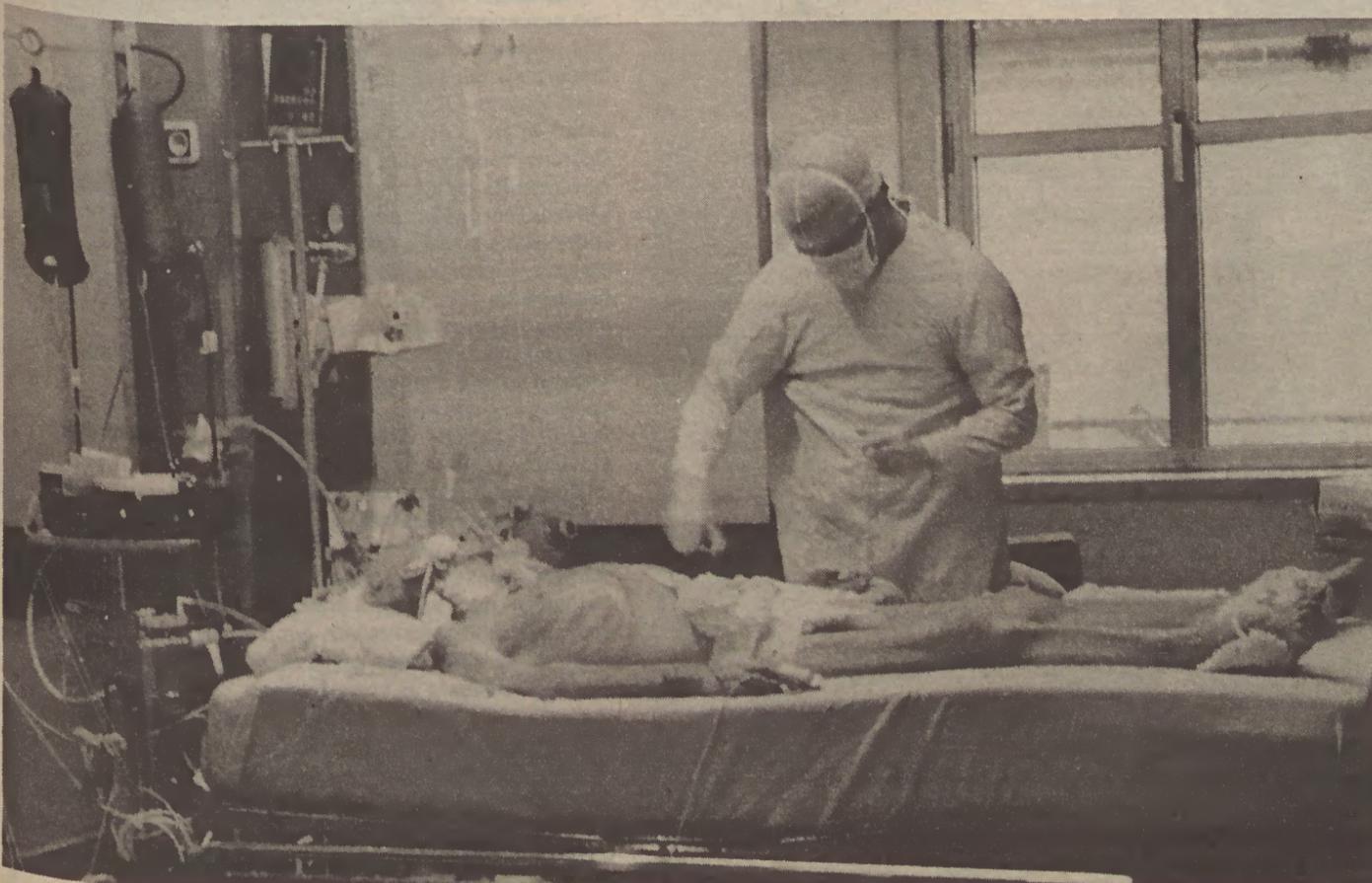
- a banca e as seguradoras só se interessam pela cobertura de riscos sociais que dão lucros;

- os esquemas privados de fundos de pensões exigem uma poupança muito elevada, não podendo, por isso, ser suportada pela generalidade dos trabalhadores;

- a rentabilidade dos fundos de pensões depende da aplicação do dinheiro depositado;

- os fundos de pensões estão sujeitos a riscos reais derivados das crises bolsistas, da falência de empresas e mesmo da delapidação dos dinheiros.

Por tudo isto, a CGTP afirma que «colocar em causa o sistema de Segurança Social público equivalerá a deixar de garantir a protecção na doença, no desemprego, na maternidade, na invalidez, na velhice. Será a destruição da solidariedade, com todo o cortejo de desequilíbrios e dramas gerados pelo *salve-se quem puder*. Não é esse o caminho.» ■



Manoel
de Lencastre

Crise financeira na Igreja Anglicana

A Igreja Anglicana encontra-se cercada por uma potente crise a que não é exagero chamar verdadeiramente catastrófica. A aceitação, em plenário, do princípio da ordenação de mulheres (sacerdotizas) havia já profundamente dividido o movimento religioso oficial de Inglaterra e os fiéis, tal como bastantes padres, começaram a disparar. Agora, a crise financeira vem fragmentar o resto porque os negócios, francamente, têm corrido bastante mal.

Forças do mercado à rédea solta

Assim, os investimentos em propriedades acabam por sofrer um tombo rude de cerca de 800 milhões de libras (207 milhões de contos) devido a que os Comissários (administradores) tiveram de ajustar para números razoáveis o valor desses investimentos, no «deve e haver» da Igreja. Por outro lado, as receitas normais continuam a diminuir. E o ano de 1933, em termos de finanças, foi um puro desastre, o que levou um observador da vida das instituições religiosas a dizer: «O futuro mostra-se cinzento e vê-se perfeitamente que, havendo realizado investimentos errados no sector da propriedade comercial, os comissários voltaram a demonstrar não terem aprendido as lições do passado.»

O poder das bárbaras forças do mercado, em acção livre, consegue, assim, destruir aquilo que os próprios imperadores romanos falharam em suprimir — as obras da Igreja, a fé dos crentes. E marcha em frente para, reduzindo a cinzas a própria civilização, aniquilar-se a si próprio. O que nos resta? Parece que só os comunistas possuem uma resposta para o futuro. Mas a Igreja Anglicana não é a única vítima, evidentemente, daquelas demoníacas forças de destruição que arrastam para a queda no abismo, como estamos vendo, as suas próprias estruturas de base, os seus próprios filhos. Assim...

Os investidores dos «Lloyd's»⁽¹⁾, por exemplo, reclamam em todos os cantos do mundo financeiro contra a triste sorte que os atingiu. Não só perderam tudo quanto possuíam como ficaram

agarrados a tenebrosas dívidas. O exemplo do almirante Sir Robert Fitch (segundo Lord do Mar na Armada britânica) que recentemente se suicidou, chamou-nos a atenção. De que lhe serviu, afinal, ter trabalhado para o imperialismo toda a vida, praticamente? Através dos prejuízos dos «Lloyd's» onde investira e perdera todas as economias acabando devedor de uma larga soma, o almirante encontrou a ruína. Foi encontrado morto no interior do seu «Volvo», perto de casa, em Sea Lane, Middleton-on-Sea, Sussex.

Steven Langley, 45 anos, voluntário dos «Samaritanos» tivera sempre uma correcta e cordial relação com o seu Banco, o Barclays tão nosso conhecido das ruas de Lisboa, das da City, de toda a Inglaterra e do Mundo. O valor estimado da residência de Mr. Langley era de cerca de 35 000 contos, o emprego era bom como consultor financeiro da «Sun Life Assurance Company of Canada». A esposa também trabalhava e diz-se que ganhava um razoável ordenado. Mas o mercado tratava-os vilmente, seduzindo-os para comprar supérfluas coisas sem real valor e os gastos gerais do casal eram altos. A certa altura, Steve Langley devia ao Banco... 72 libras, cerca de 20 contos. E o Barclays Bank, da High Street, em Coventry, mandou-lhe duas cartas: na primeira, salientava que a conta de Langley não continha fundos suficientes para a liquidação da prestação mensal de 120 libras (31 contos) debitável contra um empréstimo de 1200 libras (300 contos) anteriormente realizado; na segunda, informava ter-lhe cancelado a conta ao mesmo tempo que exigia a devolução do livro de cheques e dos cartões de crédito emitidos, além, evidentemente, do pagamento das referidas 72 libras. Steven Langley, suicidou-se. ■

(1) Nada menos de 13 000 desses investidores sofreram perdas que os levaram à falência devido à responsabilidade ilimitada que preside aos respectivos investimentos. Os prejuízos dos «Lloyd's of London» nos últimos cinco anos subiram a qualquer coisa como 20 biliões de libras e, como se compreende, os investidores não estavam preparados para tão pesadas perdas. Já se registaram 30 suicídios.

Emigrantes com problemas

Parte X

Cipriano, temendo alguma nova surpresa, foi sentar-se ao balcão do restaurante e o empregado, a um sinal seu, fez o mesmo e acendeu um cigarro. Lá fora, nevava com abundância. À porta do edifício dos Correios, mesmo em frente à de «A Pérola do Atlântico», dois ucranianos carregando pesados embrulhos, discutiam entre si, indiferentes à neve e a tudo.

«Então o que há?», perguntou Cipriano. O empregado esmagou o cigarro contra a base do cinzeiro e foi direitinho à grande questão:

«O patrão, sempre quer vender isto?»

«Arranjas-me comprador?»

«Talvez...»

O proprietário do restaurante ergueu os olhos, finalmente, da atmosfera sombria que os cercava, parecendo que acordava, repentinamente, de um profundo sono. Carlos Maganão, explicou-se: «Eu e, ali, o Aristides, com mais dois dos rapazes, temos andado a pensar no assunto. O patrão, afinal, percebe pouco de restaurantes, o resultado está à vista. Desculpe a franqueza, sô Cipriano.»

«Diz lá, homem, diz lá...»

Na rua, máquinas empurravam neve às toneladas, libertavam os passeios, o sol parecia querer romper a eternidade do Inverno canadiano e os dois ucranianos partiram a despachar as suas encomendas nos correios.

«A verdade é esta, sô Cipriano», prosseguiu o empregado. «Se o patrão sempre quer vender, a gente compra.»

«E têm dinheiro para isso? Digo isto porque...»

«Temos o cacau, patrão. Sei o que estou a dizer.»

Carlos Maganão puxou dos fósforos e acendeu outro cigarro. Parecia calmo. Mas o patrão colou os olhos ao balcão e olhava o café que deixara arrefecer. O sol rasgava, finalmente, a tristeza daquela tarde de Março. E infiltrava--se, poderosamente, através das longas montas de vidro do restaurante, vindo secar as lágrimas de Cipriano que o empregado fingia não ver. ■



HORAS de glória há 50 anos

A 1.ª frente ucraniana (Vatutin) e a segunda (Konev) iam unir-se para a grande ofensiva que aceleraria o avanço do Exército Vermelho conduzindo, conseqüentemente, à destruição do grupo de formações militares nazis que ocupavam a linha Korsun-Shevchenkivsky. A 28 de Janeiro, o cerco contra o referido grupo apertava-se. Mas, em contraste com o comportamento que lhes havia notado em Stalíngrado onde os nazis se haviam concentrado na defensiva guardando a esperança de virem a ser salvos por Mannstein (que viria de Kotelivkovo), as tropas germânicas da zona Korsun-Shevchenkivsky tentavam, desesperadamente, romper o cerco que as duas frentes soviéticas lhes impunham, e abrir caminho em direcção às forças que procuravam libertá-las.

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1944, os nazis lançaram unidades «Panzer» no ataque, em Novo-Mirgorod. Outras forças «Panzer» avançavam sobre as áreas no Rizino e Tolmach-Iskrennoye. Quereriam romper para Klev? O general Hube, comandante do 1.º exército «Panzer», declarava aos stitados, em radiograma: «Consegurei libertar-vos!» Hitler, por seu lado, telegrafava ao general Stremmermann, comandante do grupo de tropas em Korsun-Shevochenkovsky: «Conflem em mim e no formidável grupo de tanques de Hube.»

Mas, a 8 de Fevereiro, as duas frentes ucranianas, através do seu comando no sector de Steblev, dirigiam aos alemães, por intermédio do coronel Fukke, o seguinte ultimato: «Todos os vossos feridos e doentes receberão assistência médica. Todos os oficiais, sargentos e soldados que se renderem, receberão adequada alimentação. Esperamos a vossa resposta, por escrito, até às 11 da manhã do dia 9. Os vossos delegados devem dirigir-se-nos em automóvel com bandeira branca, através da estrada de Korsun-Shevchenkivsky, por Steblev, para Kirovka. Se declinarem a nossa oferta no sentido de que deponham as vossas armas, o «Exército Vermelho» e a Força Aérea iniciarão operações para a destruição das vossas forças.»

Assinado: Marechal Zukov, General Vatutin, General Konev.

A 9, o quartel-general de Stremmermann rejeitava o ultimato das frentes ucranianas soviéticas. O assalto ia começar.

Um livro por quinzena

Pedro Ramos de Almeida

1. Uma forma fecunda de fazer acelerar a clarificação de qualquer obra, nomeadamente política, consiste em estimular a memorização, quantitativa e qualitativa, dos conceitos e expressões formais ideologicamente mais salientes que nela se destacam, tanto pela sua presença (e a forma como a exercem) como pela sua ausência.

Para a leitura de «Construir a modernidade» – Imprensa Nacional/Casa da Moeda, XII.1989, colectânea de 44 intervenções, sobretudo discursos, de Aníbal Cavaco Silva (ACS), por ele escritas ou proferidas entre meados de 1987 e 1989 – recorrer a tais métodos de trabalho tem, como se verá, as suas vantagens.

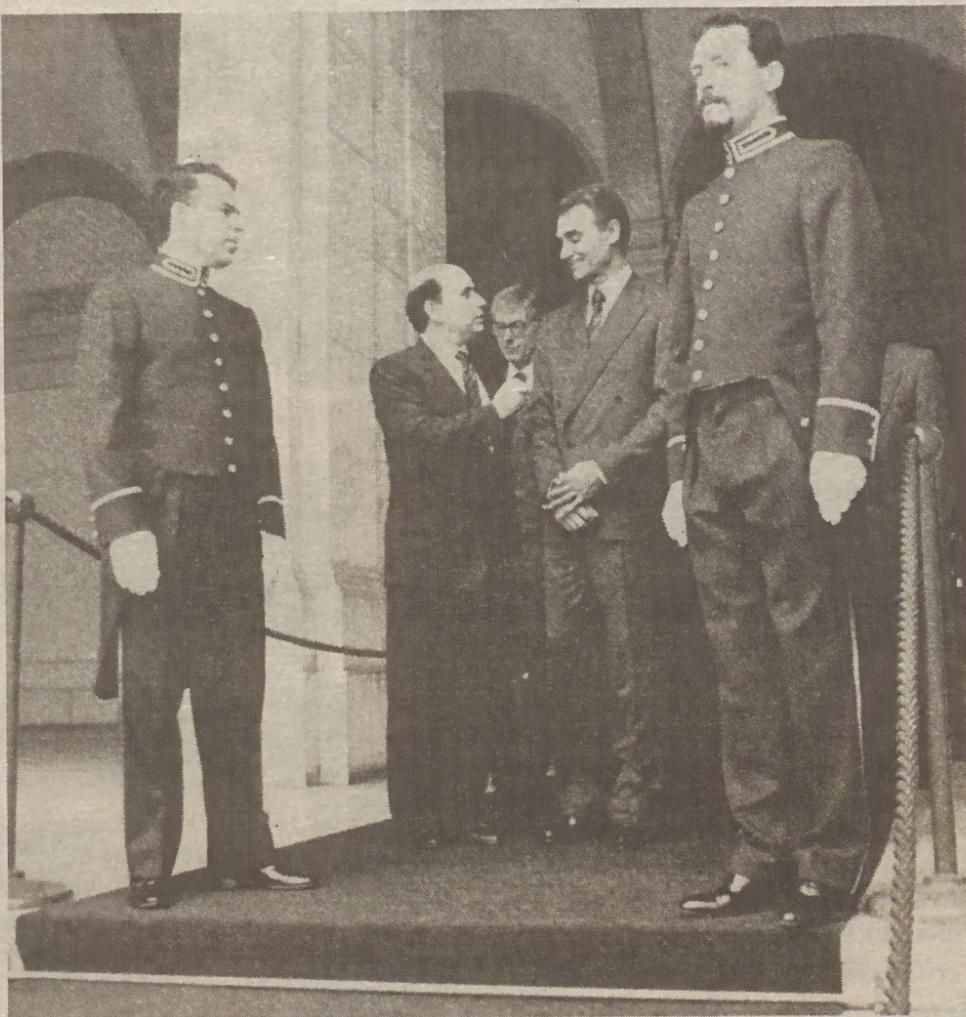
É desde logo elucidativo apontar um exemplo que assinala com clareza os notórios limites ensaísticos, históricos e políticos de ACS:

Como é em geral sabido, a linha política que veio, internacionalmente, desde os anos 50 (Maio, 1958), a ser designada por «grande salto em fren-

te» – quase a par de outra iniciativa maoísta, mundialmente propagada sob a designação de «comunas populares» (Agosto, 1958), vindo ambas a preceder em 6 anos a «revolução cultural» na R. P. China (1964) – foi uma das primeiras manifestações de nacionalismo ideológico e cisionismo socialista e anti-imperialista, encabeçadas por Mao Tsé-Tung. Foi, de resto, invocando este «grande salto», que Mao se propôs alcançar o nível de desenvolvimento da Inglaterra, no prazo de 15 anos (antes de 1975...) e os Estados Unidos em 50 anos (no des-

generalidade sobre o Orçamento de Estado (OE) para 1988, ACS confirmará realistica-mente (?), virando-se para o campo: «A confiança manifesta-se na indústria, o sector comercial e de serviços e na agricultura, que começa finalmente a dar o grande salto da modernização».

E critica os que, «por desorientação», insistem em falar no desemprego... (p. 311). Seria um fenómeno em pura quebra... Como, pouco depois, já no final desta mesma intervenção, será ainda mais claro na repetição da expressão táctica a que



«O grande salto em frente»

te» – quase a par de outra iniciativa maoísta, mundialmente propagada sob a designação de «comunas populares» (Agosto, 1958), vindo ambas a preceder em 6 anos a «revolução cultural» na R. P. China (1964) – foi uma das primeiras manifestações de nacionalismo ideológico e cisionismo socialista e anti-imperialista, encabeçadas por Mao Tsé-Tung. Foi, de resto, invocando este «grande salto», que Mao se propôs alcançar o nível de desenvolvimento da Inglaterra, no prazo de 15 anos (antes de 1975...) e os Estados Unidos em 50 anos (no des-

ponatar do III milénio...). Tal como visava ultrapassar rapidamente a URSS, e isso sem que a China conhecesse e estendesse a revolução socialista: do modo de produção asiático, a China alcançaria, quase directamente, a construção do comunismo, saltando o capitalismo e o socialismo!

Mas entretanto, anote-se, nada disto impediu que em Portugal, desde há cerca de 7 anos, quem tivesse começado a invocar repetidamente o «grande salto em frente» fosse o neoliberal ACS!

Em meados de 1987, ao apresentar o Programa do XI Governo à Assembleia da República (AR), ainda se fica pelo «grande salto para a modernidade», «durante os próximos 4 anos»... (p. 41).

E no encerramento do debate na

Mao deu uma tal repercussão universal que, a partir dela, querendo-se ou não, ele se tornou, internacionalmente, seu autor: «Portugal dispõe hoje de um conjunto de condições de que há muito não disfrutava e que permitem dar o grande salto em frente. Estamos a fazê-lo e da nossa parte não vamos desistir» (p. 235). Vamos é tropeçar e cair...

Pela mesma época, na cerimónia de assinatura do acordo sobre política de rendimentos («A importância da concertação social»), logo no 2.º parágrafo ACS destacará: «Por isso o País recebe com justificado optimismo o acordo que acaba de ser assinado, pois ele será factor decisivo para a estabilidade social e para o progresso económico, nesta fase crucial em que se concretizará o grande salto qualitativo no desenvolvimento, com todas as profundas alterações e reformas estruturais que o tão ansiado acesso à modernização implica» (p. 337).

Tal como já em 1988, no encerramento do debate parlamentar, na generalidade, do OE para 1989, avançará fiscalmente aos saltos: «Com certeza que não realizámos obra perfeita, mas sem dúvida um grande salto em frente no sentido de dotar o País de um sistema fiscal moderno e adaptado à nova fase de modernização e desenvolvimento que atravessa». Tem-se visto quem paga...

E as citações poderiam continuar...

Só que entre Mao Tsé-Tung e ACS, se a comparação histórica e ideológica é viável, houve uma total diferença – leia-se e pense-se, uma clara oposição: enquanto a China, que não alcançava revolucionariamente o nível atingido pelo desenvolvimento da acumulação capitalista em Inglaterra, nem ameaçava aproximar-se nos próximos decénios dos resultados obtidos pelo imperialismo americano, prosseguia, entretanto, um avanço predominantemente autónomo, a ponto de mais e mais círculos imperialistas temerem a sua futura transforma-

ção em superpotência... Já em Portugal, sob ACS, perdia independência, soberania, capacidades produtivas e futuro próprios e atrasava-se da Europa em progressão negativa, não sei se aritmética, se geométrica. Da Europa, da CEE e da UE, como consequência do grande salto integracionista, e sem rede, para o abismo monopolista a que se deixaria conduzir...

2. «Construir a modernidade» é, no seu conjunto discursivo, uma obra que reflecte claramente, e desde logo na forma conceptual utilizada, a perspectiva redutora com que ACS e o seu Governo envolvem e subvertem crescentemente a comunidade nacional e o Estado democrático; a unidade, a independência e a soberania nacionais; tal como as camadas populares, camponesas, trabalhadoras e operárias, civis e militares, que foram e são a base e a fonte da liberdade em Portugal.

Às vezes, a linguagem mais breve e mais simples é a dos números, mesmo, ou sobretudo, não falando de finanças...

Pelo menos, é verdade que a aritmética do pensamento ajuda a fazer avançar a objectividade com menos palavras. É dela que procuraremos servir-nos, com alguns apuramentos, sérios e morosos, mas curtos. Não podemos garantir uma exactidão sem falhas. Mas são, pelo menos, tendencialmente correctos.

Como é que ACS qualifica estruturalmente a comunidade portuguesa? Neste quase meio milhar de páginas, ACS somente utiliza o termo nação e seus derivados (nacional, etc.) cerca de 300 vezes. A palavra povo, quer como sujeito colectivo do Estado, quer como forma de designação dos sectores trabalhadores e dos grupos sociais mais carecidos da Nação é apenas usada 126 vezes. Pátria surge, ao todo e por junto,

... 24 vezes! Já não é mau, que os tempos não vão de favor a quem a cultive em estados menos poderosos... E é o vocábulo país que triunfa em toda a linha! Apesar de se revelar o menos científico de todos e ser aquele que, mais correntemente, apenas abrange a região geográfica portuguesa e os seus ocupantes, acabará por estar repetido em ACS 622 vezes! Com todo este quadro de desvalorização da comunidade nacional, creio que não será de estranhar que a independência e soberania nacionais venham a ser mencionadas somente cerca de uma dezena de vezes...

No plano social, os resultados são mais que proporcionais: a palavra operário – t'arrenego! – nem uma, única vez é utilizada por ACS! Consta, aliás, que já seguiram instruções para que os próximos Prontuários Ortográficos deixem de referi-la...

Mesmo o termo trabalhador é empregue 66 vezes! Empresas e empresários é que contabilizam, pelo menos, 183 presenças...

No contexto do poder político, o Estado português confirma a sua crise de soberania, surgindo apenas 260 vezes. Dos seus órgãos de soberania, assinalem-se apenas duas citações claras: a AR – e estamos no período em que o PPD/PSD já beneficia da sua primeira maioria absoluta – soma pouco mais de 100 alusões. O Governo, o órgão-base do poder pessoal de ACS, esse é que já totalizava 781 referências! Cerca de duas por página! Que é lá que melhor se dão o poder pessoal de ACS e a sua ambição e necessidade de muscular a democracia...

Assim, bem se entende que a palavra liberdade seja somente mencionada 61 vezes! Já ajuda a matar saudades, espreitar o leitor de 7 em 7 páginas...

Que diabo! Nem todos os dias são 25 de Abril! Pelo menos, com o Governo que temos... ■



Miguel
Urbano
Rodrigues

Na RÚSSIA HUMILHADA

Na vastidão daquilo que foi a URSS, milhões de homens principiam a tomar consciência de que a destruição do Estado multinacional foi um acontecimento de consequências trágicas. Na Rússia, os sentimentos de humilhação, impotência e vergonha alastram. O cidadão comum descobre, angustiado, que o enganaram com promessas maravilhosas e que o país está arruinado e famélico. Percebe também que os EUA, que respeitavam a Rússia, a contemplam agora como se fora terra de bárbaros. Neste texto, fala-se do caos russo e do seu significado, sem a pretensão de apontar o rumo da crise e de esboçar o calendário da sua saída, mas com a certeza de que o povo de Tolstoi e Lénine, saberá regressar à História. A Rússia não está vocacionada para ser uma espécie de protectorado no limes do Ocidente capitalista.

O resultado das eleições russas foi recebido no Ocidente com surpresa e provocou um vago sentimento de alarme. Em Washington e nas capitais da União Europeia era esperada uma vitória dos partidários das reformas ultraliberais. A «Opção da Rússia», criada para sustentar a estratégia de Boris Ieltsin, estava esperançada em obter pelo menos um terço dos lugares na Duma. E o povo não lhe deu. No conjunto das duas votações, o partido de Egor Gaidar não conseguiu — apesar da falta de democraticidade do processo — eleger mais de um quinto dos deputados.

A crise do regime agravou-se. O novo Parlamento apresenta uma composição ainda mais desfavorável para Ieltsin do que o anterior, encerrado pelo actual presidente através de um decreto que configurou um golpe de Estado.

De Washington a Bonn, o desfecho brutal dos acontecimentos de Outubro fora saudado como vitória da democracia e da liberdade. Identificaram no esmagamento, pela força, da oposição parlamentar o prólogo da domesticação definitiva da Rússia.

As coisas não correram, contudo, de acordo com as previsões dos EUA e dos seus aliados. O banho de sangue de 4 de Outubro não produziu os efeitos eleitorais programados.

Americanos e europeus da Comunidade tinham consciência de que Ieltsin e o seu grupo haviam instaurado um regime autocrático. Mas acreditavam que a vitória do ultraliberalismo nas urnas compensaria largamente os problemas criados pela falsa democracia.

Tudo saiu, porém, às avessas. Contrariamente ao que os *mass media* insistem em afirmar, o susto ocidental não foi provocado pela emergência do ultranacionalismo russo representado na Duma por 70 deputados. O fenómeno Jirinovski serve para desviar a atenção das preocupações fundamentais. Em Washington, a lição das eleições foi imediatamente assimilada. A votação expressou o protesto do povo russo contra a política que Ieltsin tentou impor.

O choque irracional

A chamada *terapia de choque* arruinou o país, levou ao desmantelamento de sectores fundamentais da indústria, provocou uma redução drástica da produção, desorganizou serviços fundamentais, implantou o caos na Rússia, da fronteira polaca a Vladivostok.

Gaidar falou durante a campanha como um futuro primeiro-ministro. Derrotado, antecipou-se à tempestade, passando à oposição. O ministro das Finanças, Boris Fiodorov, acompanhou-o. Era o homem de confiança do FMI junto de Ieltsin. Iavlinski, o economista que concebeu, ainda durante o consulado de Gorbachev, o sonho louco de transformar a URSS num país capitalista em 500 dias, também se distanciou do projecto de Gaidar.

Victor Chernomyrdine, o primeiro-ministro, extraiu do resultado das eleições a conclusão de que era urgente mudar de política, embora hesitante quanto às opções a tomar. Mas a sua crítica ao ultraliberalismo, expressa num desabafo que correu mundo («aca-

o povo recusa o presente

bou o tempo dos choques irracionais!», funcionou como catalisador de uma cascata de críticas a decisões e políticas de que ele próprio fora cúmplice (agora chamam-lhe «conservador»).

O prof. americano Geoffrey Sachs fez as malas, demitiu-se das suas funções de ideólogo da *terapia de choque* e regressou aos EUA deprimido e convicto que a Rússia é um país de gente incompreensível.

O professor de Harvard, monetarista de horizonte limitado, levará algum tempo a entender que as receitas por ele aplicadas na Bolívia durante o governo de Paz Estenssoro e que lhe valeram no FMI o cognome de «mago das finanças» não eram propriamente aplicáveis na Rússia. Na Polónia, manteve os créditos, mas o êxito do seu choque foi contestado pela oposição e o povo condenou-lhe a política e herança, afastando do poder a direita que o havia contratado e glorificado.

As amarguras do prof. Sachs produziram efeitos em cadeia. Algumas ratazanas acharam que havia chegado o momento de sair do arrombado navio ieltsiano. Poltranine, um dos «homens do presidente», veio a público fazer confidências sobre o que se passara nos bastidores da madrugada do 4 de Outubro. Revelou inclusive que parte dos oficiais da Divisão Blindada Tamanskaia, que bombardeou o Parlamento, se havia recusado a participar na acção repressiva.

Iuri Afanassiev, o historiador «liberal», que foi severo crítico de Gorbachev por o considerar «lento nas reformas», sentiu que era oportuno lembrar que, no fim de contas, Jirinovski não foi combatido pelo governo durante a campanha e que defendeu sempre com entusiasmo a Constituição imposta por Ieltsin.

O prof. Alexandre Tsipko, anticomunista militante que em 1988 desencadeou polémicas intermináveis ao transferir a crítica a Stalin para a crítica a Lénine e ao marxismo, descarregou as suas baterias contra Ieltsin: «Aqueles que ocupam o poder — desabafou — têm mais medo do povo que os comunistas. Não se limitaram a distanciar-se; desprezam-no e troçam dele.»

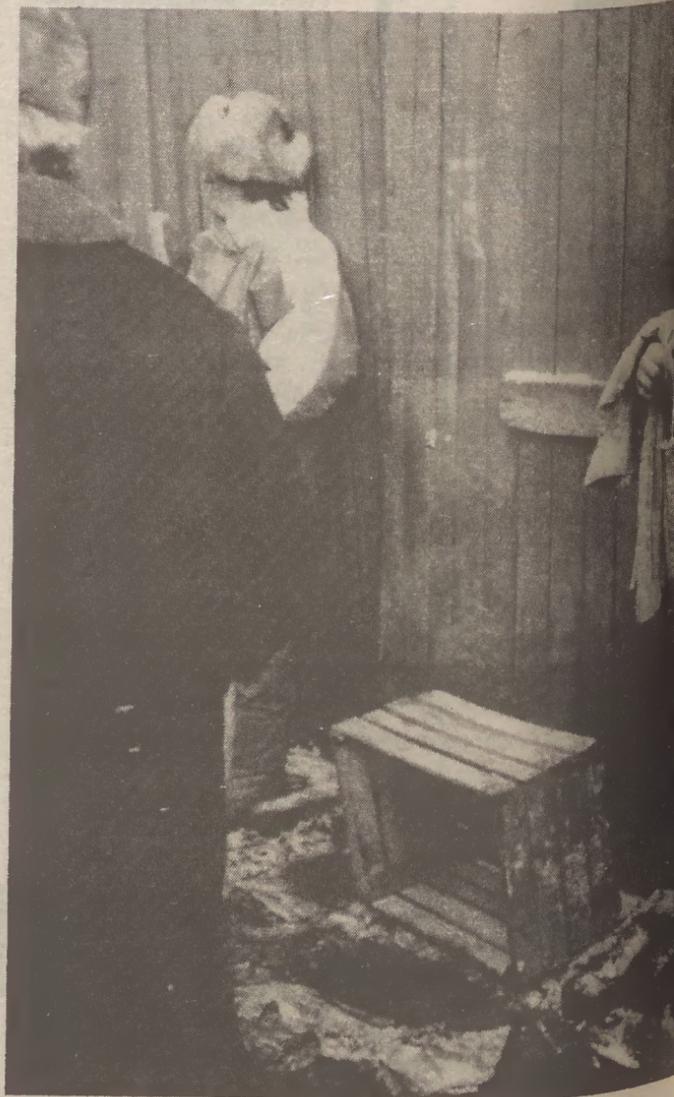
Na aparência, os EUA lamentaram o enterro da política ultraliberal. Mas apenas formalmente. Washington apercebeu-se de que as reformas preconizadas por Sachs e defendidos por Gaidar estavam na origem de situações e fenómenos sociais que, ao gerarem tensões e instabilidade, eram contrário aos interesses imperiais da República norte-americanas.

O conselheiro, para Assuntos Russos, de Clinton, Trobe Talbott, sintetizou a nova posição da Casa Branca numa curta frase: «mais terapia e menos choque». Segundo o diário «Los Angeles Times», a breve visita do vice-presidente Al Gore a Moscovo, na semana seguinte às eleições, contribuiu decisivamente para que Washington acompanhasse, com alívio, a queda dos reformadores ortodoxos. A Casa Branca não se deixou impressionar pelas catilnárias do prof. Sachs no seu regresso a Boston.

Um país humilhado

Mais significativa politicamente do que os conflitos internos que opõem os antigos e os novos apoiantes de Ieltsin, é o facto de a Rússia viver hoje sob um regime autocrático. A nova Constituição, resultante de um referendo ilegítimo, confere ao presidente maiores poderes do que os atribuídos a Nicolau I pela Duma de 1906.

A cada dia que passa, os mitos da mudança perdem o que neles havia de encantatório e a esmagadora maioria da população percebe, angustiada, que o mundo em que cresceu ruiu e as promessas do novo paraíso não se cumpriram. A realidade assusta e deprime. A democracia é ficcional, a economia de mercado gerou desemprego, carência, miséria e mesmo fome.



Em Dezembro, quando estive em Moscovo, impressionou-me a frequência com que pessoas muito diferentes utilizavam a palavra *pesadelo* para tentar definir a realidade envolvente. A nova Rússia aparece-lhes como um país irreal. Não são apenas os comunistas que se sentem desajustados num país que ganhou os contornos do inimaginável. A ideologia não é factor determinante da rejeição da nova sociedade imposta sob a máscara de democracia, das liberdades e do progresso. Os votos recebidos por Jirinovski foram sobretudo — não é excessivo repetir a afirmação — manifestações de protesto contra aquilo a que se poderia chamar a *destruição do país e a anarquização da vida*.

Uma parcela considerável da população tem dificuldade em traduzir em análises claras a multiplicidade de sentimentos, por vezes contraditórios, que a levam a sentir repulsa e mesmo náusea pelo presente.

Os problemas materiais são, em milhões de cidadãos, decisivos para a atitude de rejeição. Mas, embora difuso, pesa na consciência social o mal-estar — por vezes é uma dor inseparável de sentimentos de vergonha — resultantes da decadência do país.

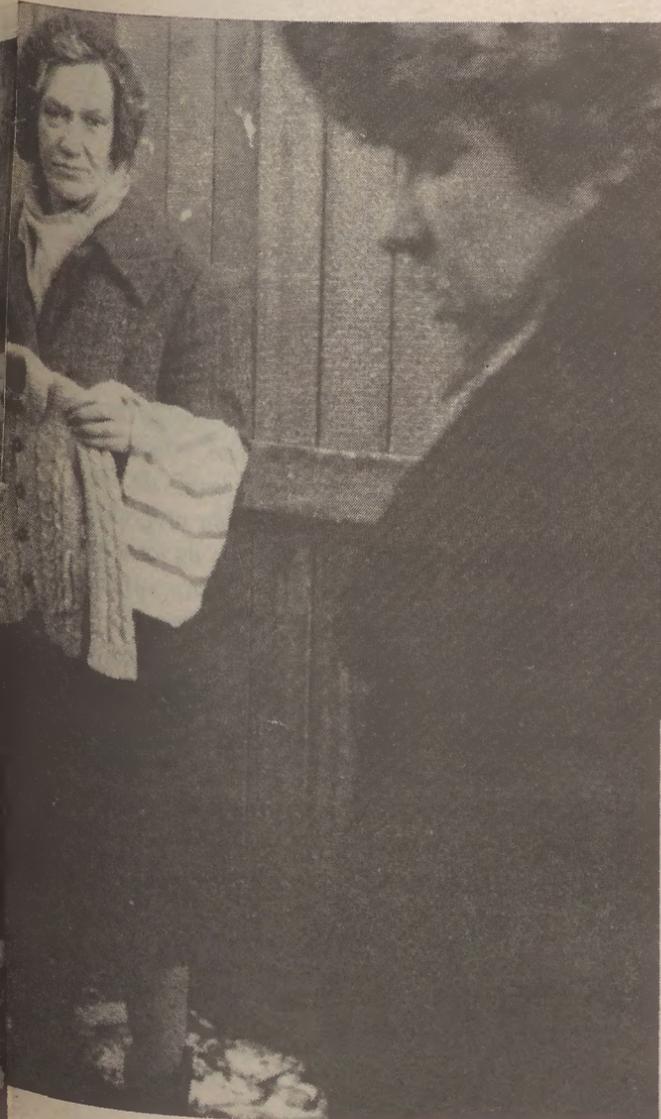
A Rússia caiu tão baixo que não há quem possa escapar à humilhação que implica o descobrimento do óbvio.

Em três séculos de histórico, desde que Pedro I construiu no país um Estado moderno, não há precedentes para uma situação comparável à actual. Colectivamente, a nação perde o brio e a dignidade.

Os russos recordam épocas terríveis. Pensam nas hordas mongóis, na avançada da Ordem Teutónica, nas incursões polacas, na arrancada dos suecos até ao coração da Ucrânia, em Napoleão, na guerra civil, mas duas invasões alemãs. Mas o povo, nessas épocas, sempre encontrou forças para lutar e resistir. O que marca a decadência, agora, e a torna mais insuportável, é a passividade. O país que, desde a Revolução de 17 a exerceu uma influência decisiva no rumo da Humanidade, o Estado que desde o final da II Guerra Mundial foi sempre ouvido com respeito pelos próprios adversários desapareceu do cenário internacional como interlocutor credível.

Não se assistiu apenas à desagregação da URSS. A imagem da Rússia, o Estado multinacional que a precedeu de muitos séculos, aviltou-se. O sonho da *perestroika* desfez-se. Muita gente, inicialmente, acreditava que o país, à custa de enormes sacrifícios, iria «modernizar-se» e ser aceite como parceiro no Ocidente capitalista. Era questão de apertar o cinto e de paciência. O que aconteceu foi, porém, a queda vertical no precipício. A Rússia afundou-se socialmente, economicamente, politicamente. O apoio dos EUA a Gorbachev primeiro, e depois a Ieltsin foi uma fonte de ilusões.

Desagregada a União, destruído o socialismo e implantado o caos no país, a atitude dos EUA modificou-se. O respeito inicial foi substituído gradualmente por uma atitude de sobrançeria. A Rússia, mesmo no auge de crises internacionais graves, é, na prática, excluída das consultas que Washington faz aos países cuja opinião é considerada importante. O lançamento em Bruxelas do chamado *partnership for peace* culminou uma série de humilhações infligidas a Moscovo. Na prática, a NATO (ou seja, os EUA) estabele-



Os problemas materiais são, em milhões de cidadãos, decisivos para a atitude de rejeição

Ao escutar esse desabafo, lembrei-me da carta de despedida do marechal Akhromeiev. Nesse documento, aquele oficial justificava o seu suicídio informando que a sua existência perdera sentido porque à sua volta (corria o ano 1991) ruíam todos os valores, objectivos e princípios pelos quais lutara e vivera.

O medo de Kissinger

Um número cada vez maior de russos lamenta o desaparecimento da União. Não foi um acto político natural, nem o resultado de pressões fortes das populações, com excepção do caso das repúblicas bálticas.

Está por avaliar o nível de responsabilidade do Ocidente no processo rápido e confuso que levou à desagregação da URSS. Mas foi enorme. Os antecedentes conspirativos do decreto de Ieltsin, que dissolveu o maior Estado multinacional do mundo, são nebulosos, mas o carácter artificial e voluntarista da decisão aparece hoje com nitidez.

É significativo que, em muitas das antigas repúblicas, Ieltsin seja considerado um traidor. Porque, paradoxalmente, é nos Estados periféricos, sobretudo na Ásia Central, que se debate hoje com mais insistência a problemática da destruição da URSS. A secessão foi imposta, concretizou-se em prejuízo das populações.

Não cabe aqui analisar o desmembramento da União. Mas lembrar que o processo não está encerrado é enunciar uma evidência. O esfacelamento contrariou a lógica da história. O tema tem sido discutido em muitas universidades dos EUA, suscitando polémicas ininterruptas cujos ecos mal chegam a Portugal.

Kissinger, num artigo publicado em 1992 no diário «Los Angeles Times», foi um dos primeiros intelectuais americanos a expressar o temor de que a União venha a reconstituir-se, pelo menos parcialmente. O ex-secretário de Estado de Nixon apontava então como primeira prioridade estratégica da política externa dos EUA o esforço para impedir que os eslavos do Leste voltassem um dia a unir-se num Estado multinacional.

Kissinger é um político inteligente. Neste caso, defendia uma posição intervencionista e reacionária precisamente porque conhece a história. Deturpou-a conscientemente por saber que a Bielorrússia nunca existiu como Estado independente. É uma ficção política e administrativa que convém ao Ocidente como tampo entre a Polónia e a Rússia.

A própria Ucrânia está a pagar um alto preço pela ilusão de um caminho solitário. Impossível esquecer que as posições separatistas foram sempre assumidas na Ucrânia pelas forças sociais mais retrógradas. Isso aconteceu no século XVII com as alianças entre elementos da nobreza local e a dinastia dos Jagellon e depois no começo do século XVIII quando a facção mais feudal dos cossacos zaporogues combateu ao lado do exército invasor de Carlos XII da Suécia. Transcorridos dois séculos, somente uma minoria de ucranianos acompanhou a aventura independentista do ataman Petliura durante a guerra civil. Foram também poucos os ucranianos que colaboraram com Hitler.

Durante os últimos séculos, ucranianos e russos viveram inte-

grados no mesmo Estado e nos momentos mais difíceis lutaram lado a lado pelos mesmos objectivos. Kiev foi, aliás, a primeira capital da Rússia.

A diáspora russa

A destruição da URSS produziu também a maior diáspora da história: transformou, de um dia para o outro, 25 a 30 milhões de russos em estrangeiros, sob a forma de minorias nacionais disseminadas pelas antigas repúblicas federadas. Na Letónia e no Kirguizistão constituem quase metade da população (na cidade de Riga eram 70%); no norte do Kazaquistão, nas antigas Terras Virgens, formam maiorias compactas.

Quem estudou um pouco a história da Ásia Central e do Cáucaso e teve a oportunidade de visitar as repúblicas que têm fronteiras com a China e o Afeganistão, está em condições de avaliar a pouca seriedade das generalizações publicadas na imprensa sobre a suposta vontade de independência dos povos do Sul da antiga URSS. Em todos esses países somente existia uma consciência nacional bem definida na Arménia e na Geórgia, berços de civilizações antiquíssimas. Não era o caso das populações nómadas que habitavam os territórios vizinhos das cordilheiras do Pamir e do Tien-Chan ou da região do Altai, nem sequer o dos turcos uzbeques que somente no século XVI se fixaram nos oásis da antiga Transoxiana. Brutalmente atingidos pelo desmembramento da União, esses povos, para os quais a auto-suficiência é uma impossibilidade, procuram hoje junto da Turquia ou do Irão a complementaridade que perderam com a separação do Estado multinacional em que se integravam. E apercebem-se que não há alternativa para o que perderam. Houve primeiro opressão colonial, depois discriminação. Mas, para se entender minimamente a relação difícil que existia, é bom não esquecer que no antigo Turquestão russo a percentagem de analfabetos rondava os 98% entre as populações islâmicas à data da Revolução, e que hoje a percentagem de universitários é ali comparável à da Europa.

*
* *

Senti repetidamente durante a última e breve visita a Moscovo que os sentimentos de vergonha e humilhação funcionam ali dialecticamente como motor da futura e inevitável contestação global às políticas de falsa alternativa com que se enganou o povo russo.

O regime autocrático e vassalo de Ieltsin está desacreditado. A consciência de que a Rússia é tratada hoje como potência de segunda classe — o que ocorre pela primeira vez em mais de 300 anos — não basta ainda para empurrar as massas no sentido de uma luta organizada contra os responsáveis pelo caos resultante da tentativa de restauração selvagem do capitalismo sobre os escombros de um socialismo deformado. Mas a promessa de novas explosões sociais fermenta no saldo da espantosa desordem russa. A tímida defesa dos sérvios da Bósnia ensaiada nos últimos dias pelo governo de Moscovo é um sinal de que o grupo de Ieltsin compreende que a escalada intervencionista do imperialismo na ex-Jugoslávia avivou no povo da Rússia a consciência dolorosa da catástrofe que se abateu sobre a sua terra. ■

ce através de acordos bilaterais uma espécie de protectorado sobre países que até há poucos anos eram membros do Tratado de Varsóvia. Vai mesmo mais longe e associa-se também a repúblicas que faziam parte da desaparecida URSS.

O envolvimento da NATO na crise da ex-Jugoslávia e as circunstâncias em que a organização tornou público o seu ultimato às forças envolvidas no conflito da Bósnia-Herzegovina (visando os sérvios) são esclarecedoras da arrogância da Administração Clinton e da indiferença com que recebeu os protestos russos.

Washington tem consciência de que a Rússia dispõe de um poderoso arsenal nuclear e de forças terrestres, aéreas e navais que fazem dela uma grande potência militar, a segunda do mundo. Mas a Administração norte-americana tirou as suas conclusões da falta de firmeza, pode mesmo dizer-se da atitude de passividade quase subserviente com que o Estado russo actuou desde a Guerra do Golfo, aceitando como factos consumados agressões e intervenções imperialistas. Colocado perante decisões ilegítimas e actos de guerra dos EUA, ou se acompanhou no Conselho de Segurança ou emudeceu, ou se limitou a tímidos protestos.

Um exército desmotivado

Não é fácil avaliar os sentimentos das Forças Armadas russas. Sobre o tema mantive prolongadas conversas com amigos em Moscovo. Não pode haver certezas quando se entra em terreno tão movediço. Tive a oportunidade de assistir à projecção de vídeos dos acontecimentos da madrugada sangrenta do 4 de Outubro. É hoje transparente que Ieltsin enfrentou grandes dificuldades para conseguir a adesão dos comandos que tornou possível o bombardeamento do edifício do antigo Parlamento. A intervenção dessas forças somente foi, aliás, possível na sequência de erros graves cometidos pelos dirigentes dos deputados sitiados na chamada Casa Branca.

Mas, independentemente das análises que envolvem os acontecimentos de Outubro de 93, as Forças Armadas russas são hoje uma caricatura daquelas que destruíram a máquina de guerra alemã há quase meio século. Por mais destruidores e sofisticados que sejam os armamentos, a coluna vertebral de um exército é sempre constituída pelos seus homens, pelo espírito combativo dos soldados e do corpo de oficiais. E esse espírito hoje não é o dos heróis de Leninegrado e de Estalinegrado, dos combatentes que fecharam o caminho de Moscovo à Wehrmacht e, de vitória em vitória, foram até Berlim. Está tudo tão próximo e parece que transcorreram séculos.

«De certa maneira — ouvi essas palavras de um oficial soviético —, passa-se com o nosso exército o que se passou com o francês após a I Guerra Mundial. Nas vésperas da invasão da Polónia por Hitler, a Europa via ainda no exército francês a máquina de Joffre e Foch que vencera a batalha do Marne e conteve e derrotou o exército imperial alemão. Depois viveu dos louros e das recordações. Parecia aquilo que já não era. Hoje, com o nosso exército, ocorre uma situação semelhante. Ainda impõe respeito. Mas falta-lhe moral, motivação, espírito patriótico.»

A zanga dos compadres

Quando as comadres se zangam, fazem barreira. Em redor aperta-se o nariz ao cheiro da roupa suja em estendal público. Quando os compadres se amofinam, o risco é de ver roupa rasgada, entre grande confusão de insultos.

Na Madeira, quando João Jardim se zanga com os seus compadres do continente, a coisa é geralmente mais grave. A ruptura não costuma ser apenas pessoal, nem o pano a rasgar se fica pela camisa do compadre. O homem ataca-se logo à bandeira nacional. Foi o que aconteceu, segundo a imprensa. O «Diário de Notícias» de anteontem anuncia em primeira página a zanga de Jardim que, desta vez, «ameaça romper com Cavaco».

Para romper com o Primeiro

Ministro, Jardim terá as suas razões, certamente muito pessoais. Já não tem razão - nunca a terá - para usar a unidade de Portugal como objecto sobre o qual pretende fazer passar as suas iras. Nem para usar a bandeira como arma de arremesso. Segundo o «DN», disse Jardim: «Ter uma bandeira verde e vermelha, ou espanhola ou russa, para mim é igual ao litro».

Essa posição do dirigente do PSD da Madeira não é novidade. Há muito se sabia que ser português, para ele, é uma qualidade que reivindica ou rejeita ao sabor dos seus interesses.

Elogios "sindicalistas"

Lembram-se daquela sobre a «correia de transmissão»? Foi um dos cavalos de batalha do chamado «sindicalismo

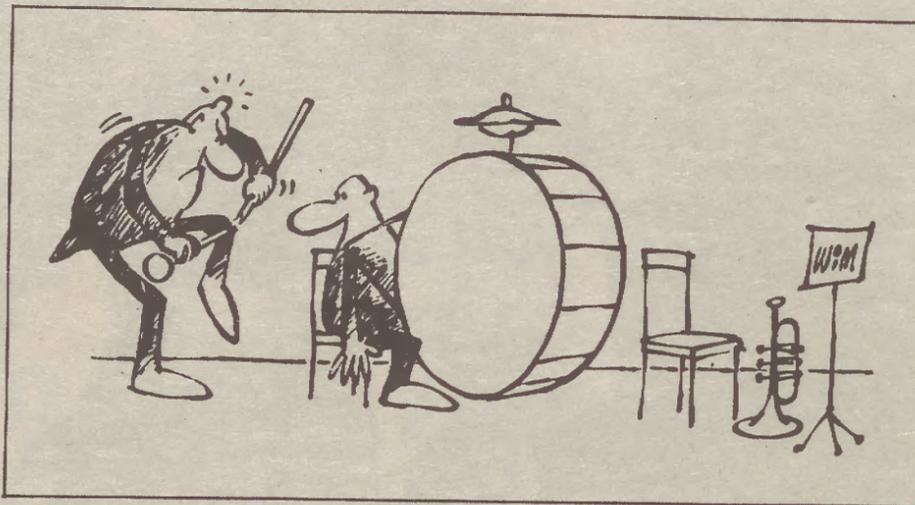
democrático» que, à sombra dos ataques à CGTP, que acusava de não ser «independente», pretendeu desferir - e desferiu - golpes na unidade dos trabalhadores. Não enganaram muitos. E, ao longo dos anos, desenganaram muitos mais quanto à sua própria «independência». De

governos, de partidos, de políticas de direita dependeram sempre muitos dirigentes da UGT.

Hoje, mais uma clarificação. Os chamados «Trabalhadores Sociais-Democratas», TSD, que na UGT representam os interesses cavaquistas, mais uma vez se desmascaram.

Desta feita, os TSD, que raramente se mostram preocupados em defender os trabalhadores portugueses, vieram a público defender Leonor Beza. O colega da ex-ministra e ex-deputada, Arménio Santos, secretário-geral daquela formação «sindical», chega mesmo a assinar um comunicado em que diz: «Na altura própria, os portugueses voltarão a contar com Leonor Beza para prestar altos serviços ao País». Mas Arménio Santos já se tem enganado mais vezes...

PONTOS CARDEAIS



FRASES da SEMANA

«Não vi nada de mais»

«(Itamar Franco, Presidente do Brasil, a propósito do «incidente» descoberto pela imprensa durante o Carnaval do Rio - «Público», 17.02.94)

«A RTP tem de gerar as suas receitas, porque não recebe um tostão do Estado para pagar programas, ao contrário da ideia que se instalou na opinião pública.»

«(José Eduardo Moniz - «Visão», 17.02.94)

«O José Eduardo não quis deixar o quentinho, o conforto da televisão do Estado. Aparentemente, teve medo de não ser capaz de fazer programas com pouco dinheiro.»

«(José Nuno Martins, Director de Programas da TVI - «Visão», 17.02.94)

«O PSN não é um partido de arteroesclorosos»

«(Manuel Sérgio, citado em «Diário de Notícias», 20.02.94)

«Aqueles que atacam e criticam Beza não chegam aos seus calcanhares, nem em inteligência nem em dignidade.»

«(Cavaco Silva, no Congresso da JSD, citado em «Diário de Notícias», 21.02.94)

«Não vou dizer que todos os que optam pelo carreirismo político não são sérios. O que posso dizer é que aqueles que o fazem contra todos os princípios são dispensáveis.»

«(Pedro Passos Coelho, JSD - «Diário de Notícias», 16.02.94)

«Cavaco tem características de um líder de direita, mas um pensamento económico e político de esquerda.»

«(António Lobo Xavier, líder parlamentar do CDS - «Expresso», 19.02.94)

«A mítica base de dados sobre o Partido Comunista Português (...) de José Pacheco Pereira, tem apenas uma existência virtual.»

«(Suplemento «Computadores» - «Público», 21.02.94)

«Em cima da sua secretária, espalham-se as revistas que comprou nesse dia: «PC Laptop», «PC Answers», «PC Computing», «PC Magazine», «PC Zone».»

«(idem)

PONTOS NATURAIS

Edital

«Eu, Felino Real, eu só que ordens desovo, venho informar o povo neste meu Edital.

«Anulada já foi a acusação ao tigre, por ladrão.

Com alegria o digo pois além de ladrão, é meu amigo. Mais tenham a certeza

que meu primo jaguar foi levado a roubar, foi sim, mas em legítima defesa.

Vá em paz! E que não pense ninguém em manchar a elegância da pantera. Ela fez tudo bem.

Eu assinei: Ponto final. Quem dera ter eu assim

quem me servisse tanto.

Corrupção? Não existe. Nunca a mim ninguém já me acenou com o pilim ninguém pisou meu manto!

Continuando. Inquirito nenhum deve atingir o lobo. Claro está, o que dele se diz é só zum-zum da Imprensa agreste.

Se galinhas-havia e já não há não as roubou o lobo, mas a peste.

Castigo não, mas de jasmim e nardo perfume lanço aqui à gente brava.

Os milhões que levou o leopardo ele não os levasse, outro os levava: estavam mesmo à mão.

Leopardo é ele, leopardo não.

É tudo gente honrado e do mais fino. Daqui os abenço.

El-Rei FELINO

Sobre estes animais (e muitos mais) tu outros nomes lanças logo não é difícil dizer quais as semelhanças...

Actualidade

Entrou ou não entrou a maçaroca? Como foi que dançaram os cifrões? E os tantos ditos vinte e três milhões se entraram, bem, entraram em que toca?

Não será tudo mais alguma boca? Outra das malfadadas confusões? Não é, não é. Existem os cupões da massa que no banco desemboca.

Abrem os olhos de espanto alguns jornais. Mas deixem, que inda vai saber-se mais. Ainda vai a procissão na praça.

E só se admira assim ingenuamente quem, assistindo ao sol de tanta gente pense que as ajudinhas são de graça...

Teatro Rapidinho

ALPOIM, PIM!

1º Acto

Repórter - Desculpe. Parece que estou a conhecê-lo. Você não é o Alpoim Calvão?

Alpoim - Em carne e osso.

Repórter - Oiça cá. Fugiu da cadeia?

Alpoim - Eu? Da cadeia? Tá biru ou faz-se? Olhe que eu sou um democrata dos bons, dos autênticos. Se tiver dúvidas pergunte...

Repórter - A sério. Não fugiu mesmo?

Alpoim - E ele a dar-lhe. Passe bem.

2º Acto

Repórter - Venha cá, homem. Não será você um fantasma?

Alpoim - Mau, mau. Isto parece «À espera de Godot». O seu camelo, já viu os fantasmas dar entrevistas aos jornais?

Repórter - Sim, de facto. Mas não foi você que matou à bomba, e incendiou as sedes do Partido Comunista?

Alpoim - Com toda a honra. Fui eu. Isso prova como sou democrata. E se tiver dúvidas pergunte ao...

Repórter - Se calhar até foi você que me pôs a bomba no carro.

Alpoim - Infelizmente você não estava lá. Já se evitavam estas conversas de chacha. Passe bem.

3º Acto

Repórter - Venha cá, homem. Mas se você matou, lançou bombas, incendiou casas...

Alpoim - Assumo tudo isso.

Repórter - Ai assume!

Alpoim - Claro. Vivemos em democracia. E eu sou democrata. Se tiver dúvidas, pergunte a...

Repórter - Assume-se como terrorista, bombista... Então o que está a fazer por Lisboa, neste momento?

Alpoim - Ando a ver se consigo uma pensão por altos serviços prestados à Pátria. Passe bem.

(Cai o pano. Chiça, pensei que era uma bomba!)



Mário Castrim

73.º aniversário do PCP

PCP

NOVA POLÍTICA

PARA UMA VIDA MELHOR

Tempo de Antena

RTP 2 de Março
Canal 1 Após Telejornal 20h

Comícios

73º Aniversário do PCP - 20 anos do 25 de Abril

Lisboa

4 Março '94
21 horas
Pav. Desportos
com
Carlos Carvalhas

Porto

13 Março '94
15 horas
Mercado
Ferreira Borges
com
Álvaro Cunhal

SEIXAL

Almoço comemorativo com a participação de
CARLOS CARVALHAS

Canções por Luísa Basto

Domingo, 6 de Março - Quinta da Valenciana
(Inscrições: CT do PCP)

SINTRA

Almoço comemorativo com a participação de
CARLOS CARVALHASSábado, 12 de Março - 13h - Rest. "A Tendinha", Mem Martins
(Inscrições: tel. 9142336)

MARINHA GRANDE

Encontro-debate:

A clandestinidade - Histórias de lutas

Sexta-feira, 4 de Março - 21h30 - Sala Abril (CT do PCP)

LEIRIA

Almoço-convívio com a participação de
Carlos Brito

Domingo, 6 de Março - Rest. "Andorinha", Azóia

ALMEIDA

Almoço-convívio com a participação de
Aurélio Santos

Sábado, 5 de Março - 13h - Rest. "O Gastão"

Agenda

Reuniões
e PlenáriosAGUALVA-
-CACÉM

Plenário de militantes da organização de freguesia, sobre a situação política e social e tarefas do Partido: sexta-feira, 25, às 21.30, no Centro de Trabalho do Cacém.

BRAGANÇA

Reunião da CDU, para discussão do trabalho autárquico e das próximas eleições para o Parlamento Europeu: sexta-feira, 25, às 21.00, no Centro de Trabalho do PCP (Bairro da Mãe d'Água).

CARNAXIDE

Plenário da organização da freguesia, com a participação do camarada Júlio Filipe: sexta-feira, 25, às 21.00, no CT de Carnaxide.

CHAVES

Assembleia da Organização Concelhia de Chaves: sábado, 26, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho do PCP, com a participação do camarada António Lopes.

ÉVORA

O PCP e a Política de Alianças - debate promovido pela Comissão Concelhia de Évora do PCP, com a participação do camarada José Casanova: segunda-feira, dia 28, às 21.00, no Centro de Trabalho (Lg. Luís de Camões).

LISBOA

Olivais - Lanche-convívio de Reformados da freguesia, para recolha de sugestões sobre a acção da Junta de Freguesia no que respeita à Terceira Idade, com a participação da camarada Paula Calçado, responsável na JF pelo pelouro da Acção Social e Saúde: hoje, quinta-feira, às 15.00, no CT dos Olivais.

Alfama - Reunião plenária da Organização Local, para discussão da situação política, social e autárquica e da reestruturação orgânica na Zona Oriental: terça-feira, dia 1, às 21.30, no Centro de Convívio dos Reformados de Alfama.

SESIMBRA

Plenário de militantes da Quinta do Conde, para discussão da situação política e autárquica e entrega dos novos cartões do PCP: sábado, 26, às 21.30, no CT da Quinta do Conde, com a participação do camarada Augusto Flor.

SETÚBAL

Os Reformados, Pensionistas e Idosos merecem melhor política - sessão de esclarecimento promovida pelo PCP, aberta a toda a população, com a participação do camarada Jaime Félix: sexta-feira, 25, às 15.00, no Centro de Trabalho do Edifício Arrábida.

Pontes - Plenário de militantes, para discussão da situação política e entrega dos novos cartões do PCP: sexta-feira, 25, às 21.00, na Garagem do Paulino.

TORRES
NOVAS

Reunião de militantes, para discussão da situação política, social e autárquica e de iniciativas do Partido: sexta-feira, 25, às 21.30, no Centro de Trabalho.

S. DOMINGOS
DE RANA

Reunião de camaradas que trabalham nas empresas da freguesia, para discussão da situação nas empresas e ligação do Partido aos respectivos trabalhadores: hoje, quinta-feira, às 18.00, no Centro de Trabalho de Tires, com a participação do

FARO

6ª feira, 25 - 19h - CT do PCP

Convívio

comemorativo do 63º aniversário do "Avante!" com a participação do camarada Leandro Martins

dia 27 de Fevereiro '94
em Lisboa - Hotel AltisEncontro nacional
sobre as eleições
para o Parlamento
EuropeuCom a participação de
Carlos Carvalhas

CDU

PCP-PEV

Horário de Funcionamento:

10.30 h - Início dos trabalhos
- Intervenção de abertura
13.00 h - Intervalo para almoço
15.00 h - Recomeço dos trabalhos
17.00 h - Intervenções de encerramentoLutar para Aprender - Aprender para Transformar
Esc. Sec. Fernão Mendes Pinto - Almada - 26 Março 1994

Iniciativas preparatórias

Esta semana:

ALGÉS

Marxismo-leninismo - uma utopia ou uma necessidade?
debate com o camarada Aurélio Santos: CT do PCP de Algés,
sexta-feira, dia 25, às 21.00.

LISBOA

Reunião da Cidade de Lisboa: Sede Nacional da JCP, sábado, 26,
às 15.00.

ALPIARÇA

Encontro Distrital de Santarém: CT do PCP de Alpiarça,
sábado, 26, às 15.00.

BARREIRO

Debate sobre a Reforma Educativa: CT do PCP,
sábado, 26, às 21.00.

ALMADA

Debate sobre o Movimento Associativo: no CT da Concelhia
do PCP, sábado, 26, às 21.30

SETÚBAL

Debate sobre Movimentos de Opinião: sábado, 26

MOITA

Debate sobre Reforma Educativa: sábado, 26

VILA FRANCA DE XIRA

Debate sobre o Movimento Associativo: no CT do PCP,
domingo, 27, às 15.00Café-concerto
JOVEMPelo Encontro dos Jovens
das gerações de 60, 70, 80 e 90Sábado, às 21.30 h
Galeria Bar do PCP
VILA FRANCA DE XIRA

Solidariedade com o povo da África do Sul e com o ANC

Encontro com

Wally Serrote

do Comité Executivo e responsável pelo Departamento de Arte e Cultura do ANC

CT Vitória • Dia 2 de Março, às 21.30 h

20.º aniversário do 25 de Abril

Ciclo de conversas

Memórias da Resistência

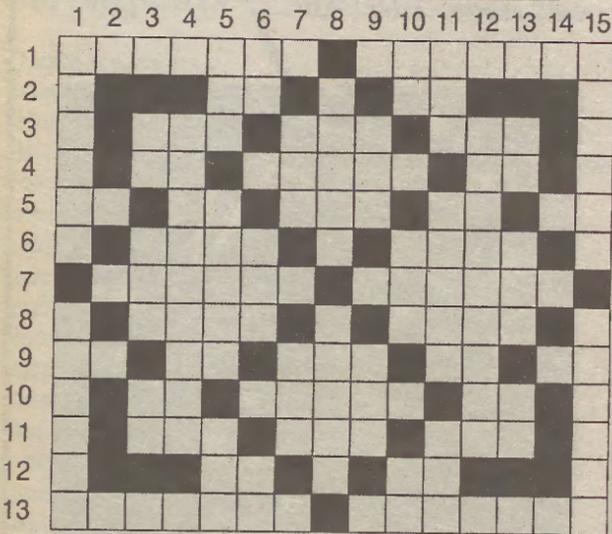
organizado pela UPPSS

(Al. D. Afonso Henriques, 72, 2.º - Lisboa)

25 de Fevereiro • 11 de Março

25 de Março • 8 de Abril • 22 de Abril

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Ciência que estuda a composição das substâncias e as transformações que sofrem; tanque de água para natação. 2 — Letra grega; suf. de agente. 3 — Flanco; tomba; insignificância (fig.). 4 — Batráquio; ave negra, da fam. dos corvídeos; existe. 5 — Porco (prev.); Sódio (s.q.); amarró; Índio (s.q.); utensílio de cozinha. 6 — Escura; habilidade. 7 — Incendiária; nome de mulher. 8 — Equipa; peça de vestuário feminino. 9 — Prata (s.q.); néon (s.q.); época; Estanho (s.q.); cânhamo de Manila. 10 — Cabelo branco; fruto silvestre; existe. 11 — Membro de ave; patrão; animal doméstico. 12 — Cálcio (s.q.); poeira. 13 — Tema; rifa.

VERTICAIS: 1 — Propriedade rústica; confusão (fig.). 3 — Atmosfera; fruto da ateira; aqui. 4 — Utensílio dotado de vidro ou outro material transparente com que se protege do vento o foco de luz, existente no seu interior (pl.). 5 — Cólera; ferro distendido; ferro temperado. 6 — Cobalto (s.q.); altar de sacrifícios; campeão. 7 — Filtra; ave corredeira. 8 — Quebra; fragrância. 9 — Nome de homem; argola. 10 — Satélite de Júpiter; lamentos; principal rio de Itália. 11 — Senhora (abrev.); freiras; tinta de pintar. 12 — Aparelho para ventilação. 13 — Ósmio (s.q.); interj. de espanto; àquele. 15 — Desonesto; quente.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Gudula; guilda. 2 — Raros; ânodo. 3 — Os; RA; ida; Ca. 4 — Ler; sra; aro; cós. 5 — Alor; aroma; popa. 6 — Romãs; ramal. 7 — Asas; maré. 8 — Coral; Síria. 9 — Anis; molar; sara. 10 — Tua; cal; rim; mor. 11 — Ás; mel; sul; Sá. 12 — Caras; colas. 13 — Corara; ásaros.

VERTICAIS: 1 — Colar; catar. 2 — Selo; ónus. 3 — Ur; romaria; co. 4 — Dar; rasas; mar. 5 — Uras; sal; cera. 6 — Loira; malar. 7 — As; ara; sol; sã. 9 — Ga; ama; par; cá. 10 — Unira; risos. 11 — Iodo; rás; mula. 12 — LDA; Paris; lar. 13 — Dó; comeram; só. 14 — Copa; irós. 15 — Casal; Aarão.

GINEMA

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Caça às Borboletas	★★	★★★	—
B Azul	—	★★★	★★★★
C M. Butterfly	★★★★	★★★	★★★★
D Urga - O Espaço sem Fim	★★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Otar Iosseliani — King Triplex/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Lisboa.
- B — Real. Krzysztof Kieslowski — Amoreiras/9 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 24.00); King Triplex/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.30) — Lisboa.
- C — Real. David Cronenberg — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Nikita Mikhalkov — Quarteto/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.



TEATRO

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **NAQUE OU SOBRE PIOLHOS E ACTORES**, de José Sanchis Sinisterra, pelo Teatro Meridional. **Café-Concerto:** 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). **CINDERELLA** revista à portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa

TEATRO ABC
Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. **Sala Estúdio:** de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS DIAS FELIZES**, de Samuel Beckett, encenação de Julio Castronuovo, produção da Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO ABERTO
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.00. **O TEMPO E O QUARTO**, de Boito Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO POLITEAMA
Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DIÁLOGOS SOBRE A PINTURA NA CIDADE DE ROMA**, textos de Francisco de Holanda, encenação de Christine Laurent, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DE GRAUS**, de Prista Monteiro, encenação de Joaquim Benite e Vitor Gonçalves, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO O BANDO
Lisboa, R. Stº António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **SE MENTES/FOTOCENA**, de Teresa Rita Lopes, encenação de João Brites.

TEATRO VILLARET
Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. **OUTRA VEZ AS BARBIS**.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. **Sala Um** - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: **A CANTORA CARECA**, de Ionesco, encenação de Helder Costa. **Sala Nova** - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: **DE BRACOS ABERTOS**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.



TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom.

FILMES

QUINTA, 24

Derradeira Vitória
«Broadway Bill» (EUA/1934). Real.: Frank Capra. Int.: Warner Baxter, Myrna Loy, Walter Connolly, Helen Vinson. P/B, 97 min. *Ver Destaque.* (14.55, Canal 1)

As Três Faces de Eva
«The Three Faces of Eve» (EUA/1957). Real.: Nunnally Johnson. Int.: Joanne Woodward, David Wayne, Lee J. Cobb. P/B, 95 min. *Ver Destaque.* (00.00, Quatro)

As Belas Mulheres dos Outros
«Un Éléphant Ça Trompe Enormément» (Fr./1976). Real.: Yves Robert. Int.: Jean Rochefort, Claude Brasseur, Guy Bedos. Cor, 104 min. *Comédia.* (00.45, Canal 1)

SEXTA, 25

Perigo no Alto Mar
«Killer on Board» (EUA/1977). Real.: Philip Lacock. Int.: Claude Akins, Patty Duke Astin, Lem Birman, Frank Converse. Cor, 94 min. *Telefilme Dramático.* (15.50, Canal 1)

Duelo Imortal - Parte 2
«Highlander II - The Quickening» (EUA/1990). Real.: Russell Mulcahy. Int.: Christopher Lambert, Sean Connery, Virginia Madsen. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (22.45, Canal 1)

Bonnie & Clyde
«Bonnie and Clyde - The True Story» (EUA/1992). Real.: Gary Hoffman. Int.: Tracey Needham, Dana Ashbrook, Doug Savant, Billy Morrisette. Cor, 120 min. *Ver Destaque.* (23.40, Quatro)

Lágrimas e Suspiros
«Viskningar Och Rop» (Suécia/1972). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Harriet Andersson, Kari Sylwan, Ingrid Thulin, Liv Ullmann. Cor, 87 min. *Ver Destaque.* (00.15, TV 2)

Cemitério Vivo
«Pet Sematary» (EUA/1989). Real.: Mary Lambert. Int.: Dale Midkiff, Fred Gwynne, Denise Crosby. Cor, 98 min. *Horror.* (01.00, SIC)

Luta de Vampiros
«Subspecies» (EUA/1991). Real.: Ted Nicolaou. Int.: Michael Watson, Laura Tate, Anders Hove, Michelle McBride. Cor, 90 min. *Horror.* (02.00, Canal 1)

SÁBADO, 26

Momento de Desespero
«Desperate Moment» (Gr.Br./1953). Real.: Compton Bennett. Int.: Dirk Bogarde, Mai Zetterling, Philip Friend. P/B, 86 min. *Melodrama.* (12.00, TV 2)

Os Cavaleiros do Céu
«Sky Riders» (EUA/1976). Real.: Douglas Hickox. Int.: James Coburn, Charles Aznavour, Susannah York, Harry Andrews. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

As Mil Apoteoses de Ziegfeld
«Ziegfeld Follies» (EUA/1946). Real.: Vincent Minnelli. Int.: William Powell, Fred Astaire, Cyd Charisse, Lucille Ball, Esther Williams, Judy Garland, Gene Kelly, Keenan Wynn, Lena Horne, Red Skelton, Kathryn Grayson. Cor, 106 min. *Ver Destaque.* (15.30, Canal 1)

Trinidade, Cowboy Insolente
«Lo Chiamavano Trinita» (It./1971). Real.: E. B. Clucher. Int.: Terence Hill, Bud Spencer, Farley Granger, Gisela Hahn. Cor, 120 min. *«Western-spaghetti».* (17.20, Quatro)

O Credor
«Fordringsagare» (Suécia/1989). Real.: Stefan Bohm, Keve Hjelm e John O. Olsson. Int.: Bibi Andersson, Tomas Bolme, Keve Hjelm. Cor, 114 min. *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

Agora é a Minha Vez
«It's My Turn» (EUA/1980). Real.: Claudia Weill. Int.: Jill Clayburgh, Michael Douglas, Charles Grodin, Beverly Garland. Cor, 83 min. *Ver Destaque.* (23.55, Quatro)

O Trilho dos Duros
«The Long Haul» (Brasil/1990). Real.: Cláudia Camargo. Int.: Carlos Alberto Riccelli, Glória Pires, Dean Stockwell, Denise Dumont. Cor, 98 min. *Ver Destaque.* (00.25, Canal 1)

DOMINGO, 27

Fizeram-me Passar por Mulher
«I Was a Male War Bride» (EUA/1949). Real.: Howard Hawks. Int.: Cary Grant, Marion Marshall, William Neff, Ann Sheridan. P/B, 105 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

Testemunho na Escuridão
«Eyewitness to Murder» (EUA/1992). Real.: Jag Mundhra. Int.: Andrew Stevens, Adrian Zmed, Karen Elise Baldwin. Cor, 100 min. *«Thriller» Policial.* (21.35, SIC)

Ensaio Nuclear
«Ground Zero» (Austrália/1987). Real.: Michael Pattinson e Bruce Myles. Int.: Colin Friels, Jack Thompson, Donald Pleasence. Cor, 97 min. *Ver Destaque.* (23.15, Canal 1)

Ricardo III
«Richard III» (Gr.Br./1955). Real.: Laurence Olivier. Int.: Laurence Olivier, John Gielgud, Ralph Richardson, Cedric Hardwicke, Claire Bloom. Cor, 153 min. *Ver Destaque.* (23.55, TV 2)

SEGUNDA, 28

O Castelo das Surpresas
«Scared Stiff» (EUA/1953). Real.: George Marshall. Int.: Dean Martin, Jerry Lewis, Elizabeth Scott, Carmen Miranda, Dorothy Malone. P/B, 107 min. *Comédia Musical.* (14.40, Canal 1)

Palpitações
«Tremors» (EUA/1990). Real.: Ron Underwood. Int.: Kevin Bacon, Fred Ward, Finn Carter, Michael Gross. Cor, 92 min. *Ver Destaque.* (22.10, SIC)

A Canção de Jenny
«Jenny's Song» (EUA/1988). Real.: Fred Barzyk. Int.: Jessica Walter, Ben Vereen, Jason Clarke Adams. Cor, 82 min. *Telefilme Melodramático.* (00.55, Canal 1)

A Princesa Americana
«Penny Princess» (Gr.Br./1952). Real.: Val Guest. Int.: Yolanda Donlan, Dirk Bogarde, A. E. Matthews, Edwin Styles. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (14.50, Canal 1)

Os Reis do Mambo
«The Mambo Kings» (EUA/1992). Real.: Arne Glimcher. Int.: Armand Assante, Antonio Banderas, Cathy Moriarty, Maruschka Detmers. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (22.00, Quatro)

A Gaiola das Malucas
«La Cage aux Folles» (Fr./It./1978). Real.: Edouard Molinaro. Int.: Michel Serrault, Ugo Tognazzi, Michel Galabru, Claire Maurier. Cor, 88 min. *Ver Destaque.* (00.20, TV 2)

Quando o Amor é Mais Forte
«Stop at Nothing» (EUA/1991). Real.: Chris Thomson. Int.: Veronica Hamel, Lindsay Frost, Robert Desiderio, David Ackroyd. Cor, 95 min. *Telefilme.* (01.05, Canal 1)

QUARTA, 2

O Vale das Mil Montanhas
«Nor the Moon by Night» (Gr.Br./1958). Real.: Ken Annakin. Int.: Belinda Lee, Michael Craig, Patrick McGeehan. Cor, 89 min. *Melodrama Romântico.* (14.50, Canal 1)

Moonracker - Aventura no Espaço
«Moonracker» (Gr.Br./Fr./1979). Real.: Lewis Gilbert. Int.: Roger Moore, Lois Chiles, Michel Lonsdale, Richard Kiel. Cor, 115 min. *Aventuras / Espionagem.* (22.10, Canal 1)

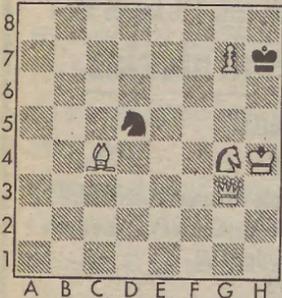
Um Amor Inocente
«Sin of Innocence» (EUA/1986). Real.: Arthur Allan Seidman. Int.: Bill Bixby, Dee Wallace Stone, Megan Follows, Dermot Mulrooney. Cor, 100 min. *Telefilme Dramático.* (23.35, Quatro)

O Triunfo do Espírito
«Triumph of the Spirit» (EUA/1989). Real.: Robert M. Young. Int.: Willem Dafoe, Edward James Olmos, Robert Loggia. Cor, 113 min. *Ver Destaque.* (00.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

XADREZ

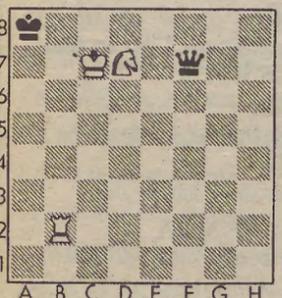
CDXLIX - 24 DE FEVEREIRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X011
Por: MIROSLAV HAVEL
3º Prémio Tidskrift für Schack, 1916
Pr.: [2]: Cd5-Rh7
Br.: [5]: Pg7-Cg4-Bc4-Dg3-Rh4



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X012
Por: HENRI RINCK
Basler Nachrichten, 1936

Pr.: [2]: Df7-Ra8
Br.: [3]: Cd7-Tb2-Rc7



Branças jogam e ganham

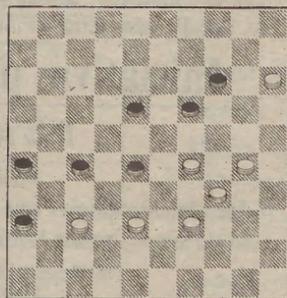
SOLUÇÕES DO Nº CDXLIX

Nº 1994X011 [M.H.]: 1. Dc7!!; Cc7; 2. g8=D++
1. Rg6; 2. Bd3++
1. Rg8; 2. Cf6++
Nº 1994X012 [H.R.]: 1. Tb4, Da2; 2. Tb8+, Ra7; 3. Tb7+, Ra6; 4. Cc5+, Ra5; 5. Ta7+ e g. SF 1. Df2; 2. Cb6+, Ra7; 3. Ta4++

A. de M. M.

DAMAS

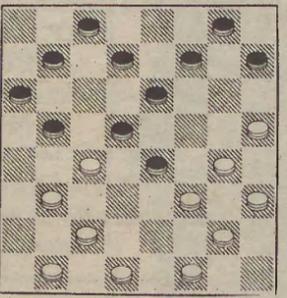
CDXLIX - 24 DE FEVEREIRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D011
Por: EPHRAIM VAN EMBDEN - NL, 1785
Pr.: [7]: 14-18-19-26-27-28-36
Br.: [7]: 15-29-30-34-37-38-39



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D012
GOLPE Nº 57
Por: JOHN T. DENVIR - USA, 1889

1. 12-15, 23-19; 2. 8-12, 28-23; 3. 10-13, 21-18; 4. 5-10, 25-21; 5. 13-17, 30-26; 6. 10-13, 32-28; 7. 1-5, 18-14; 8. 11-18, 21-14; 9. 6-10, 23-20 DIAGRAMA.

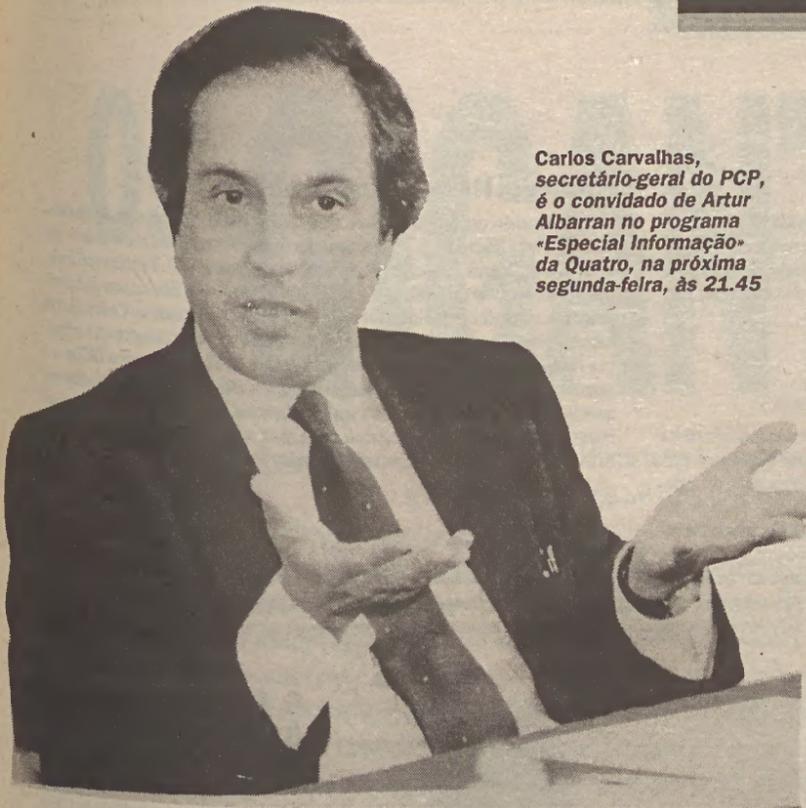


Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXLIX

Nº 1994D011 [E. van E.]: 1. 37-31, (26x37); 2. 38-32, (27x38); 3. 39-33, (28x39); 4. 34x41, (36x47-D); 5. 29-24, (47x22); 6. 15x22, (14-19); 7. 22-18 +
Nº 1994D012 [J.T.D.]: 10. 13-18, 22-6; 11. 2-18, 20-11; 12. 7-32-D+

A. de M. M.



Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, é o convidado de Artur Albarran no programa «Especial Informação» da Quatro, na próxima segunda-feira, às 21.45

PROGRAMAÇÃO

Domingo, 27

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Blossom
15.00 África Amiga (transm. directa do C.C. de Belém)
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Mandala
22.45 Os Bonecos da Bola
23.15 Ensaio Nuclear (ver «Filmes na TV»)
01.00 Clips e Spots

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Saudades de Portugal
11.00 Missa
12.00 70 x 7
12.20 Forum Musical
13.15 Regiões
14.25 Lisboa 94
15.00 TV2 Desporto
22.50 Artes e Letras: «Marilyn Monroe - Para Além da Lenda»
23.55 Ricardo III (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Fizem-me Passar por Mulher (ver «Filmes na TV»)
17.45 Emoções Fortes
18.20 Beverly Hills 90210
19.05 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Os Simpsons
21.50 Parabéns
23.30 Dinastia Strauss (últ. episódio)
00.25 O Trilho dos Duros (ver «Filmes na TV»)



20.00 Jornal da Noite
20.40 O Primogénito
21.30 Testemunha de um Crime (ver «Filmes na TV»)
23.30 Conversas Curtas
00.30 Último Jornal
00.50 Espiões

QUATRO

- 10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Índia: Histórias que Fazem História (1ª parte)
14.00 Animação
14.25 Fang
14.55 Vamos ao Circo
15.55 Já Tocou na Faculdade
16.25 O Novo Caminho das Estrelas
17.15 Sherlock Holmes
18.55 Moda
19.30 Informação Quatro
20.00 Na Mira do Crime
20.50 Passados dos Carretos
21.20 Maravilhas
23.20 Caixa de Perguntas
23.55 Informação
00.10 Modelo e Detective

QUATRO

- 10.00 Documentário Religioso
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 A Dama de Rosa
17.20 Trinitá - Um Cowboy Insolente (ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.55 O Jogo do Ganso
23.40 Informação
23.55 Agora é a Minha Vez (ver «Filmes na TV»)



Depois de «Modelo e Detective» — de que estão a ser repetidos na Quatro os episódios (os primeiros) que fizeram a fama da série — volta «Maigret». A terça-feira, também na Quatro

Segunda, 28

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.40 O Castelo das Surpresas (ver «Filmes na TV»)
16.25 Sarilhos com Elas
16.50 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegjornal
20.30 Mandala
21.30 A Filha da Cornélia
23.00 As Teias da Lei
23.50 Querido John
00.15 24 Horas
00.55 A Canção de Jenny (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Robert Liebling
13.45 Sobreviver
14.15 Sem Legendas
15.15 A Fama no Séc. XX
16.05 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
18.00 A Sombra da Dúvida
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Epidemias
20.40 Desaparecidos
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.15 Ballado: «The Stone Flower»
02.10 Magazine «Cinema»

The Stone Flower («A Flor de Pedra»), uma coreografia de Yuri Grigorovich para a última partitura de Prokofiev para bailado: segunda-feira, às 23.15, na TV2

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.00 E o Resto é Conversa
18.00 Notícias
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 Palpações (ver «Filmes na TV»)
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Os Monstros

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 Animação
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 A Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Rosa Baiana
16.25 Quatro Ventos
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Especial Informação - com Carlos Carvalho
23.05 Desporto
23.35 Ponto Final
23.50 Modelo e Detective
00.45 Forum

Terça, 1

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 A Princesa Americana (ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telegjornal
20.40 Mandala
21.30 Os Inocentes
22.00 Nico d'Obra
22.35 Lace
23.25 à Luz da Lei
00.25 24 Horas
01.05 Quando o Amor é Mais Forte (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.30 Robert Liebling
13.20 O Cérebro, Um Universo Misterioso
13.50 Sem Legendas
14.50 Rali de Portugal
15.50 Pé Grande e os Amigos
16.20 Infantil

- 17.20 Rali de Portugal
17.40 A Sombra da Dúvida
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.15 Ideias com História
00.05 A Gaiola das Malucas (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 A Brincar, a Brincar
22.10 Terça à Noite
23.20 Amor e Guerra
23.50 A Bolsa e a Vida
23.55 Último Jornal
00.20 Internacional Sic
00.50 Os Monstros

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 Animação
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 A Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Rosa Baiana
16.25 Documentário Religioso
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Pedidos e Achados
22.00 Os Reis do Mambo (ver «Filmes na TV»)
24.00 Ponto Final
00.15 Maigret

Quarta, 2

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 O Vale das Mil Montanhas (ver «Filmes na TV»)
16.25 Sarilhos com Elas
16.50 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telegjornal
20.40 Vámos Jogar no Totobola
22.00 Nico d'Obra
22.40 Sozinhos em Casa
22.10 Moonraker - Aventura no Espaço (ver «Filmes na TV»)
00.10 24 Horas
00.50 O Triunfo do Espírito (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 10.20 Rali de Portugal
11.30 Televendas
12.30 Infantil
13.20 Robert Liebling
14.15 Sem Legendas
15.00 Um Século de Dança



Se — como não é costume — a programação se cumprir, Marilyn Monroe estará no «Artes e Letras» da TV2, no próximo domingo, à noite

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Falas Tu ou Falo Eu
22.40 O Pecado Mora Aqui
23.40 Sessions
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 Os Monstros

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 Animação
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 A Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Rosa Baiana
16.25 Documentário Religioso
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Queridos Inimigos
23.35 Um Amor Inocente (ver «Filmes na TV»)
01.40 Ponto Final

Quinta, 24

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.55 Derradeira Vitória (ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegjornal
20.40 Mandala
21.30 Isto... Só Vídeo!
22.00 Você Decide
23.15 Os Anos de Ouro
00.05 24 Horas
00.45 As Belas Mulheres dos Outros (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 11.00 Televendas
12.00 Infantil
12.55 Robert Liebling
13.45 A Caminho com Ulisses
14.15 Sem Legendas
15.55 Força Bruta
16.30 Pé Grande e os Amigos
16.55 Infantil
17.50 Os Jovens Cowboys
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Reagan
20.30 Sem Limites
21.00 TV2 Desporto
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.10 Você é Excepcional
00.10 Remate
00.30 Amazônia
01.25 Magazine «Ecologia/Ciência»

SIC

- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.40 Escândalos de Hollywood
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 MTV

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.05 Animação
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Rosa Baiana
16.25 Caixa de Perguntas
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Artur Albarran
23.45 Ponto Final
24.00 As Três Faces de Eva (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 25

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Haydaze
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.35 Perigo no Alto Mar (ver «Filmes na TV»)
16.25 Sarilhos com Elas
16.50 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telegjornal
20.40 Mandala
22.15 Concurso «1, 2, 3»
22.45 Duelo Mortal - II (ver «Filmes na TV»)
01.20 24 Horas
02.00 Luta de Vampiros (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 11.00 Televendas
12.00 Infantil
12.55 Robert Liebling
13.45 Segredos do Mundo
14.15 Sem Legendas
15.00 Vida Animal
15.50 Pé Grande e os Amigos
16.45 Infantil
17.55 Os Jovens Cowboys
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Outras Margens
20.15 Quem Fala Assim
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
23.15 Casa Comum
00.15 Lágrimas e Suspiros (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.40 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Playboy
01.00 Cemitério Vivo (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.05 Mulherzinhas
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Duque de Ouros
15.55 Forum
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 O Sonho do Oeste
21.50 Os Deuses Devem Estar Loucos (ver «Filmes na TV»)
23.45 Ponto Final
24.00 Bonnie & Clyde (telefilme)

Sábado, 26

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Isto É Magia
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 As Mil Apoteoses de Ziegfeld (ver «Filmes na TV»)
17.45 Emoções Fortes
18.20 Beverly Hills 90210
19.05 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Os Simpsons
21.50 Parabéns
23.30 Dinastia Strauss (últ. episódio)
00.25 O Trilho dos Duros (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.10 Momento de Desespero (ver «Filmes na TV»)
13.30 Música da Irlanda: «Hothouse Flowers»
14.35 Um Cão na Família
14.55 Polrot
16.00 TV2 Desporto
22.15 Agenda Lisboa 94
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.55 O Credor (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 Os Cavaleiros do Céu (ver «Filmes na TV»)
16.15 Desporto
16.45 PS: Amo-te
17.35 Grande Prémio Internacional de Circo
20.00 Jornal da Noite
20.35 Sábado Mágico
23.35 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.35 Água na Boca
01.25 Boxe

QUATRO

- 10.00 Documentário Religioso
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 A Dama de Rosa
17.20 Trinitá - Um Cowboy Insolente (ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.55 O Jogo do Ganso
23.40 Informação
23.55 Agora é a Minha Vez (ver «Filmes na TV»)

«Por isto e por aquilo...»

Derradeira Vitória (Quinta, 14.55, Canal 1)

Com um punhado de excelentes intérpretes - em particular Myrna Loy - que se adequam às mil maravilhas a esta particular forma de tratar o género, esta comédia de Frank Capra é das suas obras menos conhecidas (talvez porque não é das suas mais conseguidas realizações), o que talvez o tenha feito repegar no tema em 1950, numa outra versão musical do mesmo argumento: um treinador arrisca o casamento ao colocar todas as esperanças de recuperação financeira numa corrida de cavalos, no que é salvo pela cunhada.

As Três Faces de Eva (Quinta, 00.00, Quatro)

Com argumento baseado num livro de dois médicos que aí retratam as investigações sobre um caso real - o de uma mulher jovem que sofre de uma doença mental rara, a do desdobraimento da personalidade - *As Três Faces de Eva* é, sobretudo, o espectáculo das multifacetadas capacidades de representação de Joanne Woodward, que foi galardoada no ano da estreia do filme com o Oscar Para a Melhor Actriz. Mas a realização de Nunnally Johnson serve adequadamente esta curiosa história em que a «personalidade normal e pacata» de uma dona de casa, *Eva White*, entra em contradição com a «personalidade irresponsável» de uma mulher sensual, *Eva Black*, sob o olhar crítico



Joanne Woodward, principal intérprete de «As Três Faces de Eva»

e sensato de uma terceira «personalidade equilibrada» dessa mesma mulher. Atenção, ainda, para a interpretação de Lee J. Cobb no complexo papel do psiquiatra e para o excelente aproveitamento da fotografia a preto-e-branco e cinemascope, que se espera não seja atraída.

Duelo Imortal - Parte 2 (Sexta, 22.45, Canal 1)

Quem já viu a primeira parte (transmitida pelo Canal 1 há três semanas) não pode, mesmo assim, suspeitar do grau de idiotice e inverosimilhança a que esta absurda «história fantástica» ainda desce mais na *sequela* realizada quatro anos depois. Daí o destaque, que constitui um aviso: esta nova versão do gigantesco *videoclip* a prestações de Russell Mulcahy sobre a história dos «imortais» que andam para trás e para a frente no tempo (e agora se descobre que, afinal, são *extraterrestres*...) é de evitar a todo o custo!

Bonnie & Clyde (Sexta, 23.40, Quatro)

Claro que esta recentíssima versão de *Bonnie & Clyde* não atinge o nível da versão original da história do lendário casal de *gangsters* dos anos 20/30, admiravelmente filmada por Arthur Penn em 1967. Trata-se, aliás, segundo as referências, de uma reformulação do argumento dirigida aos espectadores mais novos, mas a desevolutura da realização e as alusões às condições sociais que marcavam esses anos terríveis da sociedade americana transmitem a este *telefilme* uma qualidade acima da média.

Lágrimas e Suspiros (Sexta, 00.15, TV 2)

O crítico francês Jean Tulard sintetiza admiravelmente o essencial deste excelente filme de Ingmar Bergman: «é a morte física que está no centro desta obra, com os ritos que a rodeiam. O vermelho é a cor dominante deste filme grave e amargo: o vermelho do sangue e dos cortinados que contrasta com a brancura das roupas e da pele. A atrocidade da agonia é restituída com o sentido da minúcia por Bergman. O remorso de uma vida, que é necessário apanhar no próprio instante, é evocado pelo autor através do diário de Agnès.»

Um dos melhores exemplares da arte de Bergman no ciclo que a TV 2 continua a dedicar-lhe. A não perder.

Os Cavaleiros do Céu (Sábado, 14.30, SIC)

Terroristas a raptarem um diplomata, espectaculares sequências de perseguição aérea, paisagens gregas aproveitadas a preceito - em conjunto com a «dureza» de James Coburn, a «pimenta» de Susannah York e o «formato» e «pronúncia» de Charles Aznavour - são tudo ingredientes, mais ou menos verosímiles ou insólitos, que transmitem a este *thriller político* o grau de eficácia que justifica uma espreitada, se estiver a chover... Que mais se poderia exigir?

As Mil Apoteoses de Ziegfeld (Sábado, 15.30, Canal 1)

Claro que há quem vá preferir, uma hora depois, refastelar-se com mais delongas para ver e ouvir este conhecido musical assinado por um mestre do género - Vincent Minnelli. Sem ser das suas obras imprescindíveis (e partindo de um «argumento» para esquecer), estas *Ziegfeld Follies* têm, mesmo assim, a ilustrá-lo um pacote de vedetas de fazer inveja (ver «ficha técnica» em *Filmes*) e, do conjunto dos vários números musicais, são de destacar aqueles protagonizados por Fred Astaire (*Limehouse Blues* e, sobretudo, *The Babbit and the Bromide* - este último de George e Ira Gershwin, com a participação de Gene Kelly), uma brilhante intervenção de Judy Garland a cantar, como só ela sabe, *A Great Lady Has an Interview*, nem sequer faltando a imprescindível sequência verdadeiramente «pirosa» - esta a cargo da inefável Kathryn Grayson a cantar *There's Beauty Everywhere*.

O Credor (Sábado, 23.50, TV 2)

Acompanhado de excelentes referências (porventura mais justificadas por se tratar do «registro integral» inédito da peça em um acto de August Strindberg) chega-nos da Suécia este filme realizado por três directores de cinema. O destaque vai para a maravilhosa escrita dos diálogos e para a interpretação de três grandes actores do teatro clássico sueco - de que sobressai Bibi Andersson.

Agora é a Minha Vez (Sábado, 23.55, Quatro)

Pequena comédia romântica, realizada sem grandes pretensões, reside talvez nesta relativa normalidade de ambições o seu principal interesse. A história é simples: uma professora de matemática, que tem um caso com um arquitecto divorciado, aspira ao casamento - o que lhe é negado pelo namorado. É então que, a propósito da ida a Nova Iorque para assistir ao segundo casamento do seu pai, ela conhece um outro homem, um treinador de *baseball*; filho da sua madrasta, por quem se apaixona, e surge também a possibilidade de conseguir um emprego que lhe interessa profissionalmente. E, aqui, começam as hesitações sobre os passos a dar... Um filme que vive, sobretudo, da escorreita escrita dos diálogos e das interpretações de Jill Clayburgh e Charles Grodin.

Ricardo III (Domingo, 23.55, TV 2)

Geralmente considerada a melhor adaptação ao cinema de uma obra de Shakespeare, *Ricardo III* está longe de constituir um filme irrepreensível, como aliás não foram as anteriores adaptações de *Henry V* (1945) e *Hamlet* (1948). Também realizado, como estas, por Laurence Olivier e interpretado por um elenco fabuloso em que participam não só aquele como, ainda, John Gielgud, Ralph Richardson ou Cedric Hardwicke, o filme ressent-se, precisamente, da excessiva teatralidade da encenação, embora a fotografia de Otto Heller, os cenários de Roger K. Furse e Carmen Dillon e o guarda-roupa e a maquilhagem (supervisionados por Olivier) sejam de elevadíssima qualidade. Mas as reticências jamais seriam suficientes para fazer diminuir o intenso prazer intelectual que é ver representado a este nível um texto de tão elevada qualidade ou assistir a um tão admirável exemplar de «teatro filmado». A não perder.

Palpitações (Segunda, 22.10, SIC)

Uma comédia de horror, gozando com os «filmes de monstros» dos anos 50, bem encenada por Ron Underwood e com cenas impagáveis de *suspense*, ao contar-nos a história de uma pequena povoação que é atacada por vermes gigantesco!...

A Princesa Americana (Terça, 14.50, Canal 1)

«Uma simpática comédia inglesa dos anos 50 escrita e dirigida por Val Guest sobre a história de uma simples rapariga de Nova Iorque que herda um pequeno estado europeu cujo destino económico depende do queijo e da agurden-te». Não, por acaso não é este «jardim à beira mar plantado»... Um excelente papel de Dirk Bogarde ilustra esta comédia bem disposta, para passar o tempo.

Os Reis do Mambo (Terça, 22.00, Quatro)

Os irmãos Castillo (Armand Assanté e Antonio Banderas), dois jovens músicos cubanos, partem de



«O meu reino por um cavalo!» - Laurence Olivier em «Ricardo III», de Shakespeare, que ele próprio realizou

O Trilho dos Duros (Sábado, 00.25, Canal 1)

Totalmente desconhecido, este recente filme brasileiro - cujo argumento se diz vagamente inspirado no clássico francês *O Salário do Medo*, de Henri Clouzot - tem como principais protagonistas dois conhecidos nomes das telenovelas brasileiras: Glória Pires e Carlos Alberto Riccelli. Se não está farto das caras destes dois e ainda não lhe chegou o sono, então talvez seja de tentar uma visão, tanto mais que há, no filme, uma originalidade: ao contrário do que agora algumas televisões nos impingem - a dobragem em português-brasileiro da banda sonora original em inglês-americano - este filme originalmente falado em português do Brasil está dobrado em inglês dos states. Estão a ver?

Fizeram-me Passar por Mulher (Domingo, 14.30, SIC)

Esperávamos tudo da versatilidade histrionica de Cary Grant menos vê-lo num papel de *travesti*, de saias e cabeleira! E, no entanto, uma tal ideia passou pela cabeça de Howard Hawks que decidiu aventurar-se na experiência. E, se bem o admitiu, pior o fez! O facto é que nesta comédia, que pensou como irresistível, o grande realizador esticou demasiado a corda e acabou a fazer um filme em que tudo é forçado e em que Cary Grant representa (desta vez, sem a imprescindível subtilidade) o papel de um oficial do exército francês que, tendo casado na Alemanha ocupada no pós-guerra com uma oficial do exército americano, se serve de uma cláusula do regulamento militar americano (que facilitava a imigração das «esposas de guerra») como estratégia para se desfazer de mulher e regressar ao país com a sua cara metade...

Ensaio Nuclear (Domingo, 23.15, Canal 1)

O filme vem da Austrália e conta-nos uma história baseada em factos reais que se passaram naquelas paragens: um operador de câmara investiga a morte, aparentemente accidental (mas, no fundo, claramente configurando um crime), que se destinou a fazer calar o muito que o seu próprio pai descobriu quando, em meados dos anos 50, filmava ao serviço das autoridades britânicas as experiências nucleares que estas realizavam naquele país. Um *thriller político* de grande impacto mas desigual, por vezes abusando de alguma lentidão, mas que constitui uma forte denúncia dos terríveis excessos da era atómica.

Liv Ulmann, em «Lágrimas e Suspiros», de Ingmar Bergman

Havana e chegam aos EUA, nos anos 50, para escapar da vida miserável do seu país e tentar cumprir o seu sonho - afirmarem-se como uma banda de sucesso. O filme, que teve um enorme êxito junto do público, é uma adaptação livre (e incompleta) do romance-Prémio Pulitzer de

Oscar Hijuelos, *The Mambo Kings Play Songs of Love*. Com uma banda sonora espectacular e a presença episódica de algumas lendas da música cubana, como Tito Puente ou Celia Cruz, o filme serve-se essencialmente da espalhafatosa desevolutura visual com que é encenado por Arne Glimcher, um *merchant* de Nova Iorque que, bem apoiado por uma capacidade industrial a toda a prova, aqui tem a sua primeira experiência no cinema. O resto são uma série de sequências previsíveis, por vezes grosseiramente resolvidas ou sobretudo destinadas a «encher o olho» - cenas tórridas de dança e de sexo, números musicais à mistura com machismo latino, enfim, um esperado catálogo de lugares-comuns servidos com uma «eficácia» que não engana.

A Gaiola das Malucas (Terça, 00.20, TV 2)

Seria inevitável que, após o fenomenal êxito de representações que experimentou em Paris (mais de 1500!), esta peça teatral fosse adaptada ao cinema (e já vai na terceira *sequela*, datada de meados dos anos 80). Da primeira adaptação - e da sua segunda continuação - encarregou-se um realizador com suficiente capacidade oficial, Edouard Molinaro, que transpôs com graça para o *écran*, e sem cair em efeitos triviais, esta comédia desbragada passada num clube nocturno que apresenta um espectáculo de *travestis*. Mas as imprevisíveis consequências estão centradas no encontro de um deputado irpreensível e de elevada moral que ali se desloca para conhecer a família de um jovem que pretende casar-se com a sua filha... Ugo Tognazzi e Michel Serrault são alguns dos impagáveis pândegos desta história absurda.

O Triunfo do Espírito (Quarta, 00.50, Canal 1)

Esta história dramática transporta-nos ao período negro do fascismo e dos campos de extermínio em massa da Alemanha nazi, para nos contar os estratagemas de sobrevivência de um judeu grego, ex-pugilista, para escapar às câmaras de gás. Embora recheado de sequências extremamente violentas e cruéis, este filme não parece inserir-se na linha de programação (subsidiária do «espectáculo da violência», gratuito e obsceno) que hoje em dia é «imagem de marca» das últimas sessões do Canal 1 - pelo que, a julgar pelas referências disponíveis, aparentemente surge como desadequado a um espaço que, em regra, se encontra completamente desqualificado. Mas o facto de desconhecermos o filme, impede-nos de pôr as mãos no fogo... A confirmar.

Os GIGANTES com FOME

■ **Correia da Fonseca** Noite de sábado. Está uma boa parte do País a olhar, embevecido ou não, o «Parabéns» do Herman quando, de súbito, chega o intervalo. Há então, os que se levantaram das cadeiras estrategicamente postadas diante dos televisores e vão «lá dentro». Há as donas-de-casa que aproveitam para irem dar mais um jeitinho à cozinha. Há os que fazem um pouquinho de «zapping», saibam ou não o que a palavra designa, e iniciam um rápido percurso pelos outros três canais a espreitarem o que por lá vai, detendo-se uns minutos aqui, apenas uns segundos ali, mais um tempo acolá. Feitas as contas, decorreu todo ou quase todo o tempo do intervalo, durante o qual a publicidade ocupou o canal principal da RTP. Custou muito dinheiro aos anunciantes. Poucos a viram.

É claro que a referência a «Parabéns» e à RTP 1 é feita apenas a título de exemplo porventura adequado: em substância, o mesmo se poderá dizer de qualquer outro canal. E o crescente alheamento, se não desafecto, da generalidade do público para blocos publicitários não é, de modo nenhum, uma peculiaridade portuguesa, parafraseando com a ironia possível a famosa frase de um texto fundamental, digamos que é «um fantasma que percorre a Europa». E que começa a pôr em questão muito seriamente a gestão primariamente mercantilista da televisão.

O exemplo espanhol

Quanto a esta questão, como relativamente a muitas outras, não há em Portugal números disponíveis para que possa ser feita uma avaliação segura da situação: sabemos quase apenas que as contas de exploração das três emissoras portuguesas de TV apresentaram em 93 um prejuízo global de cerca de 20 milhões de contos, que antes do advento da TV privada já alguns advertiam para a circunstância de o «bolo» publicitário previsível não chegar para sustentar quatro canais. Mas, saindo a fronteira, não é preciso andar muito para depararmos com situações que bem podem servir-nos de informação e exemplo: basta chegar a Espanha. Números recentemente divulgados pela Imprensa (1) ensinam-nos que de 89 a 93 o número de spots publicitários na TV espanhola quase quadruplicou, mas que a sua eficácia terá decrescido cerca de 35% e que, em resultado da concorrência entre os diversos canais, o seu custo caiu para cerca de 30% dos valores de 89. Por outro lado, lá como cá, é quotidiana a violação da Directiva Europeia de Televisão, aliás ainda não formalmente acatada pela regulamentação legal interna.

É neste quadro que surgem como especialmente esclarecedoras as palavras de José Casals, presidente da Associação Espanhola de Anunciantes: «Entre todos, conseguimos que o cidadão, e a sociedade em geral, comece a odiar a publicidade e o meio televisivo». Entende-se: também quanto a este particular aspecto da vida quotidiana os homens acabam por recusar o abuso e a opressão. E é de opressão e abuso, embora em modalidade «soft», que neste caso se trata.

Enquanto não nos chegam números acerca da realidade portuguesa, bem podemos dar-nos ao cuidado, aliás gostoso, de reflectir. Faltam-nos dados estatísticos, mas sobra-nos a experiência diária de telespectadores submetidos a bombardeamentos crescentes em número, extensão e intensidade, quando não em desvergonha, de spots publicitários. Sabemos do enjoo que cresce em nós perante a generalidade dos anúncios, náusea a que parece escapar apenas a inocência das crianças, porventura os espectadores mais devotos e sem dúvida mais vulneráveis, relativamente à publicidade na TV. Testemunhamos o abaixamento da qualidade dos programas,

designadamente nas horas de maior audiência, com vista à captação de público, no pressuposto de que o telespectador médio é visceralmente pateta e foge da qualidade como o diabo da cruz, o que talvez não seja tão verdade como isso. E, finalmente, vamos agora sabendo que nem o engrossamento da avalanche publicitária nem o

aviltamento da qualidade asseguram a sobrevivência das estações de TV como empresas comerciais que visem a obtenção de dividendos. Bem pelo contrário: por cá, colhem-se prejuízos avultados; noutros países já ocorrem falências. É certo que se perfila no horizonte próximo uma outra onda empresarial: a televisão por cabo. Por mim, porém, parece-me difícil que essa modalidade possa escapar às dificuldades hoje enfrentadas pela TV tradicional, afigurando-se mais provável que, nesse plano, apenas venha substanciar uma espécie de fuga para a frente.

Música ao longe

De tudo isto, parece resultar que a Televisão, sobre a qual tão longamente se assestaram os olhares cúpidos da iniciativa

profundas dúvidas de que o domínio da SIC possa servir ao doutor Balsemão para se instalar no Palácio de Belém. Até também tenho dúvidas de que a posse de um império televisivo venha a ser relevante para o êxito do projecto político de direita de Berlusconi, em Itália. O tempo se encarregará de nos esclarecer, ou talvez não.

Alguma coisa, porém, parece emergir deste quadro em que, por um lado, vemos a TV incapaz de se alimentar convenientemente pelo mercado publicitário e, por outro, se justificam graves dúvidas sobre a efectiva valia dos eventuais dividendos políticos resultantes da posse de estações de Televisão que cada vez mais surgem como gigantes sempre com fome, incapazes de servirem os seus donos tão eficazmente quanto estes haviam sonhado. Lentamente, muito difuso, regressa então, quase inevitavelmente, um sonho alternativo que foi abandonado pelo caminho a pretexto de um suposto pragmatismo imperativo: o de uma TV diferente, mais asseada, vocacionada para o serviço das comunidades, não para ser o instrumento de apenas alguns. Já por aí muito se murmura contra a insuportável friabilidade da Televisão disponível. E só uma longínqua música, um primeiro passo. Mas o projecto traído, mas nem por todos esquecido, de uma TV útil e digna, pode estar à nossa espera, embora muito distante ainda, ao fim do túnel que continuamos a percorrer. ■

(1) «El País», de 14/2/94



de FOICE

Os princípios

A notícia de que estão bem encaminhadas as negociações com a Áustria, Suécia, Noruega e Finlândia para a sua entrada na Comunidade Europeia torna-se particularmente interessante quando nos surgem as explicações para os "progressos" esta semana verificadas no processo.

"Perto de um acordo", diz-se no Público, "está a atribuição a vastas zonas dos países nórdicos de um estatuto semelhante ao que Portugal tem, no acesso aos fundos comunitários", cujo permitirá a estas zonas (e a estes países) receber um tratamento próximo do que é concedido aos países mais pobres da Comunidade, como Portugal, "sem todavia lhes conceder o mesmo estatuto". "Tal não afectará - tranquiliza a notícia - os compromissos já assumidos pela União relativamente aos actuais Estados-membros, tanto mais que, no seu conjunto, os quatro candidatos serão contribuintes líquidos para o orçamento da UE".

O sublinhado é para que se repare neste pormenor: os novos candidatos à União Europeia irão receber fundos comunitários, mas ao mesmo tempo terão que devolvê-los sobre a forma de "contribuições líquidas".

Exactamente como aconteceu e acontece com Portugal, mais "estatuto" menos "estatuto" de país pobrezinho, aliás, como não podia deixar de ser. O capitalismo não anda na Comunidade ou no mundo para se armar em fada-madrinha.

Talvez agora, no espelho dos outros, se perceba as advertências do PCP sobre o pesado preço a pagar pelos manás da CEE.

Quanto à Áustria e aos países nórdicos exigirem um tratamento de "países pobres", não há nada a dizer. Moçambique ou o Togo são oásis de desenvolvimento comparados com tais desgraçados, sendo naturalíssimo que a Comunidade lhes queira dar os benefícios sem lhes impor o estatuto oficial de atrasadinhos. Era humilhação a mais.

Mas o bom andamento das negociações com a Áustria e os nórdicos não se fica por aqui. Os Doze decidiram, igualmente, autorizar os futuros novos membros a manter as ajudas nacionais aos seus agricultores. Trata-se duma exigência bem pensada e melhor recompensada por quem manda em Bruxelas, o que confirma que Portugal não beneficiou de igual autorização, porque o nosso Governo não se lembrou de a reivindicar. E compreende-se: a teorização do sucesso é demasiado absorvente para as pessoas se lembrarem de tudo.

Entretanto, a Noruega recusa-se, já, a abrir as suas águas aos barcos de pesca dos outros países da União, embora exija, ao mesmo tempo, um acesso imediato ao mercado dos Doze. Aí a Espanha parece que respingou, lembrando-se que havia perdido, em 1981 e em submissão à CEE, os seus direitos históricos de pesca nas águas norueguesas, pelo que se acha no direito de os recuperar, caso a Noruega entre na Comunidade.

É igualmente elementar, este raciocínio espanhol, mas nem assim o Governo de Cavaco Silva se lembrou de imitar o vizinho. Pela voz de Vítor Martins, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, a preocupação de Portugal nesta coisa do bacalhau reside na necessidade de "salvaguardar alguns princípios", nomeadamente o da não discriminação entre os novos e os antigos Estados membros no que toca a acesso às águas comunitárias. É um Governo com princípios. Os fins, esses ficam para os outros, que é como quem diz os Estados fortes da Comunidade.

HC

Luís Sá - cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu

O camarada Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, é o cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu. A decisão foi ontem anunciada, no Hotel Penta, em Lisboa, numa conferência de imprensa em que participaram o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, e representantes das outras forças políticas que integram a Coligação Democrática Unitária.

Carlos Carvalhas tomou a palavra, procedendo à apresentação formal, por parte da CDU, da candidatura. Falou também Luís Sá, entre outras intervenções. Dois discursos de que publicamos largos extractos.

Entretanto, no próximo domingo, terá lugar no Hotel Altis, em Lisboa, o Encontro Nacional da CDU sobre as eleições para o Parlamento Europeu. Os trabalhos terão início às 10.30, prevendo-se para as 17 horas as intervenções de encerramento. No fundamental, o Encontro fará o balanço do trabalho dos deputados da CDU ao PE, debaterá as políticas nacionais e de integração europeia que conduziram à profunda crise económica e social em Portugal, as grandes questões em jogo na construção europeia e as linhas de força da campanha eleitoral. Será ainda apreciado e aprovado um Manifesto CDU sobre essas eleições.

Notas biográficas

Luís Sá nasceu em 12 de Fevereiro de 1952, no Lubango, em Angola. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, onde é responsável pela área do trabalho autárquico, do ambiente e do movimento associativo popular e pela área das questões institucionais e dos direitos, liberdades e garantias, Luís Sá é deputado à Assembleia da República, membro da Comissão da Administração do Território, Poder Local, Ambiente e Equipamento Social. Foi membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, com o Mestrado em Ciência Política, foi monitor na Faculdade de Direito de Lisboa em 1974-75. Prepara a tese de doutoramento sobre «O Estado, a Administração Pública e a Comunidade Europeia».

Entre outras obras publicadas, é autor de: «Introdução à Teoria do Estado» (Caminho, Lisboa, 1986); «Soberania e Integração na CEE» (Caminho, Lisboa, 1987); «Regiões Administrativas — O Poder Local que Falta» (Caminho, Lisboa, 1989). É ainda autor de numerosos artigos, designadamente sobre Estado, Administração Pública, Comunidade Europeia e outras questões institucionais.

Carlos Carvalhas

Viragem na política de integração

«A CDU ao apresentar hoje, como cabeça de lista ao Parlamento Europeu, o meu camarada Luís Sá, fá-lo não como um acto isolado, mas como um acto inserido na empenhada intervenção que o PCP e a CDU têm desenvolvido no combate a uma política de regressão social e de concentração de riqueza, num combate a uma política de abdicação nacional, no combate pela defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais e por uma necessária viragem de rumo na política de integração europeia», afirmou Carlos Carvalhas na sua intervenção. O secretário-geral do PCP, salientou, nesse quadro, duas notas:

«A primeira é a que diz respeito à importância destas eleições.

«Porque elas se vão realizar num quadro de grande deterioração social e de preocupante agravamento dos problemas nacionais, decorrentes no essencial de uma política classista e injusta e de voluntário alinhamento e subordinação às políticas de Maastricht.

«Porque entrou em vigor o Tratado da União Europeia em que se prevê a transferência de importantes parcelas de soberania e a intensificação das acções e da intervenção da Comunidade.

«Porque embora sejam eleições especiais o seu resultado não deixará de ter significado político e repercussão no futuro político imediato.

«Por isso estas eleições conferem duas grandes oportunidades aos portugueses e aos trabalhadores:

«a) a de coordenarem a política do Governo e aqueles que apoiaram o seu enquadramento, as políticas de Maastricht exprimindo ao mesmo tempo pelo seu lado a exigência de uma nova política que promova o desenvolvimento e o emprego, a defesa do ambiente e a justiça social;

«b) a de escolherem deputados ao Parlamento Europeu que em vez de se deixarem render, diluir e seduzir pelo europeísmo balofo, pelo federalismo ao gosto da burocracia de Bruxelas e pelas prebendas do cargo de deputado Europeu, defendam com intransigência os interesses nacionais, a concretização da coesão económica, a dimensão social do desenvolvi-

mento e que com a sua actuação procurem sempre potenciar a capacidade negocial do país.

«Os deputados eleitos pela CDU têm provas dadas e podem apresentar-se de cabeça erguida perante o povo português e o julgamento popular. São detentores de um largo e inegável património de luta e intervenção em defesa dos trabalhadores, dos reformados e deficientes, da agricultura, das pescas e da indústria, do património ambiental, do avanço da Carta Social Europeia, do aumento dos fundos estruturais e da concretização do princípio da coesão económica e social, o que só por si é uma garantia para o futuro. Cumprindo as suas promessas eleitorais, foram os deputados do PCP no Parlamento Europeu que deram voz e relevo ao valor do trabalho e ao papel fundamental dos trabalhadores na vida nacional; à importância crucial dos intelectuais e quadros técnicos no processo de modernização do País; às aspirações das mulheres no sentido do avanço da plena afirmação da sua dignidade e cidadania às esperanças da juventude à realização profissional e humana.»

Luís Sá

Uma grande batalha

«Cada um traz às funções que exerce as suas características, os seus conhecimentos e o seu estilo pessoal. Mas, a três meses e meio do próximo acto eleitoral, é bom sabermos que nós, da CDU, não somos dos que temem a prestação de contas, dos que temem que lhes lembrem as promessas que foram abandonadas, dos que defendem em Portugal posições diferentes das que defendem no Parlamento Europeu. Não precisamos agora de inventar trabalho que não fizemos, preocupações que não temos tido, ou de apresentar promessas de que não nos lembramos enquanto não se aproximaram eleições.

«Não foi só agora que nos lembramos dos trabalhadores, dos pobres, dos marginalizados, do emprego ou da democraticidade das instituições comunitárias. Não foi só agora que nos lembramos do aparelho produtivo português, da

soberania e da independência nacional.

«Temos em conta o novo quadro que resulta da aprovação do Tratado de União Europeia e da sua entrada em vigor. Sem debate prévio, sem dar ao povo o direito de se pronunciar e decidir em referendo, ficaram afectados aspectos essenciais dos interesses e da soberania de Portugal. O facto de a Comunidade e o Parlamento Europeu terem hoje mais competências representa uma razão adicional para intervir empenhadamente em defesa de Portugal e dos interesses nacionais. (...)

«É por não esquecermos por um momento nem Portugal nem os trabalhadores portugueses, nem os povos da Europa e os seus interesses, que estamos em melhores condições do que ninguém para os defender em Portugal e no Parlamento Europeu.

«Temos propostas para Portugal e para a Europa. Um Portugal livre,

Provas dadas

«Estas provas dadas constituem uma efectiva garantia de que os candidatos da CDU e os futuros eleitos desenvolverão uma intensa actividade firmemente voltada para a defesa de Portugal e dos portugueses, para a defesa dos interesses e da independência nacionais, numa Europa de paz e cooperação e de nações soberanas.

«Vamos para esta batalha com o património da nossa intervenção, a força das nossas convicções e um projecto realista e coerente para um Portugal democrático, desenvolvido, de bem-estar e de progresso social.

«O reforço da CDU será um grande impulso para uma nova política que se traduza numa verdadeira mudança, será um grande impulso à concretização do direito de o nosso país ter o seu próprio projecto de desenvolvimento, adequado às necessidades e realidades nacionais no quadro da integração e cooperação europeias, e será a garantia da presença firme e consequente da voz dos trabalhadores e de Portugal no Parlamento Europeu.»

uma Europa de povos soberanos, de povos com um alto nível de direitos e de protecção social, de cooperação intensa entre nações livres e iguais. Decididamente, não alinhámos em imaginosos compromissos entre o federalismo e o confederalismo, atrás dos quais se escondem construções de indiscutível raiz federal.

«Uma palavra final para os militantes do PCP, para os activistas da CDU, para "Os Verdes", para a Intervenção Democrática, para os independentes. Ainda há pouco, travámos — com êxito — uma grande batalha, e é mais uma grande batalha que nos espera. Vamos travá-la juntos, com a certeza que ninguém como nós defende simultaneamente uma Europa de cooperação estreita entre nações soberanas e a plena responsabilidade pública na garantia do emprego, dos direitos sociais, dos direitos dos trabalhadores e dos povos, pela igualdade e pelo desenvolvimento.»